

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LAÍS CÂNDIDA FERREIRA

**AJUDANDO UNS AOS OUTROS: ALTERIDADE E ATENÇÃO ENTRE
VOLUNTÁRIOS BATISTAS**

CURITIBA

2016

LAÍS CÂNDIDA FERREIRA

**AJUDANDO UNS AOS OUTROS: ALTERIDADE E ATENÇÃO ENTRE
VOLUNTÁRIOS BATISTAS**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Antropologia, no curso de Pós-Graduação em Antropologia, Setor de Ciências Humanas, da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Profª Dra. Eva Lenita Scheliga.

CURITIBA

2016

Catálogo na publicação
Sirlei do Rocio Gdulla – CRB 9ª/985
Biblioteca de Ciências Humanas - UFPR

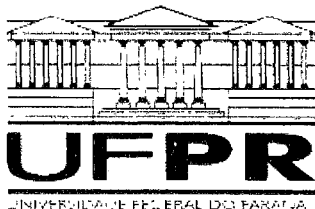
Ferreira, Laís Cândida

Ajudando uns aos outros: alteridade e atenção entre voluntários
Batistas / Laís Cândida Ferreira. – Curitiba, 2016.
131 f.

Orientadora: Profª.Dra. Eva Lenita Scheliga
Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Setor de Ciências
Humanas, Universidade Federal do Paraná.

1. Associação Batista de Ação Social - Curitiba - Voluntários.
2. Igreja Batista de Curitiba, 1ª - Serviço social. 3. Voluntários -
Ação social - Curitiba(PR). I. Título.

CDD 361.37



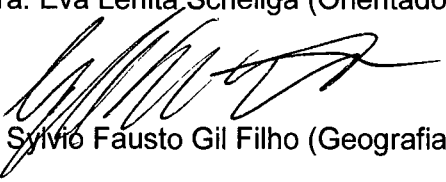
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA
RUA GENERAL CARNEIRO, 460 / 6º ANDAR
CEP 80060-150 - CURITIBA- PR
Telefone (41) 3360-5272

**137ª ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE
DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE
EM ANTROPOLOGIA SOCIAL**

Ao vigésimo segundo dia do mês de novembro de dois mil e dezesseis, às quatorze horas e trinta minutos, na Sala 3 do Setor de Artes, Comunicação e Design da UFPR, foram instalados os trabalhos de arguição da mestrandia **Laís Cândida Ferreira** para a Defesa Pública de sua Dissertação intitulada: *"Ajudando uns aos outros: alteridade e atenção entre voluntários batistas"*. A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Paraná (PPGA/UFPR), foi constituída pelos seguintes Professores Doutores: Eva Lenita Scheliga (orientadora), presidente da sessão, Sylvio Fausto Gil Filho (Geografia/UFPR) e João Frederico Rickli (PPGA/UFPR). Dando início à sessão, a presidente passou a palavra à aluna, para que a mesma expusesse seu trabalho aos presentes. Em seguida, a presidente da sessão passou a palavra a cada um dos Examinadores, para suas respectivas arguições. A aluna respondeu a cada um dos arguidores. A presidente retomou a palavra para suas considerações finais e, depois, solicitou aos presentes e à mestrandia que deixassem a sala. A Banca Examinadora, então, reuniu-se sigilosamente para discussão de suas avaliações, e decidiu pela *aprovação* da aluna. A mestrandia foi convidada a ingressar novamente na sala, bem como os demais assistentes, após o que a presidente da sessão fez a leitura do Parecer da Banca Examinadora, outorgando-lhe o Grau de **Mestre em Antropologia Social**. Nada mais havendo a sessão foi encerrada, da qual eu, Paulo Marins Gomes, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos membros da Comissão Examinadora. Curitiba, 22 de novembro de 2016.


Paulo Marins Gomes


Profa. Dra. Eva Lenita Scheliga (Orientadora)


Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho (Geografia/UFPR)


Prof. Dr. João Frederico Rickli (PPGA/UFPR)

AGRADECIMENTOS

Escrever a parte dos agradecimentos nos coloca diante da coletividade do trabalho. Apesar da escrita ser, em certa medida, uma experiência solitária, aquilo que a informa com certeza está inscrito nas relações com muitas pessoas.

Agradeço à CAPES pelos meses de bolsa de estudos que me permitiram dedicação exclusiva à pesquisa.

À minha orientadora Eva Scheliga por todas as dedicadas leituras e encontros de orientação. Desde o ensino sobre o caderno de campo, até os últimos ajustes deste texto, sempre foram muitas perguntas que me incentivaram a refletir mais e buscar extrair o máximo possível dos dados.

Aos professores João Rickli e Liliana Porto pela leitura generosa e atenta na qualificação. Seus comentários contribuíram muito para que eu pudesse desenvolver todos os capítulos.

A todos os amigos e familiares que me acompanharam neste processo de formação devo registrar enorme gratidão: Rodrigo, Luiz, Mari, Dai, Mayara, Jorge, Solange, Felipe, Gisele, Helena, Sara, Fer, Lise, Clarinha (!). Ao doutor Pedro agradeço o acompanhamento e incentivo durante momentos extremamente delicados neste processo, bem como à minha família por todo o apoio.

Ao Caian, Carlos e Rafaela agradeço pelas leituras e sugestões ao trabalho diversas vezes.

Registro aqui imenso agradecimento a todas as minhas interlocutoras e interlocutores da ABASC e PIB Curitiba, com quem aprendi o que é fazer etnografia. Sempre fui recebida com simpatia e, com muitas, construí uma relação que ultrapassa as linhas deste texto. Sua “ajuda” está aqui presente em todos os sentidos. Muito obrigada!

RESUMO

A fim de refletir sobre as formas de construção de agentes na posição de voluntários em uma instituição assistencial religiosa, este estudo busca descrever e analisar as práticas observadas na Associação Batista de Ação Social, uma instituição pertencente à Primeira Igreja Batista de Curitiba. O acompanhamento de alguns projetos ao lado dos voluntários, facultou-me a oportunidade de observar quais os termos presentes nas suas atividades cotidianas: a relação com o “outro” se traduz em diferentes modos de “ajuda”. Compreendo tais práticas como habilidades construídas a partir de uma “educação da atenção”, de acordo com o que propõe Tim Ingold (2010). Ao entrar em contato com cada contexto de ação, os novos voluntários vão, aos poucos, observando e incorporando práticas já estabelecidas a partir de sua percepção. Neste contexto, mais relevante que lideranças formais que estabelecem e transmitem expressamente certas regras de conduta, é justamente na relação entre voluntários que certos padrões vão sendo estabelecidos e servindo como modelo para a formação constante de novos agentes.

Palavras-chave: voluntariado; assistência social; educação da atenção.

ABSTRACT

In order to reflect on the ways of building agents in the volunteer position at a religious care institution, this study search to describe and analyze the practices observed in the Baptist Social Action Association, an institution belonging to the First Baptist Church from Curitiba. The monitoring of some projects alongside volunteers, allowed me the opportunity to observe what these terms in their daily activities: the relationship with the "other" translates into different ways to "help." I understand such practices as skills built from an "education of attention," according to the proposing Tim Ingold (2010). To contact each context of action, new volunteers will gradually observing and incorporating practices established from their perception. In this context, more relevant than formal leaders who establish and expressly convey certain rules of conduct, it is the relationship between volunteers that standards are being established and serving as a model for constant training of new agents.

Keywords: volunteering; social assistance; education of attention.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Templo na rua Emiliano Pernetta.....	16
Figura 2 - Construção do templo na atual Avenida Visconde de Guarapuava com a Avenida Desembargador Westphalen.....	16
Figura 3 - Foto tirada durante uma Escola Dominical em 1936.....	17
Figura 4 - Vista aérea da PIB Curitiba.....	19
Figura 5 - Espaço interno do templo durante a realização de um culto em 9 ago. 2015.	22
Figura 6 - Organograma da PIB Curitiba e da ABASC.....	26
Figura 7 - Barra que acompanha todos os e-mails informativos da PIB Curitiba.	45
Figura 8 - Dons espirituais.	47
Figura 9- Uma das salas com parte de doações a serem organizadas.	59
Figura 10 - Interior do bazar.....	60
Figura 11 - Grupo de voluntários do projeto Sopa Solidária.	74
Figura 12 - Congregação Batista Jogo da Vida.....	89
Figura 13 - Campo onde o projeto era desenvolvido.....	90

LISTA DE SIGLAS

ABASC – Associação Batista de Ação Social de Curitiba

CBB – Convenção Batista Brasileira

CEASA – Central de Abastecimento do Paraná

CEI – Centro de Educação Infantil

CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social

ETED – Escola de treinamento e discipulado

FAS – Fundação de Ação Social

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBOPE – Instituto Brasileiro de Pesquisa e Opinião

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ISER – Instituto de Estudos da Religião

JOCUM – Jovens com uma Missão

LBA – Legião Brasileira de Assistência

LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social

ONG – Organização Não Governamental

PIB – Primeira Igreja Batista

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PRONAV – Programa Nacional do Voluntariado

VNU – Programa de Voluntários das Nações Unidas

Sumário

INTRODUÇÃO	8
1 – O percurso da pesquisa	8
2 – Os Batistas no Brasil e a Primeira Igreja Batista de Curitiba	14
3 – Conhecendo a PIB Curitiba	17
4 – A Associação Batista de Ação Social de Curitiba – ABASC	23
5 – A construção do campo	29
6 – Estrutura dos capítulos	32
CAPÍTULO 1 – O QUE É SER VOLUNTÁRIO?	34
1.1 – O voluntariado em perspectiva	36
1.2 – O voluntariado e o Estado	39
1.3 – O voluntário da ABASC: “um cidadão do céu”	44
CAPÍTULO 2 – BAZAR DA ABASC	52
2.1 – Coisas que produzem voluntárias	53
2.2 – “As coisas dão trabalho”	55
2.3 – O interesse presente nas ações	62
2.4 – As possibilidades de “ajuda”	64
CAPÍTULO 3 – SOPA SOLIDÁRIA	66
3.1 – O projeto Sopa Solidária e a doação alimentar	67
3.2 – Aprender a observar para interagir e ajudar	70
3.2.1 – Reconhecer as possibilidades	70
3.2.2 – Aprender a ser um voluntário na cozinha	75
3.3 – Vigilância constante para com os atendidos	79
3.4 – Redes de relacionamento	84
CAPÍTULO 4 – JOGO DA VIDA	87
4.1 - Construir o necessitado de ajuda	88
4.2 – Exercer disciplina	94
4.3 – Trajetória de ascensão	97
CONCLUSÃO	100
REFERÊNCIAS	105
ANEXO 1 – ESTATUTO DA ABASC	109
ANEXO 2 – MANUAL DO VOLUNTÁRIO	116
ANEXO 3 – CADASTRO COM DADOS PESSOAIS	128
ANEXO 4 – TERMO DE ADESÃO	129
ANEXO 5 – CARTA DE RECOMENDAÇÃO	130

INTRODUÇÃO

O lugar que o protestantismo tem ocupado na sociedade brasileira é uma questão que merece atenção. Com relação aos números, os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a respeito do levantamento realizado em 2010 sobre religião no Brasil apontam para uma queda no catolicismo já observada historicamente, que passou de 73,8% em 2000 para 64,6% em 2010, e um contínuo crescimento dos evangélicos, que passaram de 15,4% para 22,2%¹.

O grupo mencionado no Censo como “evangélicos” faz referência aos ramos protestantes tradicionais e pentecostais. De modo a ressaltar a complexidade deste grupo, minha proposta é dar atenção à prática dos agentes e, a partir delas, levantar temas que somente o discurso institucional pode deixar passarem despercebidos. Neste trabalho busco ressaltar a formação de voluntários que atuam em projetos sociais da Associação Batista de Ação Social de Curitiba. O acompanhamento de alguns projetos ao lado dos voluntários facultou-me a oportunidade de observar os termos presentes nas suas atividades cotidianas: a relação com o “outro” se traduz em diferentes modos de “ajuda”. Nas próximas páginas apresento ao leitor o percurso desta pesquisa etnográfica e a construção do meu campo de pesquisa.

1 – O percurso da pesquisa

Inicialmente havia escolhido acompanhar um curso de formação de missionários na agência missionária, internacional e interdenominacional, Jovens com uma Missão – conhecida como JOCUM. À época tinha à disposição

¹ Os dados estão no Novo Mapa das Religiões, divulgado em 2011 pela Fundação Getúlio Vargas. É importante ressaltar que as análises elencam as religiões em apenas três grandes grupos: católicos, evangélicos e outras religiões. Disponível em: <http://www.cps.fgv.br/cps/bd/rel3/REN_texto_FGV_CPS_Neri.pdf> (Acesso em 01 out. 2016).

a informação publicada pelo Centro de Estudos do Cristianismo Global (2013)², no qual se afirmava que, em 2010, foram enviados aproximadamente 400.000 missionários para desenvolver variadas atividades. Somente o Brasil teria enviado 34.000 missionários para outros países, ficando em segundo lugar, atrás apenas dos Estados Unidos com 127.000 missionários enviados. A JOCUM apresentava-se como uma das principais agências responsáveis por formar pessoas para desenvolver estes trabalhos, agregando, segundo as informações disponíveis em sua página institucional, “aproximadamente 16.590 missionários, destes 1300 brasileiros, trabalhando integralmente em mais de 1.100 centros de atividades missionárias, em 171 dos 238 países do mundo”.³

Minha intenção era acompanhar a participação de missionários na Escola de Treinamento e Discipulado (ETED), um curso considerado básico e uma espécie de “porta de entrada” para a instituição missionária. O curso tem duração de cinco meses, sendo três meses de aulas teóricas e dois de prática, quando os alunos precisam conseguir seu próprio sustento e viajar para fazer missão em algum lugar. Partindo da premissa de que a JOCUM é uma instituição interdenominacional, minha ideia era acompanhar os alunos durante a ETED e, após um tempo, construir a trajetória de alguns deles a fim de desenvolver uma reflexão sobre o que constitui um missionário. Considerando que o curso é apenas um momento do processo de formação, os relatos poderiam colaborar para a sua compreensão de uma forma mais ampla por possibilitar acessar questões relacionadas também à suas motivações.

Entretanto, ao procurar uma das filiais da JOCUM localizada em Curitiba e explicitar meu objetivo de pesquisa, os responsáveis optaram por não permitir que eu desenvolvesse o trabalho ali. Segundo eles, justamente o fato de querer trabalhar diretamente com os missionários em formação seria um problema, pois as suas falas poderiam ser interpretadas e repercutir como se fossem da própria instituição. Em outros termos, temia-se que os missionários em formação, devido a sua condição de alunos, pudessem cometer equívocos, por ainda não conhecerem em profundidade alguns aspectos da missão; caso tais equívocos

² Disponível em:

<http://www.gordonconwell.edu/resources/documents/1ChristianityinitsGlobalContext.pdf>

(Acesso em 15 out. 2016).

³ Disponível em: <http://www.jocum.org.br/na-cabeca/quem-somos> (Acesso em 08 set. 2016).

fossem tomados como verdade, eu poderia acabar reproduzindo inverdades sobre a JOCUM no trabalho. Também se temia que, na eventual publicação do trabalho feito na instituição, trechos fossem copiados por terceiros e retirados de seu contexto, o que, uma vez mais, também poderia causar mal-entendidos e comprometer a reputação da JOCUM. As históricas tensões que marcam as relações entre antropólogos e missionários por certo não podem ser desconsideradas na tentativa de compreensão das razões para tantas considerações a respeito das verdades e equívocos que cercam a JOCUM⁴.

Diante desta negativa, que ocorreu em janeiro de 2015, precisei rever todo o projeto. Seguindo com o objetivo de compreender processos de formação no contexto evangélico, voltei minha atenção para práticas missionárias cristãs que ocorrem no contexto urbano e, dentre elas, interessei-me pelo voluntariado. Se muitos missionários destacam a ideia de vocação para explicar suas práticas, quais ideias estão presentes na compreensão de voluntários sobre suas ações, e como eles são construídos em determinados contextos?

A pesquisa Doações e Trabalho Voluntário no Brasil⁵, coordenada por Landim e Scalon em 2000, apontou que 22,6% de adultos doavam algum tempo para ajudar em ações fora de suas relações mais próximas. Destes, mais da metade, 58,7%, desenvolviam atividades em instituições religiosas. Outra pesquisa mais recente, realizada pela Fundação Itaú Social em parceria com o Instituto de Pesquisas DataFolha, em 2014⁶, apontou que 28% da população entrevistada já participou ao menos uma vez de alguma atividade voluntária, sendo que 11% continuava participando. Mais um dado interessante é sobre o local apontado como fonte de informação para atuação de voluntários. Cerca de 33% dos participantes respondeu que uma instituição religiosa (igreja, templo, sinagoga) seria o principal lugar para buscar informações sobre como tornar-se um voluntário, ficando até mesmo à frente da internet (esta, apontada por 20%

⁴ Um exemplo dessas tensões é a crítica do antropólogo Mércio Gomes a um filme produzido pela JOCUM a respeito dos Zuruahá. Disponível em: <http://merciogomes.blogspot.com.br/2008/06/jocum-faz-filme-criminoso-sobre-os.html> (Acesso em 17 out. 2016).

⁵ A pesquisa baseou-se em dados coletados pelo Instituto Brasileiro de Pesquisa e Opinião (IBOPE) a pedido do Instituto de Estudos da Religião (ISER) em 1998. Foram realizadas 1.200 entrevistas de homens e mulheres com 18 anos ou mais, em cidades com mais de 10.000 habitantes.

⁶ A pesquisa foi realizada em setembro de 2014 em 135 municípios do Brasil com base em 2.024 entrevistas com homens e mulheres com 16 anos ou mais.

dos participantes). Diferente de Landim e Scalon (2000), esta pesquisa não aponta exatamente onde os voluntários exercem suas atividades, no entanto, também ressalta a prevalência das instituições religiosas na organização das práticas relativas ao voluntariado. A partir de tais dados é possível depreender, portanto, que uma parcela expressiva da população procura as instituições religiosas quando deseja exercer alguma atividade voluntária.

Outro estudo publicado em 2014, realizado pelo IBGE e pelo IPEA⁷, apontou que 28% das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos do Brasil estão ligadas a instituições religiosas. Esta forma de organização amplia o contexto de atuação destas instituições e possibilita o estabelecimento de relações com o Estado, fazendo com que questões legais, por exemplo, apareçam de forma mais acentuada. Estas relações entre as instituições religiosas e o Estado são analisadas pelo cientista político Joanildo Burity (2007) como uma evidência da presença pública mais expressiva das religiões nos últimos anos. Para ele, a mudança na tendência sectária assumida pelos evangélicos na década de 1980, aliado a um processo de valorização da cultura que vem ocorrendo desde a década de 1990, são elementos que colaboraram para que este cenário fosse possível, pois abriram espaço para que as igrejas fossem vistas como “força social favorável à inclusão e à construção de identidades cidadãs” (BURITY, 2007, p.10). Contudo, embora pontue tais questões como importantes, o autor ressalta que as mesmas se inscrevem em um amplo contexto de fatores que as afeta. Um deles foi a busca por um sentido de democratização a partir do fim da ditadura militar, em 1988, que gerou discussões sobre os papéis do estado e da sociedade civil. As igrejas emergiram então, segundo Burity, como “parceiras” do Estado e possíveis representantes locais.

A reabilitação das igrejas se dá, portanto, num cenário em que estas são associadas às ideias de uma sociedade civil proativa, enraizada no local, disposta a celebrar parcerias com o estado nas políticas públicas e são associadas a uma capilaridade social que ativa ou participa da formação de redes sociais, bem como são possuidoras de um “capital moral” que lhes confere

⁷ A pesquisa propõe um mapeamento das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil, e foi apresentada em março de 2014 em Brasília por ocasião do Seminário Nacional Imprensa e Organizações da Sociedade Civil.

credibilidade e respeito por parte das populações alcançadas pelas políticas governamentais (BURITY, 2007, p.22).

Observar tais dados nos auxilia a desnaturalizar questões que, atualmente, estão presentes de forma marcante na sociedade como as relações entre o Estado e as instituições religiosas. A partir delas observam-se mudanças na organização de práticas como o voluntariado, apresentando dimensões políticas e religiosas em interação na constituição de diversos processos. Assim, o sentido que este termo assume hoje deve-se, em grande medida, ao desenvolvimento de complexos processos sociais.

Para orientar e fiscalizar as instituições que atuam no atendimento social a nível local, existem os Conselhos Municipais de Assistência Social (CMAS). Em Curitiba, cerca de 319 entidades civis estão inscritas no CMAS, organizadas de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, que divide os serviços em proteção social básica, proteção social especial de média complexidade, e proteção social especial de alta complexidade⁸. Pesquisando então instituições de ação social vinculadas a igrejas em Curitiba, localizei a Associação Batista de Ação Social de Curitiba (ABASC), pertencente à Primeira Igreja Batista (PIB) de Curitiba.

Meu projeto passou a focar então a formação de voluntários nesta instituição evangélica. A ideia, ao acompanhar o cotidiano de algumas atividades desenvolvidas lá, foi me aproximar dos agentes e, a partir de suas práticas, procurar responder a questão: como se forma um voluntário? Cada um apresenta diferentes motivações para o trabalho, contudo, o que interessa aqui é a forma como esta motivação encontra determinadas disposições do contexto no qual se insere e constrói, a partir daí, sua forma de ser voluntário.

Para analisar questões semelhantes a esta, alguns trabalhos (SILVA, 2006; SILVA, 2010) consideram que as relações entre os voluntários e o público-alvo das ações são essencialmente de troca, e sugerem a categoria dádiva elaborada por Marcel Mauss (2013), segundo a qual os atos são baseados na contínua expectativa da retribuição. Entretanto, ao observar as relações a partir

⁸ A tipificação completa pode ser encontrada na página do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf (Acesso em 12 fev. 2016).

desta noção, Bourdieu (1996) ressalta que nem sempre é possível evidenciar o processo da qual elas resultam. Assim, o autor propõe uma análise que busca considerar o tempo e a incerteza do contradição, além de evidenciar as práticas como resultado de disposições incorporadas, e não de intenções.

Tendo isso em vista, a partir do trabalho de campo atento às práticas dos agentes, pretendo então ressaltar elementos como a “educação expressa” exercida pela instituição e também a participação contínua dos voluntários em cada projeto, a fim de elucidar o processo de constituição de suas ações e interações. Tais questões são próximas às propostas por Laura Zapata (2005) em sua etnografia a respeito do voluntariado na Cáritas argentina. A autora busca refletir sobre as categorias a partir das quais o voluntariado é pensado e quais práticas fundamentam sua existência. Ela adota, por exemplo, a noção de “caridade”, ressaltando, contudo, que a mesma não se trata de uma atitude gratuita, mas sim construída e cultivada socialmente.

En este texto intento dar respuesta a esta cuestión, teniendo en cuenta que los sentidos asociados a este singular agente social, el voluntariado, se vinculan a la construcción de identidades que promueven relaciones sociales específicas, saberes, estados emocionales que promueven relaciones sociales específicas, saberes, estados emocionales singulares y un proceso de circulación, concentración y redistribución de determinados bienes (ZAPATA, 2005, p.20).

Da mesma forma, observo aqui que a prática do voluntariado é modelada a partir de diversas relações e saberes, e não uma atitude gratuita. Para sustentar tal visão, busco acionar as reflexões elaboradas por Tim Ingold (2010) sobre o que o autor chama de “educação da atenção”. Assim, considerando que questões contextuais e individuais são fundamentais para compreender o processo desta construção, busco a seguir apresentar o contexto religioso específico no qual observei a atuação dos voluntários.

2 – Os Batistas no Brasil e a Primeira Igreja Batista de Curitiba

A historiografia dedicada ao protestantismo aponta que as primeiras igrejas teriam sido instaladas no Brasil a partir da segunda metade do século XIX, sobretudo pelo esforço de missionários e colonos norte-americanos. De acordo com o historiador batista José dos Reis Pereira, após a Guerra da Secessão (1861-1865) muitos sulistas norte-americanos derrotados, pertencentes a diversas denominações protestantes (presbiterianos, metodistas, batistas), migraram para o Brasil fixando-se inicialmente em São Paulo. Um dos grupos que estava em Santa Bárbara, após estabelecerem-se iniciaram a organização de algumas igrejas. Foi então que em 1871 teria sido fundada a primeira igreja batista organizada no Brasil (PEREIRA, 1979, p.89). No entanto, a primeira igreja batista brasileira teria sido organizada em Salvador, em 1882, sendo este o marco assumido oficialmente⁹.

Em 1907, após haverem expandido numericamente no país, foi organizada a Convenção Batista Brasileira (CBB). Este processo é analisado pelo historiador Edilson Soares de Souza (2008) a partir dos anais da própria CBB. Segundo ele, o primeiro volume dos anais da CBB registrou que o número de adeptos já passava de quatro mil em 1907, o que teria exigido a organização de uma estrutura que possibilitasse administrar os recursos humanos e materiais no país de forma coordenada (SOUZA, 2008, p.7). É válido ressaltar, contudo, que a organização da CBB possui um cunho representativo legitimado pela coletividade, permanecendo cada igreja local com autonomia em relação às outras.

Cada igreja batista local é constituída como Pessoa Jurídica e está cadastrada no CNPJ, tendo uma diretoria estatutária, cujo presidente é eleito pela maioria dos membros do grupo local. Esse presidente e a diretoria da igreja local respondem pelos atos decisórios da instituição, como por exemplo, a compra de propriedades e bens materiais. Embora o presidente de uma determinada igreja batista responda pelos atos daquela única instituição, ele não responde pelos atos dos membros a ela vinculados. As igrejas batistas são organizações com vida

⁹ A respeito do debate em torno da data oficial da Primeira Igreja Batista brasileira, verificar a tese de Alberto Kenji Yamabuchi (2009).

própria em sua localidade, que não respondem pelos atos de outras igrejas batistas. Elas permanecem vinculadas umas às outras apenas pela cooperação, não existindo qualquer ingerência de uma sobre a outra. (SOUZA, 2008, p.52-53)

Teria sido a partir deste cenário de organizações que os batistas chegaram ao Paraná, em 1911. De acordo com o discurso apresentado pela PIB Curitiba, os primeiros missionários iniciaram os trabalhos em Paranaguá e Antonina. Algum tempo depois um deles, Manoel Virgínio de Souza¹⁰, teria se mudado para Curitiba e instalado em sua própria casa a primeira igreja batista de Curitiba em 1914. Esta versão para o início das instalações da igreja em Curitiba é narrada no próprio site da PIB Curitiba¹¹

O histórico narrado pela PIB Curitiba chama atenção para o quanto o seu espaço é uma questão importante para a própria identidade da igreja. Referências teológicas, por exemplo, não são citadas em sua história; em contrapartida, observa-se no discurso organizado pela PIB Curitiba uma constante preocupação em abordar seu crescimento numérico, justificando a necessidade de mudanças de endereço e adequações dos templos. A narrativa informa que a igreja foi fundada em 1914 com dez membros na própria casa de Manoel Virgínio e, em 1918, contava com cento e quinze, demandando então um local próprio. São apresentadas fotos de dois templos que a igreja ocupou neste período: o primeiro, na atual rua Emiliano Pernet, e o segundo, na atual Avenida Visconde de Guarapuava – este, anterior ao templo atual.

¹⁰ De acordo com as informações do mesmo texto, Manoel Virgínio nasceu em Alagoas em 1874, e teria vindo para o Paraná com o missionário estadunidense Robert Petigrew. Era pai de um dos membros mais antigos da PIB Curitiba, Sofonias de Souza, que exercia até pouco tempo o cargo de vice-presidente da igreja.

¹¹ PIB Curitiba. “Nossa história”. Disponível em: <<http://www.pibcuritiba.org.br/primeira-igreja-batista-de-curitiba/nossa-historia/>> (Acesso em 05 jan. 2016).



Figura 1 - Templo na rua Emiliano Perneta.
Autoria desconhecida.

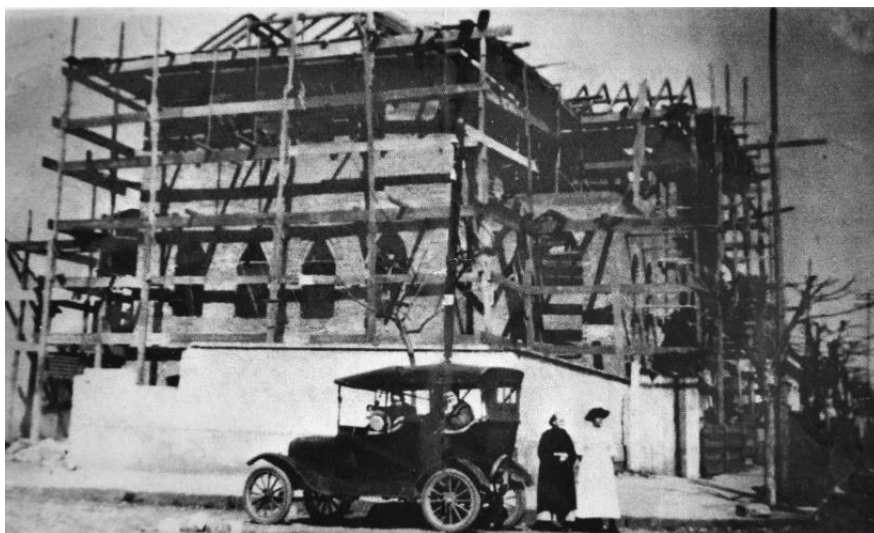


Figura 2 - Construção do templo na atual Avenida Visconde de Guarapuava com a
Avenida Desembargador Westphalen.
Autoria desconhecida.



Figura 3 - Foto tirada durante uma Escola Dominical em 1936.
Autor: Arthur Wischral.

No decorrer da narrativa, o crescimento do número de membros continua ocupando um lugar de destaque. Por volta de 1939 eram cento e oitenta e três membros e em 1964 a PIB Curitiba contava com seiscentos e setenta e quatro. Este gradual crescimento, aliado a problemas na estrutura física do templo, são apontados como elementos que demandavam um novo esforço de mudança. Em busca por um novo espaço foi adquirida então a área atual da PIB Curitiba, na rua Bento Viana. O espaço tem 13.238 m² e à época teria custado vinte e seis milhões de cruzeiros em 1977¹². Apesar destas mudanças, observa-se que a igreja sempre ocupou locais na região central da cidade.

3 – Conhecendo a PIB Curitiba

A arquitetura externa do templo (a exemplo da cobertura que emula formato de nuvens, bem como os vitrais que representam histórias bíblicas) é capaz de torná-lo imponente ao olhar de quem passa pela rua, evidenciando externamente sua importância. Uma questão que pude observar durante o

¹² Esta informação aparece na revista Dia a Dia com Deus, publicada no mês do centenário da igreja em maio de 2014. Hoje, o valor equivaleria aproximadamente a R\$ 7.800.000,00.

trabalho de campo foi a relevância que este espaço ocupa para o desenvolvimento das relações entre os voluntários.

Eles normalmente referem-se aos espaços por onde circulam simplesmente como “igreja”, e suas relações parecem ter como referência principal muito mais a PIB Curitiba do que a própria ABASC. Assim, busco apresentar brevemente nesta introdução seus espaços, por onde grande parte dos voluntários circula de diferentes formas. Concordando com Renata Menezes em seu trabalho a respeito do Convento de Santo Antônio,

Apesar do risco que essa opção comporta [descrição breve], que é o de gerar um quadro excessivamente impressionista, ela se justifica na medida em que o problema da tese não é o convento em si, mas as formas de sociabilidade e as práticas rituais que nele são estabelecidas. Portanto, trata-se de enfocá-lo principalmente enquanto um cenário, um ponto de cruzamento de uma série de relações sociais (...) (MENEZES, 2004, p.57).

Da mesma forma, a PIB Curitiba bem como seus espaços não são o problema específico desta dissertação, entretanto, ela é um dos contextos no qual pude observar a atuação de voluntários a fim de contatar de forma cotidiana uma das etapas do seu processo de formação. Compreendo que esta apresentação permite ao leitor aproximar-se de algumas questões presentes na estrutura do campo etnográfico e acessar o contexto no qual os voluntários estão imersos.



Figura 4 - Vista aérea da PIB Curitiba.
Fonte: Google Earth.

A partir da aquisição do terreno em 1977, iniciaram então um longo processo de construção do templo atual: trinta e sete anos. O primeiro espaço construído foi o ginásio (Espaço 1), inaugurado oficialmente em 1987. No entanto, como o templo da Visconde de Guarapuava corria riscos de desabamento, há fotos indicando que o ginásio começou a ser usado antes disso. Após a mudança a construção continuou e de acordo com as informações da PIB Curitiba, foram realizadas várias “campanhas” para arrecadar verbas e construir o templo principal (Espaço 2) e o “prédio dos ministérios” (Espaço 3). As salas que ficam ao lado do ginásio (Espaço 4) não são narradas no histórico de construção.

Segundo as informações publicadas no site da PIB Curitiba, em 2014 as obras estavam sendo finalizadas para a comemoração do centenário da igreja. No entanto, em fevereiro de 2015, quando iniciei o trabalho de campo, alguns detalhes externos ainda não haviam sido finalizados, como o muro de vidro e os jardins em frente à entrada principal (lado esquerdo da Figura 4), utilizada pela maioria dos membros para acessar o templo por ocasião dos cultos.

Compreendo que este percurso e esforço para construir um espaço específico é um modo da PIB Curitiba afirmar-se institucionalmente na cidade. Todo o planejamento dos espaços, associados a determinadas atividades, foi capaz de colocar a organização desta igreja em evidência. Um dos exemplos é

o espetáculo “Nataleluia”, realizado desde o final dos anos 1990¹³ sempre nos dias que antecedem o natal e que consiste em narrar o nascimento de Jesus unindo teatro, música e dança. É realizado totalmente com apoio de voluntários em todas as áreas – em 2014 teriam sido mais de trezentos. A dimensão do espetáculo fez com que a vereadora Noemia Rocha¹⁴ conseguisse a aprovação de um projeto que pedia a inclusão do espetáculo no calendário oficial de eventos de Curitiba¹⁵.

O aspecto da utilização e importância dos espaços é problematizado por Edlaine Gomes em seu trabalho a respeito das catedrais da Igreja Universal do Reino de Deus (2004). Ela chama atenção para o fato de que a construção dos espaços foi uma forma desta igreja afirmar sua autenticidade, impactando também as relações com seu público. “O poder do meio material para a composição da memória de um grupo é demonstrado especialmente pela perspectiva de permanência e estabilidade. A partir dessa concepção o grupo se identifica com os objetos e com os lugares onde estão dispostos” (GOMES, 2004, p.108). Observo que questões como permanência e estabilidade sugeridos pela autora podem também ser encontrados na construção do complexo arquitetônico da PIB Curitiba. O longo tempo de construção aliado a um planejamento de ocupação dos espaços com diversas atividades, bem como sua projeção na cidade, são elementos que podem ter contribuído para a afirmação social desta instituição, igualmente para seu público interno como externo.

Além de observar a relevância deste aspecto externo do espaço da PIB Curitiba, convém descrever também um pouco de sua dinâmica interna e como estes espaços construídos são de fato ocupados – algo que pude perceber a partir do trabalho de campo. Para quem olha de fora, todo o complexo refere-se à PIB Curitiba, no entanto, a partir da ocupação interna, é possível observar que sua organização é diversificada. Esta questão mostra-se importante para melhor

¹³ A primeira referência que encontrei sobre o Nataleluia foi em 1999, no templo ainda inacabado. No site oficial do evento, a primeira referência é 2000. www.nataleluia.com.br (Acesso em 17 out. 2016).

¹⁴ A vereadora Noemia Rocha pertence ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e cumpre seu segundo mandato. Ela é membra da Igreja Evangélica Assembleia de Deus mas suas iniciativas abrangem grande parte da comunidade evangélica de Curitiba.

¹⁵ O calendário oficial de Curitiba cadastra os principais eventos que ocorrem durante todo o ano na cidade e os divulga na página de turismo da cidade. O Nataleluia passou a fazer parte da programação especial de natal, que inclui o coral de crianças no Palácio Avenida, por exemplo.

compreender as relações estabelecidas entre os indivíduos que ocupam os espaços, dentre eles os voluntários, e a forma como fazem isso.

Passo então a descrever a ocupação dos espaços mostrados na foto da área onde está a PIB Curitiba. A entrada lateral acessada pelo estacionamento é a mais utilizada durante as atividades cotidianas. Ali, atrás de um balcão de mármore, ficam em geral duas ou três funcionárias da igreja vestidas com um uniforme social azul escuro, composto por calça e blazer. Sempre sorridentes, elas atendem telefonemas bem como informam aqueles que chegam sobre as atividades que estiverem ocorrendo na igreja.

À direita do balcão há uma escada que dá acesso ao espaço que mencionei anteriormente como ginásio. Ele serviu como templo provisório durante a década de 1990; após a conclusão do templo principal, no início dos anos 2000, o ginásio foi reformado. Hoje ele abriga, no térreo, um restaurante da ABASC aberto diariamente à comunidade externa, e no andar superior há uma quadra utilizada pelo ministério de atletas. As salas construídas ao lado (Espaço 4) serviram como locais provisórios até a finalização do “prédio dos ministérios”, e hoje são ocupadas pelos funcionários de serviços gerais e pelo bazar da ABASC que será descrito no capítulo dois.

Ao lado esquerdo do balcão há um grande corredor que une o templo principal ao prédio dos ministérios, e no final dele está a porta da entrada principal da igreja. Ali há um espaço de circulação que dá acesso à porta do templo principal, à uma livraria¹⁶ e à três elevadores do prédio dos ministérios. Um grande lustre de cristal e uma cachoeira artificial decoram este espaço.

O interior do templo principal é um espaço que não frequentei cotidianamente. Sua estrutura remete à de um teatro, com uma espécie de palco elevado a pouco mais de um metro do chão, onde além do púlpito utilizado para as falas, ficam várias cadeiras para um coral e uma banda. É atrás deste espaço que se encontra a piscina batismal da igreja¹⁷, separada por uma parede móvel de madeira. Os vitrais já citados acima, quando vistos de dentro, refletem as cores nas quase cinco mil poltronas.

¹⁶ Trata-se de uma loja da Livraria Evangélica de Curitiba, instituição comercial não pertencente à PIB Curitiba.

¹⁷ Diferentemente da Igreja Católica, nas igrejas evangélicas como um todo o rito do batismo é praticado por imersão e não aspersão (SOUZA, 2008, p.31).



Figura 5 - Espaço interno do templo durante a realização de um culto em 9 ago. 2015.
Fonte: Página da PIB Curitiba – Facebook. Autor desconhecido.

O “prédio dos ministérios” possui seis andares e um subsolo. O último andar é reservado à área pastoral. Nos demais andares existem várias salas onde funcionam as atividades dos ministérios da igreja e também os setores administrativos, como os Recursos Humanos (RH), responsável por gerenciar os funcionários da PIB e também da ABASC. De acordo com os dados fornecidos por este setor em outubro de 2015, a PIB Curitiba contava com 106 funcionários e a ABASC com 34.

É neste prédio que ocorre grande parte das atividades administrativas e religiosas. O fluxo de pessoas que circulam por ele para participar das atividades religiosas imiscui-se ao dos funcionários, sejam eles da PIB Curitiba ou da ABASC. Estes, por sua vez, estão distribuídos em várias salas, têm sua frequência controlada por pontos digitais biométricos e podem ser diferenciados dos frequentadores através da utilização de uniformes e crachás com fotos.

A observação detalhada do histórico de construção e da apropriação dos espaços, indica que houve um planejamento por parte da PIB Curitiba a fim de que sua dinâmica envolvesse elementos como projetos e uma projeção social, e

não apenas para a realização de cultos. Compreendo que este contexto também foi importante para o desenvolvimento do voluntariado, tal como ele existe atualmente, embora a narrativa apresentada pela PIB Curitiba não descreva esta questão.

A ABASC é um dos projetos de projeção social, no sentido de que produz relações com a esfera pública, por exemplo. A fim de melhor descrever suas especificidades, apresento-a em um tópico distinto a seguir.

4 – A Associação Batista de Ação Social de Curitiba – ABASC

No caso dos protestantes apontados neste trabalho, é válido ressaltar que as iniciativas ligadas à assistência social remontam já ao período de sua instalação no Brasil, na segunda metade do século XIX. Segundo Mendonça (1995), esta prática estava ligada à estratégia missionária, pois através da atuação em áreas como a educação e a saúde, seria possível propagar seus ideais de civilização cristã. Considerando este histórico, observa-se que foi construída uma “tradição” da participação de protestantes no cenário de questões sociais, influente na formação de um determinado *ethos* cristão. A visão sobre um relacionamento com Deus deve também se desdobrar nas relações com o outro, demonstrado a partir de gestos altruístas.

Ainda hoje é possível observar que esta tradição é mantida, mas houve a inserção de outras questões, como as relações com a esfera pública, por exemplo, que passam então a também exercer influência sobre a organização das ações. A existência da ABASC, enquanto executora das iniciativas sociais da PIB Curitiba, pode ser vista como um exemplo. Segundo informações obtidas junto à organização, a ABASC foi fundada em 18 de dezembro de 1996, como entidade civil sediada em Curitiba. Possui caráter filantrópico e objetivos educacionais, beneficentes e assistenciais. Há uma preocupação por parte dos líderes em desvincular o perfil da instituição de um caráter assistencialista, como é possível observar em um trecho a respeito de seus princípios apresentado em sua página na internet, utilizando termos como “ação social”, “vulnerabilidade” e “inserção”, por exemplo.

A missão da instituição é contribuir para que indivíduos e famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco social, tenham oportunidade de transformar sua condição por meio de ações sociais que viabilizem sua inserção social, considerando todos os aspectos da sua existência.¹⁸

Sua natureza jurídica é distinta da PIB Curitiba, mas ainda assim observo que há uma intrínseca relação entre ambas, pois a ABASC é um desdobramento do ministério de ação social da igreja e não deixa de ser vista como parte da mesma. Além disso, em seu Estatuto Social (Anexo 1), no capítulo que trata dos associados, por exemplo, todos os membros da PIB Curitiba são sócios efetivos da ABASC, havendo então uma diferença para os que se destacam por suas ações, tidos como sócios honorários.

CAPITULO III

DOS ASSOCIADOS

Art. 9º A ABASC mantém as seguintes categorias de associados:

I – Efetivos;

II – Honorários;

§ 1º São sócios Efetivos todos os membros da Primeira Igreja Batista de Curitiba, que serão representados na Assembléia Geral pelos delegados a que se refere o art. 14 § 1º.

§ 2º - São sócios Honorários as pessoas aceitas como tais pela Assembléia Geral, por terem se distinguido na Comunidade, por sua dedicação a obras vinculadas com os objetivos da ABASC.

Art. 10. Os sócios não respondem, nem solidária nem subsidiariamente, pelos atos e obrigações da ABASC.

Art. 11. O desligamento de associados ocorrerá exclusivamente por decisão da Assembléia, nas seguintes situações:

I – perda da condição de membro da Primeira Igreja Batista de Curitiba;

II – pedido de desligamento à diretoria;

III – infração às normas e princípios da ABASC, expressos neste Estatuto.

Esta aproximação também é observada através da ocupação dos espaços. A administração da ABASC fica em uma das salas no quinto andar do

¹⁸ ABASC. “Princípios”. Disponível em <<http://www.abasc.org.br/a-abasc/principios/>> (Acesso em 27 fev. 2015).

prédio dos ministérios descrito acima. Ao descer do elevador, vira-se à direita em um corredor, cuja entrada é obstruída por uma porta de vidro. Esta, é aberta somente pelos funcionários que estão nas salas ou por um ponto de identificação biométrica instalado na parede ao lado.

A estrutura organizacional da ABASC demonstra como ela está subordinada à atuação mais ampla da PIB Curitiba – tanto pelo modo de associação quanto pelo espaço de organização. Ainda assim, enquanto uma instituição juridicamente distinta e relacionada à área da assistência social, há marcos legais que regulam sua atuação. Um dos requisitos é a inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social de Curitiba (CMAS). Os marcos legais serão desenvolvidos no primeiro capítulo mas, por ora, é válido informar que esta condição influencia a organização dos projetos na ABASC. Tendo isso em vista, de acordo com as informações da assistente social, os mesmos estavam divididos em projetos sociais, serviços prestados à comunidade e ministérios (ver figura 6).

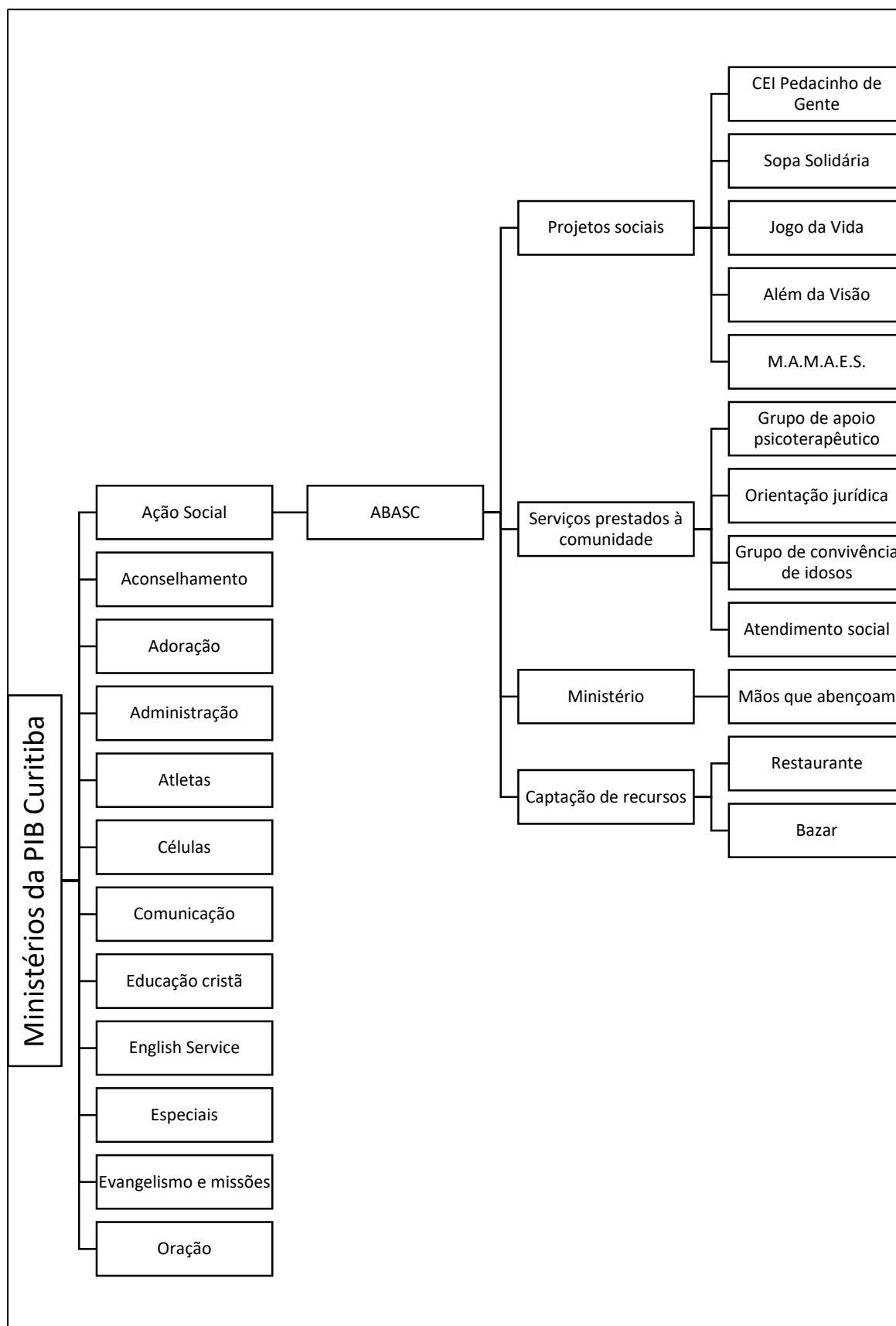


Figura 6 - - Organograma da PIB Curitiba e da ABASC.
 Fonte: elaboração própria com dados disponibilizados em 2015.

Os projetos sociais devem estar de acordo com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e, em razão disso, permitem que a ABASC participe de editais e receba recursos públicos auxiliares. Por ocasião da minha primeira conversa com a assistente social, em fevereiro de 2015, estavam sendo desenvolvidos quatro projetos: o Centro de Educação Infantil Pedacinho de Gente, os projetos Sopa Solidária, Jogo da Vida e Além da Visão. No decorrer do ano, por volta do mês de maio, foi iniciado ainda o projeto Missão de Apoio a Mães Adolescentes e Solteiras (M.A.M.Ã.E.S.).

O Centro de Educação Infantil Pedacinho de Gente está localizado no bairro Sítio Cercado, região sul de Curitiba. Foi fundado em 1994 e atende cerca de oitenta crianças com idade entre 1 e 5 anos. O projeto é mantido pela ABASC em parceria com a Prefeitura de Curitiba. A Sopa Solidária existe há aproximadamente doze anos e é executada por voluntários que se reúnem às terças-feiras para preparar uma sopa distribuída em uma unidade de atendimento da Fundação de Ação Social da Prefeitura de Curitiba. De acordo com o relatório apresentado no site da PIB Curitiba, em 2014 foram distribuídos 10.560 pratos de sopa. O projeto Jogo da Vida, criado em 2012, oferece aulas semanais de futebol para meninos com idade entre 8 e 16 anos¹⁹ do bairro Jardim Graziela, em Almirante Tamandaré, região metropolitana de Curitiba. O Além da Visão, criado há cerca de dez anos, desenvolve atividades com pessoas portadoras de deficiência visual, com ênfase em práticas esportivas como Goal Ball, Judô e Xadrez. Por fim, o M.A.M.A.E.S. iniciou suas atividades em maio de 2015 com o objetivo de acompanhar o desenvolvimento das relações entre mães adolescentes e/ou solteiras com seus filhos. Após uma triagem do Atendimento Social, as mulheres são inseridas em reuniões com psicólogas para discutir suas dúvidas e inseguranças em relação à maternidade.

Já os serviços prestados à comunidade são os que não dependem de verbas ou parcerias com o poder público. São eles: Grupo de Apoio Psicoterapêutico, Orientação Jurídica, Grupo de Convivência de Idosos e o Atendimento Social. O Grupo de Apoio Psicoterapêutico atende semanalmente de forma voluntária à pessoas com necessidade de acompanhamento psicológico ou psiquiátrico, encaminhadas pela assistente social da igreja; a

¹⁹ No final de junho de 2015 cerca de trinta meninos estavam participando do projeto.

Orientação Jurídica é realizada duas vezes por semana com o objetivo de prestar esclarecimentos e encaminhamentos com relação a problemas jurídicos; o Grupo de Convivência de Idosos organiza atividades semanais como palestras, ginástica e passeios; e o Atendimento Social feito pela assistente social da ABASC uma vez por semana atende indivíduos que procuram o serviço em busca de algum auxílio.

Por fim, os ministérios são atividades que possuem uma dinâmica estritamente vinculada à PIB Curitiba. No momento da pesquisa, tratava-se apenas do Mãos que Abençoam, que reunia voluntárias para confeccionar enxovais de tricô e crochê para bebês, doados então para maternidades de Curitiba. Segundo a assistente social, esta atividade não se encaixa nas regras da política nacional de assistência por não estabelecer um vínculo direto com os indivíduos atendidos e, por isso, está alocado neste eixo.

Além destes projetos, serviços e ministérios observo que o restaurante Sal da Terra e o bazar também estavam subordinados à ABASC, sendo identificados como captadores de recursos e não como projetos.

Com exceção do Centro de Educação Infantil e do restaurante, todas as atividades dependem dos voluntários. A maioria dos trabalhos desenvolvidos pela ABASC conta com funcionários e voluntários que convivem diariamente. Um exemplo é o Atendimento Social realizado às segundas-feiras pela manhã. Um voluntário prepara cestas básicas que contém um pacote de arroz de 5 quilos, 2 quilos de feijão, 4 quilos de açúcar, 1 pacote de café, 1 litro de óleo, 1 pacote de macarrão e 1 pacote de polenta²⁰. Ao atender as pessoas, inicialmente a assistente social conversa com cada uma e, em grande parte dos casos, pede que a pessoa que a está acompanhando como voluntária vá até a outra sala buscar uma cesta básica, ou, em alguns casos, vá até a sala do bazar pedir que a voluntária que trabalha lá separe algum item para doação.

A partir desta breve apresentação é possível observar que há um extenso cenário de atuação para os voluntários na ABASC. Tendo isso em vista, e considerando também o tempo disponível para a realização de meu trabalho de campo, não pude acompanhar de modo sistemático todos os projetos sociais, serviços prestados à comunidade e ministérios. Dentre os projetos sociais, visitei

²⁰ Como os alimentos são doados, os itens podem variar de acordo com o que foi recebido.

o CEI Pedacinho de Gente e conversei com o líder o projeto Além da Visão; a pesquisa intensiva foi desenvolvida, porém, junto aos voluntários que atuam nos projetos Sopa Solidária e Jogo da Vida. Com relação aos serviços prestados à comunidade observei apenas o Atendimento Social, em uma única ocasião. Acompanhei de modo intensivo o projeto Mãos que Abençoam, enquadrado como ministério. Além destes projetos, também acompanhei regularmente as atividades do bazar. Do início de março ao final de junho de 2015 frequentei cada um destes espaços ao menos uma vez por semana. Destes projetos que frequentei com assiduidade, apenas o Jogo da Vida não ocorria em algum espaço da PIB Curitiba. Assim, durante a maior parte da semana foi na sede da ABASC que acompanhei a participação dos voluntários.

5 – A construção do campo

No início de 2015, quando defini que a ABASC seria meu universo empírico de trabalho, busquei pesquisar seus projetos inicialmente a partir de páginas na internet. Quando finalmente entrei em contato a partir do número de telefone, expliquei que meu objetivo era desenvolver a dissertação de mestrado a respeito do trabalho voluntário e gostaria de saber se seria possível acompanhar as ações voluntárias que ocorriam ali. Esta era uma preocupação sobretudo após a negativa que recebi na JOCUM. Quem me atendeu na ocasião foi a assistente social da ABASC, Emelin²¹. Ela disse que, a princípio, não haveria problema e sugeriu uma reunião para conversarmos pessoalmente. Explicou que eu poderia chegar na recepção da PIB Curitiba e perguntar por ela.

Quando cheguei, fui encaminhada para o quinto andar do prédio dos ministérios. Esta foi a primeira vez que entrei no espaço da PIB Curitiba e, muito em virtude disso, sua movimentação e funcionários uniformizados me chamaram atenção. Há um certo senso comum de que as atividades prioritárias de igrejas envolvem a realização de cultos, contudo, há nestes espaços um conjunto de ações que superam esta noção. Foi justamente esta questão que o espaço da

²¹ Optei por trocar os nomes de todos os interlocutores desta pesquisa. Apesar da descrição pormenorizada de suas posições e práticas, busco com isso resguardar sua intimidade tanto quanto possível (FONSECA, 2008)

PIB Curitiba me informou: o escopo de atividades de uma igreja pode ser muito mais abrangente que apenas a realização de cultos.

Ao encontrar-me com Emelin, expliquei que minha intenção era acompanhar, ao lado dos voluntários, as atividades desenvolvidas por eles. Esta forma de me apresentar, esclarecendo que eu não esperava acompanhar as rotinas essencialmente administrativas, levou-a então a me colocar em contato com algumas pessoas específicas com as quais iniciei o trabalho de pesquisa, orientado pela prática da observação participante.

O primeiro projeto indicado por ela foi a Sopa Solidária. “Eu acho que a Sopa Solidária pode ser um bom projeto para você porque já existe há bastante tempo e tem alguns voluntários bem antigos e fiéis”, Emelin fez questão de destacar. Combinamos então dela me passar o telefone dos coordenadores de alguns projetos para que eu mesma conversasse com eles. Foi assim que entrei em contato com Josiane, responsável pela Sopa Solidária, e com o pastor Carlos, responsável então pelo Jogo da Vida. Mais uma pessoa sugerida por Emelin foi a responsável pelo bazar da ABASC, Linda. Segundo ela, o bazar funciona três vezes por semana durante meio período mas, ainda assim, Linda vai até a igreja todos os dias. Por fim, ela ainda me apresentou à responsável pelo Mãos que Abençoam, Rosa. Enquanto primeiro contato, Emelin foi de fundamental importância para o desenvolvimento deste trabalho. A partir de nossa primeira conversa, a rede de pesquisa que pude constituir já ficou, em grande medida, condicionada às pessoas que ela escolheu me apresentar, muito embora durante o percurso eu tenha conhecido muitas outras.

Sendo estas as primeiras pessoas com quem pude entrar em contato, comecei a estabelecer a rotina do campo a partir delas. Como chamei atenção, a extensão das atividades da ABASC impossibilitou uma vivência em todas as áreas e, por isso, a escolha de alguns projetos objetivou estabelecer relações intensas em alguns espaços. Realizei o trabalho de campo entre os meses de fevereiro e junho de 2015. Durante as segundas-feiras, das duas às cinco da tarde frequentei o Mãos que Abençoam; às terças, das duas às seis o Sopa Solidária; às quartas, das nove às onze o Jogo da Vida e, das treze às dezoito o bazar. Além deste acompanhamento sistemático, também participei de ações especiais do bazar em alguns finais de semana.

Cada um destes espaços, por sua vez, também exigiu diferentes estratégias de aproximação, mas a partir do convívio com os voluntários percebi a recorrência de uma certa disposição que pode ser expressa pela noção de “ajuda”. Em todos os lugares, com exceção do Jogo da Vida, aprendi a fazer o que os voluntários faziam: tricotar no Mãos que Abençoam, cortar legumes na Sopa Solidária, organizar roupas no bazar. Estas atitudes me colocaram, em grande medida, ao lado dos voluntários, “ajudando” nas atividades realizadas. Como o Jogo da Vida tinha por alvo oferecer aulas de futebol para meninos adolescentes, esse foi o único local onde não aprendi a fazer o mesmo que os voluntários, mas ainda assim também “ajudei” em momentos específicos a pedido dos próprios voluntários. Uma destas ocasiões foi quando, ao final de um dos treinos, acompanhei uma breve conversa entre os voluntários em frente à quadra, quando comentavam sobre a vontade de também promover aulas de futebol para meninas. Naquele momento algumas adolescentes, por volta dos 14 anos e vestidas com uniforme escolar, estavam passando e um deles me pediu que, por ser mulher, eu as abordasse, questionando seu eventual interesse na prática esportiva. Neste caso, minha posição enquanto mulher levou o voluntário a pedir que eu atuasse como mediadora, “ajudando” de certa forma a esclarecer uma dúvida relevante para o planejamento do projeto.

Observo como o ato de “ajudar” está presente de modo recorrente, tanto como iniciativa particular como a pedido do grupo. “Ajudar” parece ser uma das formas de ser voluntário neste contexto apresentado. Compreendo tal atitude não apenas como expressão espontânea de cunho individual, mas também uma forma de se colocar no grupo, criada coletivamente. Neste sentido, a “ajuda” parece ser a linguagem do voluntariado e destaco que a própria expressão era bastante presente na fala dos voluntários que tive a oportunidade de conhecer. Os envolvidos estavam sempre perguntando uns aos outros se podiam “ajudar” de alguma forma e, ao que me pareceu, “ficar parado” era uma atitude incomum.

As relações que construí “ajudando” nas atividades possibilitaram uma interação com os interlocutores que talvez não houvesse de outra forma. Contudo, se inicialmente esta postura me parecia a mais evidente, com o tempo passei a perceber que seria válido problematizá-la a fim de enriquecer a própria experiência do trabalho de campo. Senti que à medida que me aproximava das mesmas atividades executadas pelos voluntários, mais acesso tinha a seus

comentários e percepções justamente por estar ao seu lado. Portanto, a “ajuda” foi um comportamento fundamental para a minha participação. A partir dela incorporei práticas e percepções que colaboraram para eu pudesse acessar o universo dos meus interlocutores. “El investigador no conoce por situarse externamente a aquello que conoce, (...) sino porque se ubica en una relación activa con lo que se propone conocer” (GUBER, 2004, p.29).

6 – Estrutura dos capítulos

A dissertação está estruturada em quatro capítulos. No primeiro proponho uma reflexão sobre a própria categoria “voluntário” a fim de apresentar elementos que permitam problematizar o seu emprego no contexto da ABASC. Além disso, também exponho as questões institucionais e legais que organizam esta prática. Seguindo este percurso é possível perceber a incidência de regulamentações sobre a organização do trabalho voluntário, buscando distanciar o entendimento sobre as práticas de noções como a caridade, incluindo outras ideias como a de ação social, por exemplo.

Nos demais capítulos busco evidenciar as práticas cotidianas dos agentes de alguns projetos, a fim de responder a pergunta central: que sujeito vai sendo modelado como voluntário neste contexto religioso? A partir da prática dos voluntários, meu objetivo é destacar os elementos incorporados que lhes permitem expressar-se de determinadas formas. De forma geral, é possível perceber que a relação com o outro (mais ou menos concreto) era uma constante na forma como os voluntários construíam suas formas de agir. Ressalto que a etnografia contempla a forma como eles eram modelados justamente a partir do contato com este outro. Para guiar a escrita, utilizo como referência alguns espaços, entendidos aqui como contextos de ação.

No segundo capítulo discorro sobre as ações das voluntárias no bazar da ABASC. Neste projeto convivi com Linda e Anita. Diferente do projeto Sopa Solidária onde haviam diversos voluntários (como descrevo no capítulo três), no bazar as atividades eram realizadas por poucas mulheres e, em grande medida, reguladas pelo que era estabelecido por Linda. Elas deveriam assistir à palestra da Central de Voluntariado e, após informar seus dias disponíveis, entrar em

acordo diretamente com Linda sobre as atividades. A partir do meu contato com elas busco desenvolver a descrição deste espaço e problematizar quais as questões presentes que criam condições sociais para a produção das voluntárias. Apesar de não atenderem diretamente muitos beneficiários, a triagem das coisas se mostrou como uma tarefa complexa que revela formas de concepção da alteridade.

No terceiro capítulo trago a atuação de voluntários da Sopa Solidária, observando que, diferentemente do bazar, onde o aprendizado das atividades se dava desde o início a partir da ação, aqui os voluntários eram incitados a estarem atentos aos modos de operação do grupo como um todo. Para ter contato direto com os beneficiários da sopa era necessário que os voluntários cumprissem diferentes exigências, como passar por uma capacitação específica do projeto. Ainda assim, a partir de conversas entre os voluntários foi possível observar que suas ações eram informadas por ideias a respeito de quem eram os beneficiários e qual o tipo de “ajuda” necessária.

O último capítulo traz a atuação de voluntários no projeto Jogo da Vida, ressaltando a atuação de Joel. Sua ordenação como pastor lhe possibilitou assumir a liderança do projeto bem como da congregação à ele vinculada. Em sua atuação rotineira, diversas vezes Joel lançou mão de trechos de sua história de vida para interpretar o comportamento de alguns alunos, assumindo, baseado nessas colocações, uma determinada postura disciplinadora.

CAPÍTULO 1 – O QUE É SER VOLUNTÁRIO?

Neste capítulo busco refletir sobre a categoria “voluntário”, a fim de esclarecer seu uso no contexto religioso pesquisado. Antes de discorrer sobre os processos de formação de voluntários a partir de suas práticas cotidianas, o primeiro objetivo é pensar sobre os constrangimentos institucionais e legais que organizam o trabalho voluntário, apresentando um “dever ser”. Tal reflexão colabora na medida em que permite compreender os diálogos da ABASC, enquanto instituição religiosa, com as discussões desenvolvidas na esfera pública sobre o voluntariado. É a partir daí que ela organiza suas ações.

Etimologicamente a palavra voluntário vem do latim “voluntarius”, com o significado de própria vontade²². Uma breve busca pelos dicionários de língua portuguesa mostram que o termo pode referir-se, por exemplo, ao “que está em nosso poder ou que depende do nosso arbítrio fazer ou deixar de fazer (...); ao que se dispõe espontaneamente a servir [...] ou a realizar atividade social, humanitária” (Dicionário Aulete); ao ato exercido sem constrangimento e àquele que “faz parte de uma corporação por mera vontade e sem interesse” (Dicionário Priberam).

Mas para além desta definição lexical, é importante atentar-se ao entendimento construído em torno dela e utilizado como base para diversas ações. “(...) o ‘voluntariado’ é frequentemente usado na linguagem geral para ações onde tempo, energia e habilidades foram gastos à vontade e sem um custo” (VNU, 2011, p.23). De acordo com um relatório do estado do voluntariado no mundo organizado pelo programa de Voluntários das Nações Unidas (VNU)²³, para ser reconhecida como voluntária, a ação precisa ser realizada de acordo com a vontade do indivíduo, sem recompensa financeira e para o bem comum (2011, p. 22-23).

²² Origem da palavra – Site de etimologia. Disponível em <<http://origemdapalavra.com.br/site/palavras/voluntario/>> (Acesso em 13 jan. 2016).

²³ O programa de Voluntários das Nações Unidas (VNU) foi criado em 1970, é administrado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e busca promover iniciativas voluntárias no mundo. No Brasil, o programa existe desde 1998. Para mais informações consultar a página do PNUD disponível em: <http://www.pnud.org.br/unv.aspx> (Acesso em 13 jan. 2016).

Estas três ideias parecem estar presentes na compreensão expressa cotidianamente a respeito do voluntariado. No site institucional da ABASC, por exemplo, no link que dá acesso à categoria “voluntários” não havia nenhum texto explicativo. Apenas uma descrição – “Voluntários: colabore com a ABASC” – e imagens de pessoas sorridentes montando e entregando cestas de alimentos. Esta apresentação sugere que algumas ideias a respeito do que é o trabalho voluntário já foram consolidadas neste contexto. Diante das fotos, a ideia que mais aparece é a associação entre trabalho voluntário e doação.

Estas ideias associadas ao termo voluntariado apareceram durante o trabalho de campo e me ajudaram a compreender melhor a forma como ele era organizado na ABASC. Para fazer parte como voluntário, é preciso participar de uma palestra organizada por uma Central de Voluntariado da PIB Curitiba. No início de uma destas palestras da qual participei, o líder da Central enfatizou que o termo “voluntário” não existe na Bíblia; é um termo da sociedade civil. Assim, a igreja como uma instituição atenta à legislação, organiza suas ações em relação às mesmas, sendo este, de acordo com o líder, o motivo da palestra.

A relação com o conceito de cidadania foi marcante em sua fala, quando ele mencionou que todos são “cidadãos do céu” e que, desta forma, têm direitos e deveres no reino de Deus. Entre os deveres está o de negar a si mesmo e uma das formas de fazer isso é separar tempo para servir o próximo – algo proporcionado pela prática do voluntariado.

Esta ideia de “servir ao próximo” remete a uma certa visão de obediência a Deus e de formas de relação com o outro, estas, capazes de refletir a relação com Deus. Os voluntários percebem situações desiguais e, como um de seus “deveres” enquanto “cidadãos do céu”, devem colaborar para transformá-las. Concordando com as indicações de Silva (2006), pode-se observar aí uma certa concepção de igualdade a respeito da “natureza humana”: “a percepção dos voluntários é de que eles não são iguais ao público que atendem, devido às desigualdades sociais, mas acreditam que, se tais desigualdades forem eliminadas ou anuladas todos serão iguais” (SILVA, 2006, p.86).

Ao associar questões como servir a Deus, exercer cidadania e doar algo ao próximo numa palestra formativa, a Central, de certa forma, apresenta uma definição do que as ações dos candidatos a voluntários podem significar naquele cenário. Enquanto instituição, a PIB Curitiba está interessada em receber

voluntários, mas também preocupada em orientá-los para que atuem de acordo com os seus preceitos.

A fim de melhor compreender como a prática do voluntariado tem sido pensada e, a partir disso, organizada, busco construir uma perspectiva a seu respeito.

1.1– O voluntariado em perspectiva

A ênfase deste trabalho recai sobre o contexto evangélico, notadamente na igreja Batista. Ainda assim, pensar diacronicamente a categoria voluntariado de modo mais amplo, mostra-se como relevante na medida em que pode elucidar justamente quais são as especificidades do campo em relação a um contexto mais geral e colaborar na reflexão a respeito da realidade vivenciada. Quando iniciei a busca por uma bibliografia com a qual fosse possível dialogar e melhor compreender a categoria do voluntariado, encontrei uma expressiva quantidade de estudos na área da administração e serviço social, com discussões que me pareceram bastante próximas entre si.

Este fato me remeteu então à fala de uma das voluntárias com as quais convivi no projeto Sopa Solidária. Trata-se de uma senhora natural de João Pessoa, Paraíba, já aposentada, que durante grande parte da vida atuou como assistente social. Certo dia ela perguntou sobre o que seria o meu trabalho e, quando respondi que o assunto principal era o voluntariado, ela logo disse-me num tom até impositivo: “você tem que colocar no seu trabalho que o Brasil ainda está muito atrasado com relação a este tema, pois em outros países o voluntariado tem um status bem diferente. Aqui as pessoas não discutem muito sobre isso”.

O lugar que o tema do voluntariado apresenta nos estudos é comentado em um trabalho da antropóloga Leilah Landim (2000):

No Brasil é de repente, nos finais dos anos 90, que começa a aparecer uma inédita discussão sobre o “trabalho voluntário” e a “doação individual”. Um debate quase nada acadêmico e desenvolvido sobretudo em campo fronteiriço ao das próprias instituições privadas de ação social, de algumas agências

governamentais e dos grupos do setor privado que vêm criando o novo campo do “investimento social empresarial”. Se práticas que podem ser reconhecidas e enquadradas como doações e voluntariado sempre existiram na sociedade brasileira, elas raramente se constituíram como uma questão, da forma como está sendo agora construída e levada a público (LANDIM, 2000, p.12).

A história do voluntariado é narrada por autores do âmbito da administração de forma evolucionária, a partir de ações originadas marcadamente no cenário religioso, até as iniciativas atuais da sociedade civil como um todo. Todavia, é fundamental observar que esta história é orientada por escolhas que, em grande medida, transmitem uma ideia de que o voluntariado “nasce” a partir de ações caridosas e se “desenvolve” até chegar nas iniciativas contemporâneas que visam colaborar para a promoção de transformações sociais.

A construção e apresentação desta história é problematizada pela cientista social Andréa Freitas da Silva (2006), em seu trabalho a respeito das motivações das pessoas ao se voluntariar, a partir do trabalho de campo na ONG RIOVOLUNTÁRIO. Lá, os pretendentes a voluntários passavam por uma oficina que apresentava uma história ascendente a respeito do voluntariado no Brasil, começando com a organização de hospitais, até a indignação com as desigualdades sociais apresentadas hoje.

Este recorte adotado arbitrariamente pelos dirigentes das instituições de voluntariado no Brasil acaba por colocar em comparação práticas e ações cujo objetivo era a ajuda aos pobres e desfavorecidos, ou a manutenção de um projeto político que nem sempre contavam com um voluntariado nos moldes do que é proposto atualmente pelos Centros Voluntários, no sentido de que a responsabilidade dos cidadãos deve ser acionada para responder às necessidades sociais (...) Minha sugestão é de que o esforço resultou em uma abordagem de inspiração evolucionista (SILVA, 2006, p.67).

Para Andréa Silva (2006) a forma como a história é organizada pelas instituições ligadas às práticas voluntárias, acaba colocando em perspectiva ascendente práticas que possuem historicidades particulares e que, por isso, não deveriam ser comparadas como motivadas por premissas semelhantes.

Segundo a autora, a ênfase das iniciativas atuais, ligadas a ideias como cidadania, é bem diferente da motivação das doações realizadas no século XVI nas Santas Casas, por exemplo. Desta forma, colocá-las como origens do voluntariado, tal como ele é compreendido hoje, apresenta-se como algo inadequado (SILVA, 2006, p.71).

Considerando então tais questões, a autora constrói um breve histórico das iniciativas ligadas à ação social no Brasil, atentando para questões que a levaram a perceber a inadequação nas associações acima descritas. Entre os séculos XVI e XIX, Silva aponta que as ações seriam regidas por sentimentos marcadamente religiosos como a caridade, sendo, por isso, referentes ao espaço privado, diferente do voluntariado hoje que estaria mais fortemente associado ao espaço público. Ademais, tais práticas consideradas hoje como caridosas ou assistencialistas são criticadas, já que a concepção contemporânea enfatiza que as ações devem privilegiar o desenvolvimento do indivíduo atendido – algo que não seria contemplado pelas iniciativas anteriores.

Durante o trabalho de campo, pude observar esta posição crítica diversas vezes. Um exemplo que acredito ser esclarecedor foi uma conversa que tive com a assistente social da ABASC. Em nosso primeiro contato, quando eu disse que gostaria de estudar a questão da caridade ela me chamou a atenção e ressaltou que este termo não é utilizado, pois remete a um assistencialismo, a uma prática na qual não se tem a preocupação com as consequências do ato voluntário. O correto, segundo ela, seria falar em ação social, pois o objetivo, ao trabalhar com pessoas em situação de vulnerabilidade, é levá-las a pensar sobre sua condição e fornecer meios para que saiam dela. Esta crítica pode ser observada como um desdobramento das relações entre voluntariado e espaço público. Mesmo representando a ABASC, enquanto instituição religiosa, ela precisa estar atenta às discussões que ocorrem no espaço público acerca da organização das atividades.

1.2– O voluntariado e o Estado

Até o início do século XX, as relações entre voluntariado e religião (sobretudo o catolicismo) eram dominantes no contexto brasileiro. A partir da década de 1930 houve uma transformação deste cenário, principalmente no que se refere à atuação do Estado. Segundo Andréa Silva (2006), principalmente no primeiro governo de Getúlio Vargas, o Estado passou a centralizar a organização de áreas como educação, saúde e cultura. Contudo, embora houvesse um certo domínio, a colaboração da sociedade civil era incentivada pelo Estado para a realização destas ações.

Um importante marco deste momento foi a criação da Legião Brasileira de Assistência (LBA) em 1942, instituição governamental que organizava a participação voluntária na área da assistência social. Naquele mesmo ano foi lançado o Programa de Voluntariado, ampliado em 1979 como Programa Nacional do Voluntariado (PRONAV) da LBA, que atuava através de Núcleos de Voluntariado.

Através do PRONAV buscava-se, “pela mobilização e motivação consciente, o engajamento e o trabalho voluntário de cada brasileiro na promoção social das populações carentes, procurando alcançar não só o equacionamento, mas a redução dos problemas sociais” (PRONAV, 1985) – a “sociedade civil” e a “cidadania” não constavam, por esses tempos, da retórica oficial (LANDIM & SCALON, 2000, p.17).

Um dos diferenciais entre os dois programas, segundo Jairo Melo Araújo (2008), seria a forma de intervenção: enquanto o primeiro atendia principalmente indivíduos e famílias, o segundo focava em um atendimento para a comunidade de forma mais ampla. Além disso, na medida em que o primeiro privilegiava os grandes centros, o segundo buscava intensificar sua atuação no interior (ARAÚJO, 2008, p.209).²⁴

²⁴ Algo a ser aqui lembrado é que a liderança da LBA era exercida sempre pelas esposas dos chefes do executivo, motivo pelo qual o período ficou conhecido como “primeiro-damismo”. Esta relação entre mulheres e a prestação da assistência também é algo recorrente no cenário religioso. A liderança da ABASC, por exemplo, desde sua organização em 1996 era exercida pela esposa do pastor presidente da PIB Curitiba, que só deixou o cargo há pouco tempo por

A ações da LBA poderiam ser caracterizadas como o que se chama hoje de assistencialistas. De acordo com Francisco Pereira Neto (2006), sua atuação estimulou a criação de laços clientelistas e “se notabilizou muito mais por estimular o jogo da troca de favores entre Estado e parcelas da sociedade (...), do que por uma intervenção sistemática e organizada nos espaços de fragilidade social do país” (PEREIRA NETO, 2006, p.117).

Este perfil de assistência passou a entrar em conflito com outras discussões que estavam em curso na década de 1980, das quais talvez o maior marco seja a Constituição de 1988. A nova Carta Magna representou uma importante mudança na compreensão da assistência social, estabelecendo-a juridicamente como um direito. Além disso, também foi responsável pela criação de novos mecanismos de participação da sociedade civil.

A noção da assistência como direito foi regulamentada pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), decretada em 7 de dezembro de 1993. Entre as diretrizes, a Lei prevê a descentralização político-administrativa entre União, Estados, Municípios e o Distrito Federal, a partir da criação de Conselhos de Assistência Social em cada esfera. Os Conselhos têm o objetivo de organizar, normatizar e fiscalizar as ações e reúne representantes do governo e da sociedade civil.

O artigo 9 da LOAS estabelece que as entidades e organizações devem estar inscritas no respectivo Conselho de Assistência Social. Para fins de organização, o Conselho Municipal de Assistência Social de Curitiba pontua que considera como entidade ou organização de assistência social, a instituição que seja “pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que atue de forma preponderante na assistência social, ou seja, que tenha a assistência social como atividade econômica principal no seu Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica” (RES.33/2011, p.3).

Como observado, o contexto no início da década de 1990 foi palco de discussões que questionavam as ações adotadas pelo Estado diante de problemas sociais. Como resposta, em 1995, durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso, a LBA foi extinta em virtude do seu criticado perfil clientelista já mencionado, e o governo lançou o Programa Comunidade Solidária, cujo

questões de saúde que a impossibilitam, inclusive, de participar de outras atividades cotidianas da igreja como os cultos.

objetivo seria descentralizar as ações do governo, estimular a mobilização da sociedade civil e afastar-se de iniciativas com caráter clientelista, entre outras questões (ARAÚJO, 2008, p.231).

Em 1997 foi então lançado o Programa Voluntários, com a previsão da criação de Centros de Voluntariado em todo país como mediadores entre instituições e voluntários.

“Reconhecendo o vigor e a amplitude do esforço generoso de cidadãos e instituições”, o Programa “tem como missão contribuir para a promoção, valorização e qualificação do trabalho voluntário no Brasil”, sendo que “(...) A nova visão do trabalho voluntário não tem nada a ver com caridade e esmola nem com ocupação de quem sofre de tédio”. Tem a ver com “cidadania participativa”, ao mesmo tempo que com “eficiência e resultados” (Documento da Comunidade Solidária, s/d.). (LANDIM & SCALON, 2000, p.13).

Para atender ao programa foi sancionada a Lei do Voluntariado²⁵ (1998). Até então ele vinha sendo discutido principalmente como um desdobramento de questões do âmbito da assistência social e, desta vez, apareceu como uma questão legal e desvinculada de áreas específicas, o que contribuiu para a discussão de sua organização de maneira mais ampla. Neste documento encontra-se uma definição formal para o voluntariado:

Art. 1º Considera-se serviço voluntário, para fins desta Lei, a atividade não remunerada, prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza, ou a instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade (Lei n. 9608, 1998).

Todas estas ações geraram uma nova percepção sobre o voluntariado. Segundo Silva (2006), é possível observar uma crescente profissionalização desta prática, não com relação à remuneração, mas sim ao comprometimento por parte dos voluntários e instituições (SILVA, 2006, p.78). Sua prática associada à uma certa noção de caridade tende a ser desqualificada em função

²⁵ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9608.htm (Acesso em 20 out. 2016).

de noções como responsabilidade social, sobretudo por parte do Estado que reivindica para si um papel regulador.

Este olhar diacrônico lançado a respeito das práticas consideradas como voluntárias, além de esclarecer um pouco sobre as relações atuais entre os agentes, também aponta para rupturas e permanências. Como já pontuado, Silva (2006) afirma que seria equivocado encontrar nas ações religiosas do século XVI a origem do voluntariado em virtude das motivações que não coadunam com a compreensão que se tem hoje a respeito do que seria esta prática. Ainda assim não é possível desconsiderar que ainda hoje muitas iniciativas podem ser motivadas pelos mesmos valores de caridade, por exemplo.

A diferença principal é que, diferente dos que prestavam assistência no século XIX, por exemplo, este voluntário será continuamente assolado por narrativas construídas no âmbito dos Centros de Voluntários. Estas narrativas estarão fortemente informadas pelas noções que, hoje, são consideradas importantes no contexto da assistência social com a participação dos indivíduos (SILVA, 2006, p.79-80).

As instituições religiosas, enquanto locais privilegiados para atuação de voluntários, atualizaram algumas ações em acordo com as discussões da sociedade civil. Alguns elementos na ABASC apontam para este cenário, como a sua própria criação em 1996 – três anos após a promulgação da LOAS. Em seu estatuto, a ênfase das ações é dada aos aspectos que dialogam com a legislação da assistência utilizando termos como cidadania, direitos humanos, equidade social entre suas finalidades, por exemplo, além de apontar que não deve haver qualquer forma de discriminação em suas práticas. Os aspectos religiosos, por sua vez, aparecem em segundo plano com a assistência religiosa sendo citada apenas 1 vez dentre as 14 finalidades.

Art. 2º. A ABASC, sem qualquer distinção de origem, raça, sexo, cor, idade ou qualquer outra forma de discriminação, tem como finalidade:

I. A promoção:

- a. da assistência social,
- b. da assistência espiritual,
- c. da segurança alimentar e nutricional saudável,
- d. da educação,

- e. da cultura,
- f. da saúde,
- g. do esporte e lazer
- h. da ética,
- i. da paz,
- j. da cidadania,
- k. dos direitos humanos,
- l. da equidade social,
- m. da democracia,
- n. do serviço social voluntário (ANEXO 1).

A criação da ABASC como entidade jurídica justamente em 1996, diante deste cenário de discussões, parece apontar para a incidência que questões articuladas a nível nacional podem ter sobre questões locais. A ABASC não é apenas um desdobramento das ações sociais praticadas na igreja, mas também pode ser indicativo do lugar que a própria PIB Curitiba ocupa (ou quer ocupar) na sociedade.

Além de promover o estabelecimento de parcerias com o Estado, a ABASC também opera a partir de uma rede de colaboradores. Neste ponto, é válido introduzir a noção de “campo institucional da caridade” proposta por Delma Pessanha Neves (2003), a partir da qual a autora propõe estudar as instituições considerando também suas redes de interdependência, associando os conceitos de *campo* e *redes sociais*. Ela chama atenção para o fato de que nenhuma instituição atua isoladamente, mas geralmente constitui uma ampla rede de parcerias com empresas, padarias, restaurantes e colaboradores anônimos por exemplo, que possibilitam suas práticas. Em sua página na internet a ABASC elenca diversas instituições como parceiras: Instituto Cargolift, a Prefeitura de Curitiba, a Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Juventude de Curitiba, a loja de calçados Andaraki, o Instituto Paranaense de Cegos, a Sociedade Bíblica do Brasil, entre outras. O tópico as apresenta como “instituições que colaboram conosco”. Entretanto, a partir do trabalho de campo observei que algumas instituições não estavam nesta lista, como a Central de Abastecimento do Paraná (CEASA) que doa a maior parte dos legumes utilizados no preparo da sopa do projeto Sopa Solidária, bem como a padaria que lhes doava os pães.

As questões aqui apresentadas indicam este “campo institucional” no qual a ABASC pode ser inserida a partir de suas relações com o Estado e outros colaboradores que, em grande medida, influenciam na sua forma de

organização. Contudo, também é importante perceber que elementos pertinentes à sua natureza religiosa permanecem. Assim, a seguir busco especificar a visão institucional a respeito do voluntariado.

1.3– O voluntário da ABASC: “um cidadão do céu”

Considerando as questões apresentadas até aqui, vale agora pensar de que forma a ABASC se insere e organiza suas atividades considerando o contexto em voga, mas também as coloca em relação aos preceitos que fazem parte de sua natureza religiosa. Assim, o objetivo deste tópico é apresentar os caminhos institucionais que um voluntário deve percorrer quando se propõe a atuar em alguma área.

Convém ressaltar que embora PIB e ABASC sejam instituições distintas, elas estão intrinsecamente relacionadas. É complexo tentar estabelecer até onde vai a abrangência de uma ou outra. Desta forma, a concepção do que seja o trabalho voluntário resulta de um encontro de ideias presentes em ambas. São considerados voluntários aqueles que atuam tanto na PIB quanto na ABASC de forma não remunerada e sem vínculo empregatício. Assim, tanto aqueles que se propõem a atuar no ministério de adoração da igreja, responsável por atividades como música, dança e teatro na PIB Curitiba, quanto os que atuam em algum projeto da ABASC, devem participar de uma palestra de capacitação organizada por uma Central de Voluntariado Ministerial pertencente à PIB, já citada anteriormente.

A capacitação ocorre normalmente no terceiro final de semana de cada mês e é anunciada nos e-mails informativos da igreja enviados semanalmente para aqueles que se cadastram no site. Além de elencar as atividades que estiverem ocorrendo e eventos programados, todos os e-mails listam ao final um link que dá acesso à página da Central de Voluntariado no Facebook. Esta parte “fixa” dos e-mails também apresenta os números da “Linha da Vida”, um plantão pastoral via telefone 24 horas, e o link da revista “Dia a Dia com Deus”, produzida semanalmente pelo ministério de Comunicação.



Figura 7 - Barra que acompanha todos os e-mails informativos da PIB Curitiba.

Seguindo então este link, encontrei a seguinte descrição:

Para ser um voluntário existe um processo a ser seguido, e antes de iniciar sua atividade você precisa comparecer numa capacitação para uma entrevista e integração básica, onde te apresentaremos as oportunidades de serviço, os requisitos e iremos oficializar sua atuação. Isso é obrigatório na PIB e uma exigência legal.

Considerando esta dinâmica, observa-se que, ao menos cotidianamente, a ABASC é tida como um dos ministérios da PIB Curitiba, subordinado ao ministério da ação social, e, assim, esta é a responsável por organizar os voluntários que desejam atuar nas duas instituições. Ao iniciar o trabalho de campo, participando diretamente do dia-a-dia de alguns projetos, pressupunha que a ABASC tivesse maior autonomia com relação ao recrutamento de seus voluntários, mesmo porque a palestra praticamente não é uma questão mencionada pelos voluntários. Esta situação ressalta ainda a situação hierárquica entre as duas instituições (ABASC subordinada à PIB).

Participei de uma destas palestras no mês de abril de 2015. Uma das questões levantadas já inicialmente foi a concepção de voluntariado. Como já mencionado no início deste texto, o líder chamou atenção para o fato de que a igreja precisa estar atenta às leis civis e, por isso, este momento do treinamento sobre voluntariado é importante. Em sua fala, ele buscou relacionar uma exigência legal a noções religiosas específicas. O termo voluntário, ausente no texto bíblico, foi então associado ao de “cidadão do céu”: este último se refere à passagem bíblica do Novo Testamento, em Filipenses capítulo 3, versículo 20:

“Nós porém somos cidadãos dos céus. É de lá que ansiosamente esperamos o Salvador, o Senhor Jesus Cristo (...)”²⁶.

Outra questão explorada na palestra referia-se ao como atuar. Neste momento, a concepção acionada é a de “dons espirituais”, capacidades consideradas como tendo sido recebidas de Deus para o proselitismo e manutenção da igreja. A ideia inicial é baseada na passagem bíblica de Romanos, capítulo 12, versículos 4-8, lida integralmente pelo líder durante a palestra.

(4) Assim como cada um de nós tem um corpo com muitos membros e esses membros não exercem todos a mesma função, (5) assim também em Cristo nós, que somos muitos, formamos um corpo, e cada membro está ligado a todos os outros. (6) Temos diferentes dons, de acordo com a graça que nos foi dada. Se alguém tem o dom de profetizar, use-o na proporção da sua fé. (7) Se o seu dom é servir, sirva; se é ensinar, ensine; (8) se é dar ânimo, que assim faça; se é contribuir, que contribua generosamente; se é exercer liderança, que a exerça com zelo; se é mostrar misericórdia, que o faça com alegria.²⁷

Uma breve exegese acerca desta passagem foi apresentada por ele na sequência da leitura. Com o auxílio do projetor, ele explicou que os dons podem ser divididos em 4 grandes áreas: ministeriais, palavra, sinais e serviços, como se lê no quadro abaixo. Em virtude do grande número de voluntários, esta organização supõe que cada pessoa já se apresente, por ocasião da inscrição no programa de voluntariado, consciente de quais dons possui e, a partir disso, seja capaz de procurar de modo autônomo os espaços e projetos nos quais possa desenvolvê-los.

²⁶ É necessário ressaltar que, dependendo da tradução, o mesmo trecho aparece de outras formas como, por exemplo: “A nossa cidadania, porém, está nos céus (...)”; “Mas a nossa cidade está nos céus (...)”. Optei pela tradução mantida no texto por ter sido a que foi citada pelo líder da Central durante sua fala.

²⁷ O trecho também pode apresentar diferenças dependendo da tradução.

MINISTERIAIS (avanço do reino)	PALAVRA (crer, ouvir e praticar)	SINAIS (comunidade do sobrenatural)	SERVIÇO (serviço em amor)
1. Apóstolo / Missionário 2. Profeta 3. Evangelista 4. Pastor 5. Mestre conhecimento	6. Sabedoria 7. Ensino 8. Discernimento 9. Fé	10. Curas 11. Milagres 12. Línguas interpretação	13. Liderança / Presidir 14. Administração governos 15. Socorros 16. Misericórdia 17. Serviços 18. Provisão / contribuir 19. Intercessão 20. Hospitalidade

Figura 8 - Dons espirituais.

Fonte: Manual do Voluntário – Central de Voluntariado Ministerial da PIB Curitiba (ANEXO 2).

Observo que ao apresentar estas questões, o líder da Central tomou como pressuposto que todos fossem protestantes. No dia em que participei, especificamente, havia cerca de quinze pessoas entre homens e mulheres e, durante a apresentação inicial, todas disseram ser protestantes – uma, inclusive, frequentava outra igreja que não a PIB (no caso, a Comunidade Alcance). Durante a realização de minha pesquisa, contudo, conheci voluntários que não eram evangélicos. Tendo isso em vista, a organização de uma apresentação sistemática de como o voluntariado é compreendido na PIB Curitiba, pode ser observado como um esforço da Central em situar a todos (protestantes ou não) em um determinado contexto de atuação.

Também foi abordado durante a palestra o motivo da existência da Central. A PIB Curitiba é uma igreja com aproximadamente sete mil membros e conta com o serviço voluntário para manter todas as suas atividades. Há alguns anos um dos voluntários moveu uma ação contra a igreja, reivindicando vínculo trabalhista. Esta situação não foi especificada pelo líder da Central, mas segundo ele, foi após este episódio que o pastor solicitou a organização de uma Central responsável por recepcionar e orientar todos que desejam atuar de qualquer forma na igreja. Observa-se como esta situação foi importante para que a PIB Curitiba se organizasse e determinasse o que é ser voluntário em seu contexto. Não são indivíduos apenas dispostos a trabalhar na igreja, mas são aqueles dispostos a trabalhar sem remuneração e vínculo empregatício.

O processo organizado pela Central para então formar seu quadro de voluntários apresenta 10 etapas:

1. Cadastro voluntário.
2. Entrevista.
3. Apresentação das oportunidades.
4. Aceite e termo voluntariado.
5. Integração central.
6. Integração ministerial.
7. Treinamento tarefa - Atribuição de responsabilidades.
8. Monitoramento assistido.
9. Avaliação 360 - Certificado.
10. Renovação / Novo programa.

A entrevista citada no item 2 é realizada concomitantemente à palestra, por outros integrantes da Central em uma sala separada, de modo que os participantes perdem alguns trechos da fala do orador. No dia em que participei, a entrevista era conduzida por duas mulheres, com as quais tive contato somente ao final da palestra. Uma delas era jovem e foi quem me recebeu, bastante solícita. Quando comecei a fazer algumas perguntas mais específicas a respeito do voluntariado e da entrevista, percebi que ela não estava segura nas respostas e chamou sua colega, uma mulher um pouco mais velha que estava no computador e que então passou a conversar comigo.

Questionei se há alguma diferença nas atividades exercidas por voluntários e funcionários e o que eles buscam saber de cada pessoa durante a entrevista. Ela me respondeu então que é necessário pensar na igreja como uma empresa que precisa de pessoas para manter suas atividades. Assim, os voluntários devem atuar em colaboração com os funcionários. Já com relação ao exercício das atividades, apenas aquelas que exigem “ministração da palavra” devem ser realizadas exclusivamente por membros da igreja, a fim de que os preceitos da mesma estejam presentes. São atividades como oração e aconselhamento, por exemplo.

Com relação à entrevista, segundo ela o principal objetivo é captar o interesse das pessoas e definir a proposta da igreja, orientando cada um a preencher um cadastro com dados pessoais (Anexo 3), assinar o termo de adesão ao serviço voluntário com a PIB Curitiba após a leitura da lei específica (Anexo 4), para só então receberem uma carta de recomendação aos ministérios

(Anexo 5). Além disso, durante a conversa individual o objetivo também é perceber se a pessoa deseja ser voluntária e tem como objetivo colaborar para o desenvolvimento dos projetos da igreja, ou está com problemas pessoais e observa as atividades como uma mera distração para esquecê-los. Neste caso, elas geralmente são encaminhadas a um aconselhamento pastoral.

Após estas etapas iniciais, uma preocupação da Central é acompanhar os voluntários principalmente para que não excedam a carga horária permitida legalmente de 16 horas mensais – algo previsto no item oito das etapas apresentadas acima.

É possível comparar este processo organizado pela central ao apresentado por Corullón & Medeiros (2002) em seu trabalho a respeito do voluntariado empresarial. Os autores assinalam que um processo de seleção é fundamental para a organização da instituição e, entre as diversas questões, listam o preenchimento de uma ficha de inscrição, a assinatura do termo de adesão após a leitura da lei do voluntariado, uma orientação individual antes do início dos trabalhos, o monitoramento e avaliação e a renovação.

A semelhança entre os processos marca também a comparação feita pela voluntária da Central, entre a igreja e uma empresa. Acredito que esta ligação não seja casual e pode elucidar a forma como aqueles que atuam na PIB compreendem seus espaços e ações. Este momento da palestra (entendido aqui como porta de entrada), apresenta aos voluntários esta compreensão e os coloca em diálogo com questões legais e religiosas que permeiam a organização da PIB Curitiba. À vista disso, os voluntários que se apresentam interessados em atuar na ABASC, também são colocados diante desta compreensão e da intrínseca relação entre as duas instituições. Um voluntário, neste contexto, trabalha de acordo com questões legais estabelecidas, mas também exerce seu papel como “cidadão do céu”.

Diante da descrição desta fase de capacitação proposta pela Central de Voluntariado, observam-se elementos relacionados ao contexto de discussões específicas exposto anteriormente. Como indica Marcelo Camurça (2005),

(...) quando a “caridade” foi guindada de assunto de crença religiosa à modalidade de caráter cívico-social, engendrando formas modernas de praticá-la como “voluntariado”, o deslocamento desta prática dos domínios das relações

personais, familiares, de vizinhança e das “obrigações” religiosas para o espaço público das regras, normas, contratos sociais, vem acompanhado da superação de sua condição pré-moderna (com todo seu corolário: “assistencialismo”, “clientelismo”, “tradicionalismo”) (CAMURÇA, 2005, p.47).

Houve grande esforço por parte do Estado e da sociedade civil em superar um caráter considerado clientelista das práticas voluntárias, associando-as ao exercício da cidadania, por exemplo. Se antes o voluntariado era visto como algo essencialmente ligado à esfera religiosa, é possível observar as crescentes iniciativas e relações que envolvem também a esfera pública. No caso da PIB Curitiba por exemplo, houve uma preocupação em criar uma instituição distinta para tratar especificamente da área de ação social e uma Central para recepcionar os voluntários e orientá-los de acordo com a legislação.

Além destas questões estruturais, também é válido observar que a visão a respeito do voluntariado associado à responsabilidade social, estimulada pelo Estado, afetou diretamente as práticas. Segundo Neves (2003), esta nova visão não tem a ver com a ocupação de madames, mas busca agregar empresários, estudantes e diversas habilidades, demandando engajamento. Para mobilizar e administrar todos estes agentes é necessário então que as instituições sejam capazes de construir um ambiente que valorize as capacidades de cada um. De acordo com a autora, os agentes podem ser diferenciados pela sua posição hierárquica, pelo seu comprometimento e investimento nas atividades, e também “pelos que se dão e pelos que se doam” (NEVES, 2003, p.40).

Esta diferenciação observada pela autora com relação à posição dos agentes aponta também para a produção das práticas voluntárias. Existe, de um lado, a motivação dos voluntários quando se disponibilizam a participar de projetos, mas também não se pode esquecer que o cenário constituído em relação a diversas discussões já mencionadas aqui influenciam na forma como cada um irá desenvolver suas habilidades em um contexto determinado. Ao conviver cotidianamente com os voluntários da ABASC e atuar ao seu lado em grande parte dos momentos, pude observar que apesar da instituição apresentar diversas regras para sua atuação, há uma heterogeneidade de perfis que contribui para que cada um também contribua para a manutenção do cenário no

qual se insere a partir de suas próprias percepções. Não são todos voluntários da mesma forma.

No bazar, durante todo meu período de campo observei apenas a presença de mulheres já aposentadas atuando como voluntárias. O mesmo perfil estava presente no Mãos que Abençoam. As frequentes conversas durante as atividades sobre viagens ao exterior me levaram a crer que sejam de classe média, embora não disponha de outros indicadores para confirmar esta impressão. No Jogo da Vida, por sua vez, identifiquei o oposto: são homens jovens que atuam como voluntários neste contexto. No período do trabalho de campo eram apenas três: um deles pastor da congregação Jogo da Vida, um professor voluntário e outro missionário norte-americano. Já no projeto Sopa Solidária a idade dos voluntários era variada, mas boa parte ainda exercia atividade profissional e, muitas vezes, chegavam ao projeto assim que conseguiam sair do trabalho. Com relação ao gênero, a maioria do corpo de voluntários era formada por mulheres, havendo presença constante de apenas dois homens, tendo os outros uma participação eventual.

A diferença no perfil dos voluntários pode ser associada à dinâmica de cada projeto com relação ao público-alvo. No Jogo da Vida e na Sopa Solidária, caracterizados como “projetos sociais”, questões como cidadania e ação social, visando uma mudança dos indivíduos atendidos através das atividades, estavam presentes de forma mais acentuada. Sobretudo os voluntários mais jovens pareciam estar atentos a esta característica. Em contrapartida, no bazar e no Mãos que Abençoam, o primeiro caracterizado como “captador de recursos” e o outro como “ministério”, estas questões pareciam não constar das discussões cotidianas, e observo que a idade das voluntárias pode ser algo que contribua para que elas compreendam seu trabalho a partir de outra perspectiva, privilegiando o desenvolvimento de suas atividades sem problematizar tanto o reflexo em seu público-alvo. Neste ponto, é possível afirmar que as políticas públicas incidem sobre a organização de algumas ações da ABASC e isto, por sua vez, também se reflete na adesão de diferentes perfis de voluntários em cada uma.

Tendo isso em vista, os próximos capítulos buscam apresentar estas diferenças entre os voluntários, observadas a partir de cada contexto, chamando atenção para disposições demonstradas em suas práticas.

CAPÍTULO 2 – BAZAR DA ABASC

Sempre que chegava ao bazar às quartas-feiras por volta do meio dia, a primeira pessoa que encontrava era Linda, a responsável por este espaço. O bazar ocupava algumas salas ao lado do ginásio da PIB Curitiba (Figura 4 – Espaço 4, apresentado anteriormente) e ali ficavam concentradas doações feitas, em geral, por membros da igreja. Era possível encontrar um pouco de tudo: roupas masculinas, femininas e infantis, tais como vestidos, saias, calças, casacos, sapatos, camisas e pijamas; artigos de cama, como travesseiros, cobertores, colchas e lençóis; acessórios, como bolsas e bijuterias, e, em menor quantidade, brinquedos, móveis, eletrônicos e utensílios domésticos, como pratos, talheres, copos, fornos elétricos, jogos americanos, entre outros.

No site institucional da ABASC havia uma breve apresentação do bazar:

Além de atender a toda a demanda por doações, a ABASC promove um bazar três vezes por semana. São roupas semi-novas e utensílios vendidos a preço simbólico. O bazar beneficiou em 2015 mais de 1450 pessoas, que puderam adquirir roupas de boa qualidade por um excelente preço. Toda a renda obtida é revertida para a manutenção dos projetos sociais.

A responsável pelo bazar, Linda, atuava como voluntária ali desde o início das atividades, por volta de 2003. Segundo ela, neste período algumas voluntárias da ABASC organizavam as roupas e móveis recebidos apenas para doação. Em uma sala no subsolo do atual “prédio dos ministérios”, segundo ela, as doações ficavam amontoadas no chão e as voluntárias apenas separavam os artigos de cama e de vestuário em masculinos, femininos e infantis. Aproximadamente em 2010 os “ministérios” que ocupavam as salas ao lado do ginásio foram realocadas no novo prédio de seis andares e foi então que o bazar e os funcionários de serviços gerais teriam ocupado o espaço anteriormente destinado a outras atividades.

Aos poucos, com a “ajuda” de um funcionário da PIB Curitiba e ao lado de outras voluntárias, Linda começou, segundo sua narrativa, a organizar o bazar

com prateleiras: “Eu pedia pra ele: ‘quando chegar um armário o senhor traz aqui pra gente colocar as coisas’. E assim a gente foi organizando o bazar pra que as coisas não ficassem todas no chão”. Esta preocupação em impor uma ordem pode ser um elemento que colaborou para a valorização das doações recebidas, pois se antes elas eram organizadas apenas para atender pedidos, hoje representam uma fonte de recursos para os projetos da ABASC.

A partir de minha observação das atividades, percebi o quanto a circulação das coisas recebidas era uma questão importante para as voluntárias deste espaço. Assim, é a partir da relação delas com estas doações que busco desenvolver este capítulo. Inicialmente descrevo as relações entre as voluntárias e as coisas; em seguida, busco demonstrar o quanto estas relações produzem diferentes posturas neste contexto; e, por fim, proponho a ideia de que estas coisas também estão no centro das relações constituídas pelas voluntárias com os beneficiários de projetos, frequentadores do bazar, como também com membros da ABASC e da PIB Curitiba.

2.1 – Coisas que produzem voluntárias

As doações chegavam ao bazar constantemente. Em frente à recepção da PIB Curitiba havia um cesto da ABASC, onde eram depositadas sacolas com doações de alimentos e roupas. Geralmente os funcionários de serviços gerais, ao realizarem a limpeza do local, retiravam estas sacolas e levavam-nas até uma sala onde ficavam os alimentos ou, no caso dos artigos de vestuário e cama, até o bazar. Também eram recebidas doações de móveis, utensílios domésticos e, nestes casos, os itens eram levados diretamente até uma das salas do bazar pelos funcionários. Quando Linda estava presente, ela os acompanhava e indicava exatamente onde as coisas deveriam ser guardadas.

Acompanhando a rotina do bazar, percebi que as ações de Linda eram essenciais para sua forma de organização. Ela detinha um poder de decisão em relação ao encaminhamento das atividades diárias, sendo reconhecida e respeitada pelas outras voluntárias, assim como pelas funcionárias e líderes da ABASC. Esta posição diante dos outros agentes parece ter relação com seu

comprometimento com o trabalho voluntário, já ressaltado pela assistente social no início do ano quando nos apresentou, dizendo que ela “trabalha no bazar praticamente todos os dias”. Uma vez questionei Linda sobre esse envolvimento diário ao que ela apenas respondeu que faz isso porque é preciso organizar tudo que chega: “Todo mundo chega em joga as coisas de qualquer jeito aqui, depois eu é que tenho que arrumar”.

Apesar deste comentário que pode ser visto como uma queixa, seu comportamento demonstrava que ela gostava de fazer a maior parte das coisas sozinha. Em uma das ocasiões, logo que cheguei percebi que ela estava um pouco quieta. Perguntei então como estavam as coisas e ela logo disse que havia separado uma sacola com roupas para serem doadas a uma congregação mas que outra voluntária acabou abrindo e distribuindo as roupas nas araras para venda. “Às vezes eu não gosto de pedir ajuda porque eu é que sei das coisas, porque estão em cada lugar, e quando outra pessoa mexe sem falar comigo acaba fazendo esse tipo de coisa”.

A organização das coisas recebidas é fator fundamental para a compreensão das ações das voluntárias neste contexto. É a partir das negociações cotidianas feitas em relação às coisas que as voluntárias vão, continuamente, estabelecendo suas maneiras de agir.

Como já descrito, Linda estava envolvida com as atividades do bazar desde o início, em 2003. À época da pesquisa a professora de história e geografia aposentada alcançava os 75 anos de idade. Natural do Mato Grosso do Sul, Linda vivia sozinha em Curitiba, em um apartamento alugado nas proximidades da igreja. Durante o período de pesquisa mudou-se para ainda mais perto. Comentou, em tom de brincadeira, que iria pedir que construíssem um quatinho para que ela morasse de uma vez na igreja, já que estava lá boa parte do tempo pois, além de ser responsável pelo bazar, Linda também participava dos ministérios de idosos e mulheres da PIB Curitiba.

Como me contou em momentos esparsos, Linda nasceu em um lar batista. Quando criança, morava ao lado de um convento. Segundo ela, naquele tempo, por volta da década de 1950, a diferença entre protestantes e católicos era algo bastante marcado e havia uma certa ideia de que os grupos religiosos não poderiam se relacionar. Ainda assim, algumas freiras de certa forma

desconsideravam esta questão e doavam roupas e comida para sua família, sem se ater a questões de pertença religiosa.

A docência a deixara cansada ao longo do tempo e, por isso, Linda esperava ansiosa pela aposentadoria. Entretanto, após uma semana fora da escola, disse que ficou “doida” em casa e decidiu trabalhar como sacoleira. Viajava até o Paraguai para comprar roupas a fim de revende-las em Curitiba. Como Linda, a outra voluntária com quem tive contato, Anita - também uma senhora na faixa dos setenta anos, vivendo sozinha em uma casa no bairro Campo Comprido, na região sul de Curitiba - já havia trabalhado como vendedora em uma loja de roupas e também sabia costurar. Em certa ocasião ela chegou a fazer camisetas para ela, Linda e eu com uma doação de tecidos feita ao bazar.

Como é possível perceber a partir desta descrição, ambas as voluntárias já haviam tido experiências com roupas em suas trajetórias: Linda como sacoleira e Anita como costureira e vendedora. Sem dúvida, suas trajetórias também contribuem para sua formação enquanto voluntárias neste contexto. Mas além de observar estas relações e as possibilidades criadas por elas, também proponho considerar que as próprias coisas doadas também são fundamentais para compreender este processo. A seguir, descrevo o processo de organização das coisas no bazar, demonstrando o quanto elas criam possibilidades para que as voluntárias construam suas ações.

2.2 – “As coisas dão trabalho”

As doações, sobretudo de vestuário, eram recebidas constantemente, o que fazia com que as cinco salas disponibilizadas para sua guarda estivessem sempre cheias, a ponto de não se conseguir entrar nelas. Assim, por mais que fosse estabelecida uma ordem para o armazenamento, sua manutenção não acompanhava o volume de doações. Este ritmo é algo que demandava uma constante organização por parte das voluntárias a respeito da manutenção da organização. Durante uma conversa, Linda me disse que algumas pessoas não percebiam mudanças que ela fazia no bazar. “Às vezes eu fico aqui sentada

pensando em como o bazar ficaria melhor e mudo as coisas de lugar. Aí chegam os outros e nem reparam nisso. As coisas dão trabalho”.

O processo de administração destas coisas é algo complexo, sobretudo em razão de diferentes demandas que devem ser atendidas. Alguns artigos de vestuário e cama, por exemplo, eram enviados à Comunidade Terapêutica Ceifar, uma das instituições apresentadas como parceiras da ABASC, que oferece tratamento a dependentes químicos; outros artigos e móveis eram guardados para atender às famílias recebidas pela assistente social; outros eram enviados às congregações da PIB Curitiba²⁸. Somente uma parte, portanto, podia ser comercializada no bazar.

As observações de Zapata (2005) a respeito das tarefas das voluntárias e “chicas” da Cáritas argentina levaram-me a perceber que o modo de organizar as doações e selecionar a quem elas seriam destinadas seria uma das questões que poderia esclarecer os modos pelos quais os voluntários são construídos, ou seja, como efetivamente incorporam determinadas disposições que os instituem nesta nova posição no interior da PIB Curitiba e ABASC. Segundo a antropóloga argentina, “acomodar cosas no es una tarea mecanica, pues equivale a trabar una relación con los objetos” (ZAPATA, 2005, p.52).

Nesta relação com as coisas, observei que Linda gostava de cuidar da triagem de forma direta pois, segundo ela, assim conseguia exercer um controle efetivo sobre a circulação das doações ao bazar. Ainda assim, diante do grande volume, em alguns momentos ela pedia “ajuda” às outras voluntárias para realizar esta etapa. Foi desta forma, ao também ser “solicitada para ajudar”, que pude observar seus critérios.

Ao abrir um saco, Linda avaliava o estado da peça: em geral, aquelas com aparência mais nova, bem dobradas, passadas e algumas até mesmo com etiquetas de lojas, eram colocadas para venda ou separadas para a Comunidade Ceifar; outras em um estado intermediário, com uma gola um pouco torta, por exemplo, ou com pequenas manchas ou partes descosturadas eram enviadas às congregações; algumas peças neste mesmo estado, mas consideradas por

²⁸ Congregações são igrejas pertencentes à PIB Curitiba localizadas em outras regiões e cidades. Na página da igreja na internet há a informação de que existem vinte e três congregações. Disponível em: <https://www.pibcuritiba.org.br/congregacoes/> (Acesso em 16 jul. 2016).

ela como de primeira necessidade, a exemplo de tênis, blusas e artigos de cama, eram separadas para doação às pessoas recebidas no Atendimento Social realizado na sede da igreja. Também era nesta triagem cotidiana que ela separava, aos poucos, o que seria vendido nos “megabazares” ao longo do ano.

Acompanhando a triagem, algumas vezes sugeri que itens poderiam ser colocados à venda, mas em contraponto, Linda disse que seria melhor guardá-las para pessoas atendidas pela assistente social ou para a Comunidade Ceifar, onde dependentes químicos chegam muitas vezes sem vestuário algum. Ao invés de colocar cobertores à venda, ela os guardava, afirmando que com a proximidade do inverno eles seriam necessários para atender pessoas que às vezes vão à PIB Curitiba durante os cultos pedindo algum auxílio. Diante do contexto e de sua posição, ela levava em conta aspectos como época do ano, possíveis compradores, megabazares e pessoas atendidas, por exemplo. A partir da interação com Linda em momentos como este é que as outras voluntárias também incorporavam a lógica classificatória que envolvia a organização do bazar. Por mais que estas voluntárias não tivessem contato direto com os beneficiários, suas escolhas demonstram o quanto era possível torná-los concretos nesses momentos de triagem das coisas.

A maior parte dos itens era destinado à venda e às congregações. De acordo com Linda, “quando mandamos as coisas para lá eles podem doar e ajudar mais pessoas que precisam. Algumas congregações são bem pobres, então eles ficam felizes com tudo que vai”. A partir desta dinâmica, observa-se que o bazar era um espaço que fazia parte de um circuito de doações, distribuindo as coisas e, neste processo, as voluntárias ocupavam um lugar central. As coisas não chegavam com um sentido definido, mas encontravam novos significados em um ambiente com a criatividade e o imprevisto das voluntárias.

A fala de Linda a respeito de algumas congregações revela uma certa noção sobre o outro, alegando por exemplo que são “bem pobres”. Ao colocar este outro nesta posição de extremamente necessitado, também se cria uma hierarquia em relação a quem é a própria voluntária. Como conhece diretamente os pastores que vão até o bazar buscar as doações, Linda seleciona as coisas em função destas relações, o que, por sua vez, também lhe propicia uma centralidade neste processo.

Assim, descrever o bazar como este espaço que exige a administração de bens e pessoas, permite-nos percebê-lo como um espaço que possibilita às mulheres que dele participam exercer um determinado poder. A este respeito trago aqui a reflexão desenvolvida pela historiadora Ana Paula Vosne Martins (2015) em um artigo sobre a participação de mulheres em ações filantrópicas desde o final do século XIX, chamado por ela de “feminilização da filantropia”. Para ultrapassar uma análise que toma atividades relacionadas à assistência como conservadoras e subalternas, a autora propõe pensá-las como contextos que possibilitaram às mulheres experiências na esfera pública, assim como protagonismo e empoderamento. “Para muitas mulheres (...), sair de seus lares e iniciar um trabalho benemerente as levou para outras experiências com as quais não tinham familiaridade” (MARTINS, 2015, p.26). Apesar de sua análise recair sobre outro contexto temporal ela lembra que críticas a estas atividades, como representativas de mulheres ricas, permanecem até hoje.

Seguir estas reflexões ajuda-nos a analisar o bazar, assim como as atividades ali concentradas, como um espaço que oferece às voluntárias possibilidades de exercerem um certo poder sobre algo. De acordo com o senso comum, por tratarem-se de mulheres já aposentadas suas atividades poderiam se restringir ao lar, contudo, o bazar exige uma série de atitudes que as colocam em movimento e, especialmente, relação com coisas, outras voluntárias e agentes de um espaço como a PIB Curitiba. As formas e critérios de distribuição das doações amplia ainda mais esta rede de relações, influenciando na forma como cada mulher se apresenta e se constrói paulatinamente como uma voluntária.

Após a triagem, as doações destinadas para a venda eram então organizadas nas salas ocupadas pelo bazar. Os espaços onde os itens eram expostos para venda podiam ser divididos em três partes: na primeira ficavam concentrados os artigos infantis, acessórios, vestidos sociais e uma mesa utilizada como “caixa”; na segunda ficavam grande parte dos utensílios domésticos e artigos de cama, vestidos, calças e camisas femininas; na terceira ficavam então os calçados, casacos femininos e o vestuário masculino. Linda pedia às outras voluntárias que mantivessem as coisas arrumadas de determinadas formas: sapatos masculinos e femininos separados; roupas longas

e curtas agrupadas, de forma a constituir uma determinada organização estética do espaço.



Figura 9- Uma das salas com parte de doações a serem organizadas.
Fonte: arquivo pessoal.



Figura 10 - Interior do bazar.
Fonte: página da ABASC.

Para executar mudanças, notei que Linda parecia preferir o auxílio de pessoas que não participavam da rotina diária do bazar. Após o feriado de Tiradentes, em abril, cheguei ao bazar ainda antes do almoço e a encontrei sozinha. Perguntei o que poderia fazer e ela me disse para organizar a prateleira com utensílios domésticos. Eles estavam ainda amontoados em caixas no chão e ela pediu que eu os dispusesse no armário, um ao lado do outro. Durante este tempo, conversamos e ela comentou que o bazar estava sem lugares adequados para organizar as doações e, por isso, no dia do feriado ela pagou, com seus próprios recursos, o trabalho de reorganização do ambiente, feito por um dos rapazes que trabalham nos serviços gerais da PIB Curitiba. Ele instalou prateleiras na primeira peça do bazar e também transferiu para lá algumas araras que estavam guardadas em outra sala. Além disso, ele também a ajudou a limpar uma das salas onde ficavam guardadas doações.

Sua iniciativa em dispor de seu tempo e dinheiro para organizar o bazar é um elemento que acabava ajustando a forma de atuação de outras voluntárias, pois quando elas chegavam no outro dia as coisas já estavam ordenadas na

forma como Linda havia determinado. Acredito que este fato é um exemplo que dá vida à reflexão de Ingold (2010) sobre aprendizado: “Aqui, o papel do tutor é criar situações nas quais o iniciante é instruído a cuidar especialmente deste ou daquele aspecto do que pode ser visto, tocado ou ouvido, para poder assim ‘pegar o jeito da coisa’” (INGOLD, 2010, p.21). O envolvimento e aprendizado não se dão apenas pelas orientações expressas, mas também por atitudes como essa, que revelam a formação de habilidades a partir de uma “educação da atenção”. Aos poucos, observando a forma como as coisas são encaminhadas, é possível às novas voluntárias afinarem sua percepção sobre os diversos elementos que envolvem a organização e as escolhas a respeito das coisas no bazar.

Mais uma questão conduzida por Linda era o preço aplicado aos produtos à venda. Além de considerar a classificação das peças, variando o preço de calças, vestidos, blusas e ternos, por exemplo, outro fator observado por ela na atribuição de valor era o estado de conservação. Quando um item tinha um aspecto já muito usado, ela sempre cobrava um preço inferior. “Vou dar um descontinho pra você nesta aqui porque ela já está bem usadinha”, costumava dizer.

Após selecionar o que levaria, cada comprador se dirigia ao “caixa” onde ficava Linda, que, ao olhar item por item, imediatamente dava o preço de cada um. Embora nas paredes do bazar fosse possível encontrar tabelas indicando o preço dos itens, em razão do intenso fluxo das coisas nem sempre havia tempo para afixar em cada um deles a etiqueta colorida correspondente ao preço determinado previamente. Muitas vezes, portanto, o preço era determinado no momento da transação com o público cotidiano do bazar, composto basicamente por funcionários da PIB Curitiba e da ABASC e de mulheres que compravam os itens para revenda, chamadas pelas voluntárias de “sacoleiras”, como a própria Linda foi logo que se aposentou. Este, talvez, seja um motivo para que ela dissesse que as sacoleiras eram suas melhores compradoras porque gastavam bastante. “Quero que elas sejam bem tratadas”.

Estas relações no momento de definir o preço das coisas mudavam um pouco durante os megabazares, quando quem ficava no caixa era uma funcionária da ABASC. Por achar que as coisas estavam muito baratas, às vezes os preços eram alterados, o que gerava um certo constrangimento. Enquanto

Linda considerava diversos fatores, para ela apenas o estado da peça parecia ser relevante.

Ao final da venda dos produtos, Linda (ou quem estivesse a auxiliando neste momento, colocando as peças em sacolas) anotava em um caderno o nome da pessoa que efetuou a compra, quantas peças foram vendidas e o valor final da transação. No caso específico dos funcionários, havia a possibilidade de vender “fiado”, anotando as contas em um caderno próprio para esse fim. Ao final de cada dia, Linda ainda fazia um balanço do caixa, preenchia uma folha com o número de itens vendidos e o dinheiro arrecadado, entregue então à assistente administrativa da ABASC. Ao final de cada mês também era necessário fazer um relatório, considerando número de peças e valores.

2.3 – O interesse presente nas ações

Enquanto organizava nas araras as roupas que seriam vendidas, Anita sempre se interessava por algumas peças e as separava para comprar. Ela comentava que, se as coisas estavam ali para serem vendidas para todos, não havia mal algum em comprar também. Nunca presenciei Linda fazendo isso, no entanto. Apenas uma vez ela me mostrou uma vasilha e disse que gostaria de comprar o produto, mas que iria perguntar à Daniele, assistente administrativa da ABASC, quanto o item custaria. Ao ouvir isso, indaguei se era mesmo necessário, pois era ela a responsável por atribuir preço às coisas. “Não. Quando é pra mim eu não gosto de pegar assim. Eu sempre pergunto pra Daniele por quanto ela vai me vender”. Situações como esta demonstram que as doações recebidas também têm um valor para o grupo de voluntárias, e não são apenas destinadas a um outro desconhecido.

Observei que algumas vezes Linda tentou transmitir o comportamento de desinteresse à Anita, não permitindo, por exemplo, que a voluntária comprasse alguns itens. Contudo, isto também gerava uma tensão entre elas, pois, para Anita, não deveria haver impedimento para que outras voluntárias comprassem as coisas, já que estariam pagando pelos itens, assim como qualquer outra pessoa. De acordo com ela, esta atitude era compreensível no caso de Linda,

pois, reconhecida como responsável pelo bazar, caso membros da igreja que fizeram doações a vissem com alguma roupa, por exemplo, poderiam pensar que ela simplesmente “pegava as coisas”. A demonstração de desinteresse e o compromisso assumidos por Linda com as atividades, aparecem na fala de Anita como elementos valorizados, associados a um comportamento ético e idôneo.

Via de regra não era proibido que as voluntárias se interessassem por algo, mas o desinteresse parece ser reconhecido como indicador que valoriza a ação voluntária, o que pode ser relacionado a ideias construídas a seu respeito. Atitudes que demonstram qualquer tipo de interesse direto pelas coisas, colocam o próprio ato voluntário em questão. Como nos adverte Bourdieu (1996), o desinteresse é algo cultivado socialmente e, quanto mais envolvido o agente estiver no campo em que isso é a regra, mais desinteressadas deverão parecer ser suas ações:

Os universos sociais nos quais o desinteresse é a norma oficial, não são, sem dúvida, inteiramente regidos pelo desinteresse: por trás da aparência piedosa e virtuosa do desinteresse, há interesses sutis, camuflados (...) A questão da possibilidade da virtude pode, portanto, ser remetida à questão das condições sociais de possibilidade em universos nos quais disposições duradouras de desinteresse podem se constituir e, uma vez constituídas, encontrar condições objetivas de reforço constante, tornando-se o fundamento de uma prática permanente de virtude (BOURDIEU, 1996, p.152-153).

O desinteresse demonstrado por Linda parece ser algo que indica o seu envolvimento com as regras que compõem o campo da doação na ABASC. Além de ser visto por Anita como algo que impõe um certo respeito em relação a possíveis doadores da igreja, isso também se dá com as funcionárias da ABASC, sugerindo que Linda é alguém em quem se pode depositar confiança para a administração das coisas. Seu desinteresse pelas coisas pode ser considerado como algo que evidencia um interesse implícito na constituição de sua posição enquanto responsável pelas atividades.

2.4 – As possibilidades de “ajuda”

Em todo este processo de organização do bazar, observo que o momento de organização das coisas para venda era quando havia mais lugar para a participação das outras voluntárias, mesmo que diante de algumas definições já pré-estabelecidas. Como responsável, Linda articulava relações com compradores, pastores de congregações, da igreja, funcionários, etc. Isto, por sua vez, parece ter uma importante influência sobre a forma como ela atuava. Em contraposição, na atuação de outras voluntárias, menos integradas com estas relações externas, são justamente as coisas que parecem ocupar um lugar relevante, sendo definidoras de como cada voluntária construía sua posição neste espaço.

Aqui, a “ajuda” assume um significado central que também distingue as outras voluntárias de Linda. Ela é quem “trabalha” enquanto as outras podem “ajudar”. Os critérios de julgamento para triagem das doações, por exemplo, devem obedecer às suas noções, pois quando isso não acontece, ou ela mesma corrige, ou então fica um pouco chateada. Estas atitudes podem ser relacionadas a algo que Linda me disse algumas vezes a respeito de seu perfil: “eu gosto de mandar nas coisas”.

Diante da autoridade que Linda possui a respeito destas atividades cotidianas, as voluntárias que chegam acabam seguindo seu padrão de organização e aprendendo como fazer as coisas. Às voluntárias que chegaram no final do primeiro semestre, por exemplo, observei que Linda pedia que organizassem as doações já separadas para venda nas araras e prateleiras, ao invés de lhes pedir auxílio na triagem, por exemplo. Nesta posição, era possível então que as voluntárias também exercessem sua criatividade. Uma delas, por exemplo, reorganizou os sapatos masculinos e femininos. Mais tarde, Linda comentou comigo que havia gostado da alteração e que a colocaria para arrumar vestidos sociais.

Neste contexto, observei também que a sua confiança era um fator determinante para que fosse possível às voluntárias realizar algumas atividades sem a sua supervisão direta. Além disso, me parece que a resiliência era algo valorizado por ela. No meu caso, por exemplo, participei ativamente das

atividades do bazar durante a realização do trabalho de campo, mas sempre perguntando a Linda como cada coisa deveria ser feita: se uma roupa deveria ser vendida ou doada, dobrada ou pendurada, quanto custaria e assim por diante. Após um tempo participando desta forma, Linda pediu que eu a ajudasse na seleção dos itens e até mesmo no caixa. Em um final de semana de maio foi realizado um bazar no CEI Pedacinho de Gente e ela me perguntou várias vezes se eu realmente iria acompanhar esta ocasião. No dia, assim que cheguei à PIB Curitiba, ela me chamou e disse que eu ficaria apenas cuidando do caixa.

Novamente recorro às reflexões de Ingold (2010), para quem copiar diz respeito a uma redescoberta orientada que dá espaço então a improvisos. Imitar e improvisar são aspectos imprescindíveis para a formação de habilidades (p.21), segundo o autor. O conhecimento consiste em habilidades adquiridas na prática, e não meramente em um acúmulo de informações. Além disso, as relações são fundamentais, pois a forma como cada pessoa age tem relação com a prática de todas as outras. O aprendizado acontece a partir do que Ingold chama de redescoberta orientada, uma observação e cópia de ações que daria espaço a improvisos. A grande questão é considerar que o ser humano existe *com* o mundo e não apenas *no* mundo.

Neste contexto do bazar, no qual as coisas ocupam um lugar fundamental, percebe-se a importância que pequenos gestos cotidianos possuem no processo de formação das voluntárias, em grande medida moldando posições e possibilitando relações. Se “as coisas dão trabalho”, recordando uma vez mais a frase dita por Linda, é justamente a partir das relações das voluntárias com as coisas que surgem negociações a respeito de como se portar neste contexto. Os improvisos e o exercício da criatividade não são, portanto, apenas fruto das intenções, mas sim do que é possível ser feito em um determinado contexto de relações.

CAPÍTULO 3 – SOPA SOLIDÁRIA

“Juntos somos mais fortes”. Esta foi a frase que acompanhou um vídeo sobre união de grupo postado na página do projeto Sopa Solidária no Facebook²⁹. Além desta referência, a coordenadora, Josiane, sempre ressaltou a importância da cooperação do grupo para que as ações fossem exitosas. De fato, a preocupação com esse aspecto foi uma questão que pude observar também entre o grupo de voluntários e, talvez, o fortalecimento deste tipo de ideia seja algo importante para que o projeto seja desenvolvido da forma como o conheci. Isto posto, busco então descrever e analisar situações que permitam demonstrar as condições sociais de atuação dos voluntários neste projeto. Compreendo que há um constante reforço da noção de grupo, entretanto, há uma série de nuances que o tornam heterogêneo e que não podem ser deixadas de lado.

Por envolver o maior número de interlocutores entre os projetos de meu universo de pesquisa³⁰, a Sopa Solidária permite ressaltar a constante relação tecida entre diferentes voluntários e voluntárias e a ABASC. Assim como no contexto mais geral da instituição, onde todos são inicialmente apresentados a um quadro de ideias e exigências através da palestra da Central de Voluntariado, aqui também havia uma preocupação em orientar explícita e didaticamente as formas de conduta, como descrevo adiante. Ainda assim, as práticas cotidianas nos permitem observar que o aprendizado não se dá apenas desta maneira, mas também a partir da interação dos participantes que vão aos poucos, com seus gestos, conversas, preocupações, imprimindo novidades ao projeto e permitindo que ele se sustente.

Para desenvolver o capítulo, inicialmente procuro descrever o que é o projeto Sopa Solidária para que o leitor possa criar uma noção geral a seu respeito. Em seguida, desenvolvo mais detalhadamente as diversas ações

²⁹ Disponível em: <https://www.facebook.com/Projeto-Sopa-Solid%C3%A1ria-466287913447797/?fref=ts> (Acesso em 01 out. 2016).

³⁰ Variavelmente, no projeto Sopa Solidária o número de participantes chegou a cerca de vinte e cinco a trinta, embora eu não tenha conseguido me aproximar de todos durante o período de observação.

desenvolvidas, buscando demonstrar as condições sociais a partir das quais os voluntários e voluntárias vão sendo pouco a pouco modelados.

3.1 – O projeto Sopa Solidária e a doação alimentar

Desenvolvido desde 2001, o projeto Sopa Solidária consiste no preparo e distribuição de sopa (acompanhada de pão) no Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP) João Dorvalino Borba³¹, localizado na região central próximo à Câmara Municipal, e administrado pela Fundação de Ação Social (FAS) de Curitiba. Em sua dissertação sobre população em situação de rua, o antropólogo Tomás Melo (2011) apresentou um pouco da história deste Centro POP destacando a presença do projeto Sopa Solidária e de seus coordenadores, Miguel e sua esposa Josiane³². De acordo com Melo (2011), o projeto era liderado no início por Ariovaldo, que realizava a entrega da sopa na praça Tiradentes, área central de Curitiba. Após um ano de participação como voluntários, Miguel e Josiane foram convidados por Ariovaldo para coordenar o projeto em seu lugar. Assim, a partir de 2003 eles assumiram o projeto e continuaram a entregar sopa na praça.

Melo (2011) pontua que, naquele período, Miguel relatava um incômodo: fazer a distribuição da sopa na rua. Além da quantidade de sopa ser insuficiente para as pessoas que chegavam constantemente, muitas também pediam outras formas de auxílio. Em 2005 eles foram então convidados a participar de uma reunião com a Prefeitura de Curitiba, na qual estavam presentes membros de diversas organizações sociais que desenvolviam trabalhos junto à população em situação de rua. Segundo Josiane, o convite teria sido feito após um funcionário

³¹ Segundo Melo (2011) o nome do Centro foi uma homenagem a João Dorvalino Borba que, por cerca de vinte anos, distribuiu sopa à população em situação de rua na praça Tiradentes, tornando-se uma referência para outras iniciativas. Ele mesmo teria convidado Ariovaldo a começar um projeto em sua igreja para distribuir sopa às terças-feiras, surgindo então a Sopa Solidária (MELO, 2011, p.110).

³² Durante meu período em campo a responsável era apenas Josiane. Seu esposo foi citado diversas vezes por ela e pelas pessoas que atuavam como voluntárias mas não o conheci.

da FAS provar anonimamente a sopa distribuída por eles na praça e considerá-la como uma das melhores da cidade.

Na reunião, a proposta dos organizadores era discutir a criação de um espaço adequado para os atendimentos e reunir as iniciativas que, até então, ocorriam de forma dispersa. Este momento marcou o início do Centro POP e a forma de condução do projeto por parte de seus coordenadores. De acordo com Melo, “este divisor marca a passagem de um trabalho puramente assistencial para uma ampliação das preocupações que resulta no início de um trabalho de formação, capacitação, trocas de experiências e mobilizações” (MELO, 2011, p.111). A atuação no Centro POP ao lado de outras entidades levou seus líderes a preocuparem-se com ações que complementassem a entrega da sopa. A formação de redes de relações possibilitada por esta forma de atuação é importante para compreender a dinâmica do projeto e do grupo de voluntários e, por isso, busco desenvolvê-las melhor adiante.

O projeto Sopa Solidária era constituído por várias ações, desenvolvidas por diferentes voluntários e voluntárias e em diferentes espaços de interação. Um grupo preparava a sopa na cozinha do restaurante da ABASC a partir das quatorze horas e, simultaneamente, um voluntário e uma voluntária desenvolviam uma “oficina” denominada Fala Coração no Centro POP. De acordo com a coordenadora do projeto, as “oficinas” eram desenvolvidas com o objetivo de ouvir as pessoas atendidas através de rodas de conversas, elaboração de redações e desenhos por exemplo, como retomarei mais detalhadamente adiante. Alguns voluntários e voluntárias que não conseguiam participar de nenhuma destas ações em razão do horário, chegavam apenas no final da tarde e se juntavam ao grupo para realizar a entrega da sopa no mesmo Centro POP.

Durante o ano as atividades de preparo e entrega da sopa eram realizadas semanalmente, às terças-feiras; nos meses mais frios também ocorria a “Operação Inverno”, uma iniciativa da FAS em parceria com o Movimento Nacional da População em Situação de Rua, entidades religiosas e movimentos sociais, que buscava abordar o maior número de pessoas através da doação de alimentos e encaminhamento para abrigos. Em 2015 a operação foi realizada entre quinze de junho e dezenove de julho, período no qual o grupo de voluntários do projeto preparavam a sopa de segunda a sexta-feira. A FAS cedeu

sete panelas e, por volta das dezessete horas, um funcionário chegava para pegá-las com a sopa. Segundo Josiane, normalmente são distribuídos cerca de duzentos litros de sopa que atendem em torno de cento e oitenta a duzentas e quarenta pessoas; durante a “Operação Inverno”, às terças-feiras era necessário fazer o dobro para atender a demanda.

Esta dinâmica do projeto era interrompida durante o mês de janeiro e em feriados. Nestas ocasiões a ABASC providenciava a compra de sanduíches enviados diretamente ao Centro POP, sem a contribuição de voluntários. É válido pontuar que tanto nestes casos como na “Operação Inverno”, quem coordenava as atividades era a vice-diretora de ação social da ABASC, e não a coordenadora do projeto.

A quantidade de pessoas atuando como voluntárias variava bastante: em alguns dias havia cerca de trinta pessoas, enquanto em outros apenas dez. Durante meu período em campo, especificamente para a “Operação Inverno” observei um esforço em chamar mais pessoas para participarem. Uma das voluntárias me disse que o pastor Paschoal Piragine, presidente da PIB Curitiba, havia feito um “apelo” durante um dos cultos de domingo para que as pessoas “ajudassem” no projeto, mas que após este período a maioria sumia e ficava quase o mesmo grupo de sempre.

Como observado, o objetivo primordial com as ações desenvolvidas no projeto Sopa Solidária era atender à população em situação de rua. Em trabalho a respeito do tema da alimentação e pessoas em situação de rua, a antropóloga Simone Miziara Frangella (2004) destaca que “a distribuição de sopas constitui uma prática já sedimentada no universo da rua, é parte da antiga cultura caritativa de ‘dar sopa aos pobres’ (...)” (p.223). Ela observa ainda que o alimento é um elemento que aproxima o universo das instituições doadoras e da rua. Além disso, entre as entidades religiosas ele é revestido de uma potência evangelizadora, visto que a doação é sempre acompanhada de uma pregação.

Da mesma forma, ainda que a organização das ações do projeto Sopa Solidária dialogue com demandas do poder público³³ as noções religiosas

³³ Atendendo às diretrizes da Política Nacional para a população em situação de rua que no inciso V do artigo 6º recomenda a “integração dos esforços do poder público e da sociedade civil para sua execução”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm (Acesso em 18 out. 2016).

continuam presentes, como detalho posteriormente. O alimento, não apenas possibilita o contato para a evangelização, como ele mesmo é sacralizado e ultrapassa sua função biológica. Em diversos momentos, como conversas e orações, os voluntários e voluntárias mencionavam o desejo de que a sopa não fosse apenas um alimento para o corpo, mas também para a alma. A consciência sobre esta dimensão simbólica do alimento, sugere que os voluntários vislumbram uma finalidade evangelizadora de suas ações.

3.2 – Aprender a observar para interagir e ajudar

3.2.1 – Reconhecer as possibilidades

Ao apresentar-se para atuar no projeto Sopa Solidária, o voluntário já encontra uma determinada organização das atividades e, para participar de cada uma das ações, deve cumprir diferentes exigências. Aqueles que integravam o grupo responsável pelo preparo da sopa precisavam ter assistido a palestra da Central de Voluntariado Ministerial, já descrita no capítulo um, além de conversar pessoalmente com Josiane. Para a entrega da sopa, ela pedia que todos também participassem de uma “capacitação” específica para o projeto, ministrada por ela mesma. Já as pessoas envolvidas com a “oficina” precisavam, de acordo com Josiane, estar melhor integradas com os padrões religiosos já estabelecidos no projeto para trabalhar com o público atendido. Esta atividade ficava a cargo daqueles que estavam há mais tempo no projeto, bem familiarizados com a sua condução.

Neste contexto, observei que a coordenadora fazia questão de manter um controle sobre as ações, exigindo conhecer pessoalmente cada novo participante do projeto. Mesmo que durante meu período de participação ela tenha estado presente poucas vezes na rotina da preparação da sopa, sua presença na origem do projeto e a supervisão no início das atividades de cada pessoa parece ser um elemento importante para a manutenção de sua posição como líder. Além disso, sua presença também era marcada pela transmissão de decisões através de outros voluntários e voluntárias, pois ela era a representante

de todos diante da ABASC. Os textos utilizados como guias para a realização das “oficinas”, por exemplo, eram sempre providenciados por ela e enviados para o voluntário e a voluntária responsáveis. Durante o preparo da sopa Josiane também sempre enviava mensagens perguntando como estavam as coisas. Através de ações como estas, era possível marcar sua figura como líder mesmo sem estar fisicamente presente em todos os momentos.

Uma situação específica que pode deixar ainda mais claro o que sugiro ocorreu durante a saída para entrega da sopa, na primeira vez em que participei desta atividade. Como era início da Operação Inverno, quatro novos voluntários também queriam participar da entrega. Entretanto, Giovana, a mesma voluntária que realizava a “oficina”, disse que eles não poderiam seguir pois era necessário falar com a Josiane antes disso. Dada a sua ausência, um dos rapazes ficou um pouco irritado, dizendo ser contraditória a recomendação de falar com alguém que não estava presente. Giovana apenas comentou que a culpa não era dela, tampouco era dela a responsabilidade de orientar os novos voluntários, sendo esta uma prerrogativa de Josiane. Os outros seis voluntários ficaram apenas em silêncio, o que pareceu corroborar com a ideia de que a autorização para todas as coisas deveria vir de Josiane.

Acredito que expor estes dados revelam o quanto a observância de uma determinada hierarquia é algo valorizado no âmbito do voluntariado praticado neste contexto religioso. Como já observado nas relações que envolvem Linda, Anita e demais voluntárias que atuam no bazar, no projeto Sopa Solidária também se considera que há sempre alguém mais experiente e que sabe melhor como conduzir as coisas, e isso deve ser respeitado. Isso pode parecer algo pouco relevante, mas é capaz de demonstrar que, para interagir com o grupo e tornar-se parte dele como voluntário, aqueles que não estiverem de acordo com os modelos já estabelecidos, ou ao menos suscetíveis para aprendê-los, possivelmente não se sentirão bem e consequentemente não estarão dispostos a continuarem participando, como no caso citado.

São situações como esta que vão, aos poucos, produzindo uma certa estabilidade em torno do que pode ser considerado uma conduta razoável ou, pelo contrário, tida como absurda. Neste ponto é pertinente trazer as reflexões de Bourdieu (2013) a respeito das interações. As ações são modeladas a partir de condições sociais que apontam para aquilo que é possível ou não. “As

práticas mais improváveis são excluídas como impensáveis, por uma espécie de submissão imediata a uma ordem que inclina os agentes a fazer de necessidade virtude” (2013, p.89). Seguindo o autor, percebe-se que embora Josiane esteja de certa forma em evidência em algumas situações pela sua posição, as relações aí engendradas não são interpessoais, mas representam uma estrutura que tende a agregar disposições compatíveis.

Este contexto de ações demonstra que a atuação do grupo de voluntários da Sopa Solidária era, em grande medida, modelada a partir de várias situações, a partir das quais os voluntários e voluntárias faziam suas escolhas. Alguns, por exemplo, mesmo já participando do projeto há anos, atuavam apenas no preparo da sopa. É possível perceber um encontro entre a estrutura e as motivações pessoais. Cada um expõe e desenvolve suas habilidades, mas sempre em relação a um campo de possibilidades. As regras existem, mas não da mesma forma para todos. Seguindo este raciocínio, busco refletir sobre as exigências colocadas pelo contexto em relação ao perfil dos voluntários e das voluntárias que atuavam neste projeto. A partir desta visão relacional, o objetivo é enfatizar que tanto voluntários/as como a ABASC se influenciavam continuamente, ao invés de questionar qual lado era preponderante nesta relação.

Como já comentei, para participar de cada ação do projeto Sopa Solidária era necessário cumprir diferentes requisitos, mas o que parece ser específico deste contexto era uma “capacitação” exclusiva. Além de aprender como as coisas são realizadas através da observação e participação – à semelhança de procedimentos observados em outros projetos desenvolvidos pela ABASC – aqui também havia esse momento que classifico como formal, por preocupar-se em apresentar aos participantes regras sistematizadas, como as condições para participar de cada ação, os cuidados a serem observados na atuação na cozinha e em contato com os atendidos, por exemplo.

A “capacitação” que pude acompanhar ocorreu no final de maio com cerca de trinta pessoas e quem a ministrou foi a coordenadora do projeto, Josiane. Também estavam presentes a assistente administrativa da ABASC, e a vice-diretora de ação social. Realizada no salão que fica ao lado da cozinha e onde normalmente o grupo de voluntários se reunia no intervalo do preparo da sopa para fazer um momento de oração, a “capacitação” foi iniciada com duas músicas entoadas por todos. A primeira letra tratava de quem é Deus e

ressaltava a sua morte em favor da humanidade. “(...) Por amor / sua vida entregou / meu Senhor humilhado foi / como a flor machucada no jardim / morreu por mim / pensou em mim / me amou (...)”. Em pé, todos a cantaram com os olhos fechados e com as mãos levantadas, além de uma certa expressão de sofrimento, condizente com a letra da música. Já a segunda tinha um tom mais animado: “A alegria está no coração de quem já conhece a Jesus (...)”. Ainda em pé, desta vez todos a entoaram batendo palmas, com os olhos abertos e uma expressão sorridente. Em sequência, o que tanto o ritmo quanto a letra de cada música nesta situação parecem sugerir é algo condizente com o conceito cristão de que Jesus sofreu para que todos pudessem viver³⁴.

A partir desta abertura, é possível perceber como a “ajuda” já foi trazida e revestida por uma certa ideia de missão. Há diversas formas de cumpri-la, e o projeto Sopa Solidária foi apresentado como um dos meios de cumprir este dever, pois o alimento distribuído seria um símbolo do amor de Jesus para com a população atendida, suprimindo uma necessidade.

De acordo com Josiane, esta ocasião era importante para capacitar, sobretudo, aqueles que estavam começando a integrar o projeto pela proximidade da “operação inverno” (realizada entre os meses de junho e julho). Algo destacado por ela foi a ideia de que todos os participantes do preparo da sopa estivessem atentos em cada detalhe, “pois se estão fazendo algo para Deus é preciso que seja feito com excelência”.

Uma das primeiras questões seria atentar-se às exigências do controle sanitário para entrar na cozinha sempre utilizando luvas e toucas descartáveis, além de um dos aventais do projeto: um deles é laranja e cobre apenas a parte da frente do corpo, enquanto o outro é um jaleco bege escuro de manga longa que cobre quase todo o corpo. É possível observar que, ao lado das exigências sanitárias, aparecem também noções religiosas, como a necessidade de demonstrar asseio nas atividades, relacionada à ideia de fazer algo para Deus, “com excelência”. Além disso, Josiane pediu que todo o grupo se preocupasse em cortar os legumes do mesmo tamanho para que a sopa tivesse uma aparência bonita. Estas preocupações com a estética também podem ser notadas em uma foto dos participantes divulgada na página da ABASC,

³⁴ “(...) eu vim para que tenham vida, e a tenham em abundância”. João, cap.10, vs.10.

apresentados então como um grupo coeso e sorridente, devidamente uniformizados na cozinha.



Figura 11 - Grupo de voluntários do projeto Sopa Solidária.
Fonte: Página da ABASC.

Preocupações com a organização e asseio nas atividades foram alvo de inúmeras análises, dentre as quais destaco as de Mary Douglas, em seu clássico *Pureza e Perigo* (1991). Segundo a autora, noções como higiene e ou poluição remetem à ordem ou desordem e são capazes de expressar ideias a respeito da ordem social. Manter as coisas limpas e em ordem é uma forma de evitar doenças mas também de evitar o contágio com o mal que a desordem representa, estabelecendo fronteiras, pois o ritual de limpeza, cuidado e asseio é capaz de eliminar os elementos que representam o perigo. No contexto de doação da sopa este tipo de fronteira é fundamental para diferenciar os doadores das pessoas em situação de rua, geralmente associadas às condições de precariedade e periculosidade com as quais não se pode - ou se quer evitar - entrar em contato.

As noções a respeito de si mesmo e do outro são construídas paralelamente e informam o comportamento em cada ambiente. A seguir busco explorar os processos de aprendizagem e modulação dos voluntários e voluntárias na cozinha, interagindo apenas entre eles e, em seguida, nos momentos de entrega da sopa, em contato com as pessoas atendidas.

3.2.2 – Aprender a ser um voluntário na cozinha

Diferentemente dos momentos da entrega e da oficina, a etapa de preparo da sopa era o momento que mais proporcionava aos voluntários uma certa autonomia. Apesar de ter um objetivo (fazer a sopa), não havia exatamente uma diretriz específica aplicada a cada gesto. Como é possível perceber a partir da descrição feita até aqui, há várias questões presentes no processo que institui os participantes em voluntários e voluntárias, mas é importante não deixar passar despercebido o próprio ato de cozinhar. Como afirma Luce Giard (1996), normalmente o saber fazer o alimento é invisibilizado e considerado como algo monótono e repetitivo, contudo sua prática demanda habilidades como memória e criatividade, tanto quanto artes como a música, por exemplo.

Para fazer parte como voluntário na etapa de preparo da sopa, é preciso aprender a como, especificamente, aquela sopa é feita. Durante a “capacitação”, a líder Josiane fez várias recomendações, mas é possível perceber um ponto comum: observar sempre antes de fazer algo. Para aprender é necessário observar como os outros estão conduzindo as coisas. Esta recomendação nos remete à já mencionada discussão elaborada por Tim Ingold em artigo sobre educação da atenção (2010), apresentada brevemente no capítulo 2.

A interação com o grupo e as minúcias deste aprendizado podem ser observadas na prática cotidiana de preparo da sopa. Por volta das quatorze horas, o grupo se encontrava em frente à cozinha da ABASC, fazia uma oração de mãos dadas pedindo que Deus abençoasse aquele dia e, ao entrar cada um já partia para as atividades que estava habituado a fazer. A etapa do preparo da sopa pode ser relacionada aos moldes de uma linha de produção, com cada pessoa executando uma função específica, complementar e repetitiva: em um dia com dez voluntários, por exemplo, cerca de três ficavam na etapa de higienização dos legumes, lavando e retirando pedaços considerados impróprios para o consumo baseados em critérios individuais, descartando então partes danificadas; duas os cortavam em pedaços menores; outras duas os cortavam em pedaços ainda menores com o auxílio de um cortador de legumes manual utilizado em cozinhas comerciais, a cabrita; e as outras três ficavam na panela, cuidando do cozimento da sopa. Esta distribuição inicial era alterada à medida

que as outras etapas demandavam mais pessoas. Quando todos os legumes já haviam sido lavados, por exemplo, quem estava nesta atividade passava a ajudar no corte ou na limpeza da cozinha.

Em cada terça-feira eram utilizados cerca de vinte quilos de batata e dez quilos de cenoura, abobrinha, tomate, cebola e chuchu. Devido a essa quantidade de legumes eram as etapas de higienização e corte as que concentravam o maior número de pessoas durante o preparo da sopa, representando a metade ou até mesmo um pouco mais do número total de voluntários. Quando iniciei minha participação não sabia como era o desenvolvimento de cada etapa, mas logo percebi que a escolha de quais partes seriam descartadas dependia muito de cada um. Alguns, por exemplo, retiravam apenas as extremidades dos legumes e partes muito estragadas, enquanto outros eram bem mais minuciosos, procurando retirar cada parte batida. Contudo, com o tempo de participação outras preocupações eram incorporadas pelas voluntárias responsáveis pelo corte; o tempo disponível para o preparo, por exemplo, as fazia diminuir um pouco a minúcia, ajustando a atenção ao corte à atenção ao trabalho efetuado pelas voluntárias mais experientes. Neste ambiente, o voluntário ou voluntária aprende, ao participar e observar a forma de ação dos outros, quais as demandas mais importantes. Se ao fazer uma sopa em casa, a minúcia ao cortar os alimentos é maior do que no projeto, isso não significa que a atividade é feita com menos cuidado. A questão é que o tempo, por exemplo, está presente de diferentes formas em cada contexto de ação.

Além de proporcionar maior eficiência no preparo, a dinâmica de produção da sopa também possibilitava uma certa integração entre os voluntários e voluntárias. A maioria acabava se “especializando” em determinadas etapas e as repetiam semanalmente, normalmente em grupo, o que permitia aproximações de ordem pessoal. Eu por exemplo, como permaneci na limpeza e corte dos alimentos, também me aproximei mais daqueles que atuavam nestas atividades e observava suas conversas sobre temas diversos: uma das voluntárias sempre comentava situações que estavam ocorrendo em sua casa; outra, envolvida em grupos da PIB Curitiba, como o coral e o grupo de mulheres, gostava de falar sobre estas atividades. A recorrência de assuntos relacionados à vida pessoal pode ser visto como um elemento que demonstra o quanto os voluntários e voluntárias interagem e sentiam-se à vontade naquele ambiente.

Não se pode deixar de observar também que, em geral, nestes momentos de atuação, as voluntárias pouco comentavam sobre as pessoas atendidas pelo projeto - talvez até porque parte delas jamais chegava a entrar contato direto com os destinatários da refeição que preparavam.

Com a sopa quase pronta, perto das dezesseis horas, o grupo interrompia as atividades para o momento de oração já mencionado no início do capítulo. Em seguida, todos voltavam para a cozinha a fim de embalar a sopa e organizá-las para o transporte. Assim como o preparo, este momento também funcionava como uma linha de produção: enquanto cerca de dois ou três voluntários colocavam a sopa nas embalagens, quatro ou cinco as fechavam, e os demais auxiliavam na organização das caixas levadas então para a Kombi da ABASC. Esta etapa era realizada pouco antes do horário de saída e, por isso, sempre era feita em um ritmo acelerado, o que dava pouco espaço para conversas entre os participantes. Contudo, apesar do tempo exíguo, esta etapa também demandava cuidado. Em certa ocasião, uma nova voluntária estava “ajudando” a fazer isso, mas por não estar acostumada com a velocidade acabou não fechando várias embalagens corretamente. Quando elas estavam sendo organizadas nas caixas, algumas acabaram amassando e abrindo um pouco. Ao ver isso, uma das voluntárias que estava ao meu lado comentou: “a outra senhora não está fechando direito. Na semana que vem tem que dar uma disfarçada e colocar ela pra fazer outra coisa”.

Sua intenção em disfarçar ao invés de chamar a atenção explicitamente pode ser relacionada à forma de interação desta nova voluntária com o grupo. No momento em que todos estavam cortando os legumes, ela ressaltou algumas vezes que já havia trabalhado no preparo de alimentos em uma escola. “Isso não é novidade pra mim. Já trabalhei em cozinha de escola um tempo e a gente fazia comida pra quatrocentas crianças”, dizia. Sua postura parecia associar as práticas e executá-las de acordo com saberes já incorporados. Contudo, tendo em vista que neste contexto a observação é um elemento valorizado, tanto pela coordenadora como pelo restante do grupo, este tipo de comportamento parece ser considerado como uma ausência de disposição em aprender como as coisas são feitas naquele contexto específico. Para interagir, não é preciso saber cortar legumes, por exemplo, mas sim aprender a fazer isso da forma como o grupo faz.

Esta situação descrita ressalta o quanto, para além das exigências formalmente apresentadas, era necessário também mostrar-se disposto a aprender para constituir relações com os outros voluntários do projeto, colocando-se em uma posição de oferecer “ajuda”, ao invés de querer apenas fazer as coisas do seu próprio jeito. Esta dimensão pode ser observada na própria distribuição dos voluntários nas atividades cotidianas. Quando a cozinha era liberada para entrada às quatorze horas, a maioria dos voluntários não estava presente, normalmente em função de atividades profissionais exercidas em horário comercial. Assim, quem chegava primeiro acabava assumindo uma posição de liderança em cada dia, influenciando na condução das atividades. Aqueles que chegavam quando o preparo da sopa já estava em andamento, arrumavam-se para entrar na cozinha e perguntavam então no que podiam “ajudar”. Este comportamento também pode ser visto como um indicador da posição de observação assumida pelos voluntários e voluntárias nas atividades.

Diante desta breve descrição sobre a dinâmica de aprendizado no projeto Sopa Solidária, pode-se observar que nem todos assumem as ações da mesma forma, pois a vivência de cada participante é diferente. Como ressalta Ingold (2010), é necessário superar a dicotomia inato ou adquirido, pois tudo resulta de processos de desenvolvimento. Ao observar como os outros participantes do grupo executam determinadas tarefas, o indivíduo busca adquirir habilidades que o permitirão ser um voluntário neste contexto.

Para reiterar meu argumento inicial, copiar não é fazer transcrição automática de conteúdo mental de uma cabeça para outra, mas é, em vez disso, uma questão de seguir o que as outras pessoas fazem. (...) O processo de aprendizado por redescobrimto dirigido é transmitido mais corretamente pela noção de *mostrar*. Mostrar alguma coisa a alguém é fazer esta coisa se tornar presente para esta pessoa, de modo que ela possa apreendê-la diretamente, seja olhando, ouvindo ou sentindo (INGOLD, 2010, p.21).

Seu texto indica a importância que observar e copiar (no sentido utilizado pelo autor) tem para o processo de aprendizado de um indivíduo a respeito de uma determinada atividade, mas também ressalta que isso ocorre de modo particular, pois envolve a forma como cada um olha, ouve ou sente. O fato das

peessoas, de certa forma, seguirem as recomendações da coordenadora e observarem como as coisas funcionam antes de agir, não quer dizer que elas estejam preenchendo espaços vazios. A redescoberta dirigida, como sugere Ingold (2010), dá espaço para improvisos, ressaltando a importância do indivíduo para a contínua formação do projeto. Apesar de apresentar às novas pessoas um certo padrão de atividades e buscar formatá-las, o projeto também depende das ações de todos para existir e, assim, está sempre sendo reformulado. Um exemplo era a já mencionada minúcia com que cada uma retirava as partes consideradas estragadas em um determinado alimento. Embora com o tempo esta minúcia diminuísse, não desaparecia por completo e uma certa forma de praticar a atividade permanecia.

Mesmo sendo uma reflexão um pouco mais abstrata, esta percepção parece estar no horizonte de preocupações da coordenadora também. Ao explicar que as pessoas que participam como voluntárias há mais tempo são mais indicadas para se envolverem com atividades como a oficina realizada no Centro POP por já conhecerem o discurso religioso do projeto, fica implícito que Josiane tinha consciência de que elas podem interferir na condução das atividades, mesmo se forem orientadas. Quanto mais tempo participando da dinâmica de aprendizado do projeto, mais os improvisos estarão afinados com o que é valorizado neste contexto.

3.3 – Vigilância constante para com os atendidos

Se no contato com os outros voluntários talvez a questão mais importante fosse a observação, no momento de interação com os atendidos outras questões podem ser ressaltadas. Como já mencionei, este outro aparecia pouco nas conversas entre os voluntários enquanto preparavam a sopa. Nos momentos de conversa e oração isso aparecia um pouco mais, mas ainda assim de maneira um pouco abstrata, pois o outro era sempre caracterizado de forma bastante homogênea, como morador de rua e carente de alimentação e atenção. Quando este outro se torna concreto, é possível observar que algumas atitudes dos voluntários e voluntárias mudam. Para desenvolver esta questão, acredito que

seja válido pensar principalmente sobre as ações de entrega, bem como o papel das oficinas realizadas no Centro POP.

Demorei um certo tempo para poder acompanhar a entrega, pois a coordenadora solicitou que eu aguardasse a realização da oficina, para receber instruções como os outros voluntários. Como ela só ocorreu no final de maio, quando eu já estava finalizando minhas atividades em campo, acompanhei a entrega apenas em duas ocasiões. Já a oficina nunca tive a oportunidade de observar, pois para isso era necessário que eu já tivesse alguma vivência com as entregas. Desta forma minha descrição sobre ela toma como referência os comentários feitos pela coordenadora durante a capacitação e algumas conversas trocadas pelos membros do projeto em um grupo do Whatsapp.

Após organizar todas as embalagens de sopa nas caixas de plástico, parte dos voluntários e voluntárias encerrava suas atividades neste ponto. Algumas seguiam para a entrega ao lado de outras que chegavam neste horário, muitas após concluírem suas respectivas jornadas de trabalho. Como já expus, durante a “capacitação” a recomendação mais ressaltada por Josiane foi a de que os novos participantes observassem primeiro como era a dinâmica estabelecida antes de fazerem algo. Na entrega, segundo ela, é importante chegar e sair em equipe. Além disso, as roupas devem ser discretas, que não deixem o corpo à mostra e, preferencialmente, todos devem usar o jaleco comprido pelo fato de ser mais fechado que o avental. Ainda no caso das mulheres, Josiane ressaltou que também devem evitar o uso de brincos e outros acessórios, como um cumprimento das normas sanitárias, mas também a fim de evitarem atrair o olhar masculino. Em casos de conversa com os assistidos, elas também devem ter o cuidado de chamar algum homem para acompanhá-las. Observa-se neste caso a dimensão de gênero, supondo que as mulheres podem estar mais vulneráveis diante das pessoas atendidas, devendo por isso estar sempre acompanhadas por alguém do sexo oposto.

A necessidade em ouvir várias recomendações para poder participar da entrega da sopa, contribui para que este momento estabeleça uma distinção entre os voluntários e voluntárias. Ao observar a imagem exposta no site da ABASC, por exemplo, o grupo aparenta uma homogeneidade; no entanto, ao conhecer cada contexto de ação, percebe-se que quanto mais tempo participando do projeto, mais afinados com a sua dinâmica os voluntários se

tornam e, com isso, lhes são abertas novas possibilidades de participação. À medida que vão se familiarizando com as atividades do projeto, “capacitando-se”, também cresce o contato direto entre os que atuam como voluntários e os assistidos. Estes, vão deixando de ser abstrações para se tornarem concretos.

Acredito que estas limitações de contato podem ser relacionadas à noção de habilidade, também proposta por Ingold (2010). Diferente das ideias de capacidade (que remete à ideia da mente como um recipiente a ser preenchido), e competência (que desconsidera o envolvimento com o mundo), sua proposta de falar em habilidades busca inserir a ideia de relações sociais. No caso aqui citado a habilidade em relacionar-se com esse outro atendido é construída paulatinamente: primeiro o voluntário aprende a integrar-se ao grupo do projeto e, com isso, entra em contato com ideias a respeito do outro, mas, principalmente, aprende a como deve trata-lo. Esta é uma habilidade adquirida no contexto do projeto.

Ainda durante a “capacitação”, Josiane assinalou que os moradores em situação de rua atendidos por ela neste projeto sempre foram sempre muito educados, mas que ainda assim todos os cuidados eram necessários, pois fazer este tipo de trabalho de assistência, ao mesmo tempo social e religiosa, era como “jogar uma bomba no inferno” e que “o inimigo se levanta”. Nos momentos de oração em contato com os assistidos, ela recomendou que todos permanecessem com os olhos abertos, diferentemente dos momentos de oração apenas entre o grupo, quando todos fechavam os olhos sem maiores preocupações.

Esta questão pode remeter a uma determinada ideia sobre o outro, que representa uma ameaça a ser evitada a partir de um controle de si. É possível inferir que a situação de rua dos atendidos indica, para estes agentes religiosos, uma instabilidade social, representada pela falta de emprego formal, residência fixa e laços familiares estáveis. Tais condições são interpretadas como provocadas pelo diabo; enquanto a situação instável permanecer, o mal que os circunda também estará presente. Os moradores de rua não são percebidos como propriamente perigosos, mas sim como pessoas que carregam uma potência de mal através de sua condição e, por isso, demandam uma atitude de vigilância constante dos voluntários e voluntárias, diferentemente dos momentos em que estão na cozinha preparando a sopa e podem conversar, rir e fechar os

olhos. Contudo, apesar de manter-se sempre atento ao mal que está à espreita, segundo ela também não é possível espiritualizar tudo, sendo necessário ter sabedoria para distinguir um possível desmaio por hipoglicemia de uma possessão demoníaca, por exemplo.

Ao final de julho, após participar das atividades do preparo da sopa por oito semanas consecutivas, segui com o grupo que iria realizar a entrega da sopa até o Centro POP, distante cerca de três quilômetros da PIB Curitiba. Quando chegamos com a Kombi, já havia uma longa fila do lado de fora do Centro POP. Em sua grande maioria eram homens de variadas idades. Era um dia um pouco frio e alguns estavam mal agasalhados, trajando roupas surradas, mas também haviam outros com roupas limpas e quentes. A primeira coisa que me chamou atenção quando chegamos com a Kombi foi que alguns deles, que estavam esperando para receber a sopa, vieram prontamente ajudar a descarregar as caixas, sem que ninguém tivesse pedido. Esta é uma atitude capaz de relativizar a ideia deste outro como constante potência de mal, entretanto, mesmo que ele possa ser relatado como bem educado, como citado pela coordenadora em outro momento, continua demandando a vigilância pois está, ao menos de acordo com o corpo de voluntários atuante neste projeto, do lado maligno e sempre carrega essa potência do Mal.

No interior do Centro POP havia quinze mesas de madeira com bancos, nas quais cabiam seis pessoas, e dois balcões, atrás dos quais organizamos as caixas. Enquanto isso, uma funcionária da FAS anotava o nome de cada pessoa, liberando a entrada aos poucos. Naquele dia foram cento e quarenta e nove. Depois que todos estavam sentados, uma das voluntárias, Giovana, que também era responsável por ministrar a oficina à tarde, pediu silêncio e começou a falar, enfatizando que ela e todos do grupo estavam lá porque “amavam a vida de cada um, assim como Jesus”. Sua fala durou cerca de dez minutos e muitos ouviram com bastante atenção enquanto outros pareciam impacientes e inquietos, se mexendo bastante nos bancos, curvando a cabeça sobre a mesa. Ao final, ela fez uma oração pedindo que Deus abençoasse a vida de cada um e só então começaram a distribuir a sopa. Lembrando da orientação de que todos orassem de olhos abertos, fiquei atenta para observar se todos seguiriam esta recomendação, e pude verificar que, de fato, eles a seguiram.

Para a entrega, dois voluntários e duas voluntárias pegaram algumas caixas e foram até as mesas para distribuir as sopas, enquanto eu fiquei ao lado de um voluntário e de uma voluntária, que tinham menos experiência com este momento, atrás de um dos balcões fazendo a distribuição para aqueles que não puderam tomar assento nas mesas. Um dos voluntários, Lucas, que entre os que estavam ali era um dos mais antigos do projeto, assumiu uma posição de vigilância e ficou por perto apenas observando toda a movimentação com um semblante sério. Antes mesmo de todos receberem um prato de sopa, alguns homens chegaram até o balcão para pedir uma repetição, entretanto, Lucas pediu que eles esperassem até que todos tivessem recebido e, caso sobrasse, seria possível distribuir mais.

Aqui, diferentemente da etapa de preparo, o clima não era de descontração e liberdade mas, pelo contrário, todos os voluntários e voluntárias permaneceram bastante reservados. A única conversa que mantinham entre eles era sobre a própria entrega. No caso de conversas com os atendidos, a postura era de ouvir e falar apenas o necessário. Esta dinâmica da entrega ressalta também, mais uma vez, a questão da observação, pois os participantes mais novos no projeto mantiveram uma posição mais passiva em relação aos outros. Não foram, por exemplo, distribuir as sopas nas mesas. Tal postura pode ser relacionada à forma como os novos voluntários aprendem a entrar em contato com os atendidos. Após incorporarem uma noção deste outro como uma ameaça constante, demoram um certo tempo para desenvolver uma forma de interagir.

A diferença observada no comportamento dos voluntários quando estão entre eles e quando estão em contato com os atendidos é uma questão que se refere à sua formação neste contexto. Ao estabelecer quem é o outro, cada voluntário também aprende a forma como pode se comportar e, assim, vai aos poucos construindo sua forma de atuação. O ambiente é um sistema dinâmico no qual ele se insere e constrói suas habilidades (INGOLD, 2010, p.07).

Mas além de aprender a vigiar o outro para manter-se longe do que carrega o mal, não se pode esquecer que o projeto não tem apenas um caráter religioso e, por isso, também precisa privilegiar questões relacionadas às discussões já discutidas no capítulo um. O mal presente neste outro é caracterizado por sua situação de rua, miséria, sujeira, desordem, e, para ajudá-

lo é necessário diagnosticar a realidade e saber suas causas. Para fazer isso, era desenvolvida a Oficina Fala Coração. Durante a capacitação, Josiane destacou a sua importância para a documentação da ABASC, pois a oficina era a ação que provava que o projeto não estava atuando apenas enquanto igreja.

Às terças-feiras, entre as quatorze e as quinze e trinta, um voluntário e uma voluntária iam até o Centro POP com um texto pré-definido pela coordenadora e promoviam principalmente rodas de conversa com os atendidos. Em geral, os temas abordados referiam-se a questões como motivação e família, por exemplo. Segundo Josiane, o principal objetivo era ouvi-los primeiro, “pois querer apenas pregar não dá certo”. A partir das rodas de conversa, identificando seus problemas, era possível então saber como “ajudar”, encaminhando para clínicas de recuperação no caso daqueles que apresentavam problemas com o uso de drogas, ou aconselhando em relação a questões familiares e de emprego.

Como é possível inferir, a ajuda requer um diagnóstico da realidade, realizado então através das oficinas. Entretanto, além de orientar-se de acordo com diretrizes traçadas por promotores de políticas públicas, que exigem ações que levem o indivíduo atendido a sair de sua situação de precariedade, as oficinas também se referem a uma certa percepção da realidade, para saber sobre o merecimento do outro em receber, ou não, ajuda. Se todos que estão lá precisam de alguma coisa, não o precisam tanto e da mesma forma. Mais uma vez, ao construir quem é mais ou menos outro, os voluntários também constroem sua posição de mais ou menos ajudador.

3.4 – Redes de relacionamento

Em um dos dias que acompanhei a entrega, quase todos puderam tomar dois pratos de sopa e, ao final, ainda sobraram cerca de cinquenta embalagens. Observando esta questão, perguntei o que seria feito com essa quantidade que sobrou e Giovana me respondeu que quando isso acontecia, os voluntários iam até outro ponto da cidade, no bairro Rebouças, onde um grupo da Igreja Presbiteriana servia café da tarde para catadores de papel. Quando todos terminaram de comer no Centro POP, os voluntários recolheram as caixas e

seguiram para lá. Ao chegar, já quase às vinte horas, havia alguns carrinhos de catadores de papel ao lado de uma Kombi aberta. Enquanto alguns voluntários entregavam as sopas, Anne, uma das voluntárias que participava apenas desta etapa da entrega da sopa, me explicou que essa “parceria” com a Igreja Presbiteriana começou há bastante tempo. Josiane e seu marido conheciam o projeto e, certo dia, quando sobramos alguns pratos de sopa eles resolveram levar até ali para distribuir para mais pessoas. Segundo Anne,

o ideal seria se nós conseguíssemos fazer uma quantidade de sopa para os dois lugares. Pode ver que aqui o perfil é diferente. São famílias de catadores voltando para casa. Agora a maioria já foi embora porque nós chegamos tarde, mas sempre tem criança nos carrinhos acompanhando os pais. Lá no Centro as pessoas são diferentes né.

Em uma análise sobre as relações constituídas no processo de doação de alimentação realizada por uma entidade católica em Pelotas, Tiago Silva destacou a existência de um “*circuito alimentar* notadamente heterogêneo, no que tange às fundamentações e concepções que impulsionam os atores sociais ao ato donativo” (SILVA, 2010, p.360). O acompanhamento das atividades do projeto Sopa Solidária demonstra como ele também foi inserido em um *circuito* de atendimento à população em situação de rua, passando então a conviver e dialogar com diversas práticas. Estas questões deixam claro que a doação alimentar extrapola os limites da cozinha e do próprio momento da doação.

De acordo com Delma Pessanha Neves, os grupos que atuam neste contexto de assistência são responsáveis pela criação e manutenção de formas de sociabilidade no cenário da rua, como um “novo espaço público urbano” (1999, p.131). Ao invés de entender a rua como local de isolamento, a autora destaca que os adultos que vivem nesta condição precisam aprender a construir um discurso que demonstre sua necessidade. Neste processo, eles se integram a uma rede, na qual também estão os agentes filantrópicos. Estas relações constituídas aproximam diferentes segmentos sociais, marcando também limites entre eles.

Participar deste circuito num espaço público também é algo que gera comparação. Como é possível perceber a partir da fala da voluntária em relação

à situação descrita acima, a forma de atuação do outro grupo reflete na forma como ela mesma pensa sobre as ações das quais faz parte. Outro momento que também expõe esta ideia de comparação foi quando a coordenadora Josiane comentou durante a capacitação que a sopa do projeto Sopa Solidária havia sido considerada a melhor dentre todas as oferecidas pelos distintos projetos que atendiam a população em situação de rua. Em grande medida, esta fala reafirma aos voluntários que as suas ações se projetam em um contexto muito mais amplo do que podem imaginar inicialmente. Isto, por sua vez, é algo que pode estimular todos a seguirem as recomendações de procederem com asseio, vigilância e cuidado durante o preparo da sopa.

Retomando as reflexões de Tiago Silva (2010), percebe-se como a comida é um elemento que proporciona a constituição de relações neste circuito alimentar, tanto entre os grupos doadores e os beneficiados, como entre os próprios doadores. Em grande medida esta rede de relações expõe as condições sociais de produção dos voluntários e voluntárias no contexto do projeto Sopa Solidária. Ao observar todas questões com as quais eles se deparam, ressalta-se o fato de que o processo de formação é algo constante e que seria uma falha considerar apenas a palestra inicial realizada pela Central de Voluntariado da PIB Curitiba ou mesmo a capacitação ministrada pela coordenadora Josiane. A contínua relação com diferentes agentes, mais ou menos próximos, vai aos poucos definindo quem é - ou deve ser - o voluntário ou voluntária que atua no projeto Sopa Solidária desenvolvido pela ABASC.

CAPÍTULO 4 – JOGO DA VIDA

Duas vezes por semana, pela manhã e à tarde, um grupo de meninos espera o professor de futebol em frente ao portão de um campo, em um bairro de Almirante Tamandaré³⁵, região metropolitana de Curitiba. Eles ficam ansiosos para jogar futebol e quando o professor chega com as bolas, coletes e abre o portão, todos saem correndo para começar a brincar de uma vez. Pouco depois, outro professor chega e pede que todos deem as mãos em roda, para fazer uma oração. Algumas vezes ele solicita que um dos meninos conduza a oração, mas na maioria das vezes é ele mesmo quem a conduz, pedindo que Deus abençoe o treino e a família de cada um. Este era o início de um dia no projeto Jogo da Vida, cuja proposta era oferecer aulas futebol a meninos da região, com idade entre oito e quinze anos. Contudo, mais do que observar este primeiro objetivo claro, busquei compreender que outras questões poderiam estar em jogo neste processo de aprendizagem, modelando não só os alunos, mas sobretudo os voluntários que atuavam como professores.

Acredito que um dos pontos relevantes seja o fato de que este projeto trata da educação expressa de um esporte. Como salienta Eliene Lopes Faria (2009), seguindo as discussões socioantropológicas sobre o tema, o esporte deve ser entendido como uma prática social, na qual há um aprendizado constante: “(...) aprender (a cultura) não se esgota na consideração de gestos motores e significados, mas que, no processo de incorporação da prática social, outros aspectos estão em jogo” (FARIA, 2009, p. 66). Observar os treinos como cenário de uma prática social leva-nos a desnaturalizar as ações mais simples, como o próprio futebol. Mais do que apenas uma prática esportiva, ele carrega no Brasil uma série de ideias, dentre elas a constituição da masculinidade.

³⁵ Almirante Tamandaré é um município da região metropolitana de Curitiba com população estimada em 112.870 habitantes em 2015, de acordo com levantamento feito pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). Os dados organizados no Atlas Brasil 2013, baseado no censo de 2010, indicam que seu Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) era de 0,699, considerado médio. Com relação à vulnerabilidade social, havia 6,41% da população entre quinze e vinte e quatro anos que não estudavam, não trabalhavam e estavam vulneráveis à pobreza.

Observando os treinos durante cerca de três meses, uma vez por semana, percebi o quanto as relações entre voluntários e alunos também era marcada pelas suas histórias pessoais. A posição de homem adulto dos primeiros, em contraposição à posição de adolescentes e, portanto, de “homens em formação”, já era algo que, de antemão, lhes dava legitimidade para atuarem como treinadores. Entretanto, a condição social dos alunos exigia que determinados saberes e linguagens fossem acionados para que as relações fossem possíveis entre voluntários e beneficiários do projeto.

Assim, é considerando tais questões que desenvolvo este capítulo. Para tentar compreender o processo de construção dos voluntários, busco colocá-los em uma relação com seu contexto de ação. Inicialmente apresento um pouco da história do projeto Jogo da Vida, detalhando as atividades nas quais os voluntários estavam presentes. Em seguida, analiso de que forma a disciplina exercida através do corpo também se pretendia ser uma disciplina sobre o comportamento dos alunos. Por fim, busco trabalhar com a trajetória de um dos voluntários, demonstrando como sua história é construída por ele mesmo de forma ascendente, indicando aos participantes do projeto um objetivo a ser almejado.

4.1 - Construir o necessitado de ajuda

Quando apresentei minha proposta de trabalho à assistente social da ABASC, além do bazar e da Sopa Solidária ela também sugeriu que o projeto Jogo da Vida poderia ser um local interessante para minha observação. Ela pediu que eu entrasse em contato com o responsável pelo projeto, pastor Carlos, para que ele me explicasse a sua dinâmica. Ao conhecê-lo pessoalmente, soube que, além de responsável pelo Jogo da Vida, ele também atendia no “plantão pastoral” e estava organizando um novo projeto da PIB Curitiba, visando promover encontros semanais voltados ao público masculino da igreja, denominado “Holy Hour”.

De acordo com o pastor Carlos, o projeto Jogo da Vida foi criado por volta de 2002 por outro membro da PIB Curitiba, Alex, com o objetivo de oferecer aulas

de futebol aos meninos adolescentes do bairro Jardim Graziela, em Almirante Tamandaré. A ideia, segundo ele, “é oferecer uma atividade no contra-turno escolar, visando diminuir as possibilidades de contato com problemas como o tráfico de drogas”. À época, três professores voluntários se revezavam para ministrar as aulas duas vezes por semana, pela manhã e à tarde.

Ainda segundo Carlos, inicialmente o projeto era realizado em um campo improvisado e o coordenador anterior, Alex, promovia pequenas reuniões parecidas com cultos junto aos beneficiários atendidos e suas famílias em uma garagem, já visando o desenvolvimento de uma congregação da PIB Curitiba naquele local. À época de nossa conversa esse contexto havia mudado: a congregação já existia e contava com cerca de oitenta membros, e a ABASC arcava com a despesa da locação de uma quadra com grama sintética na mesma rua da congregação.



Figura 12 - Congregação Batista Jogo da Vida.
Fonte: arquivo pessoal.



Figura 13 - Campo onde o projeto era desenvolvido.

Fonte: arquivo pessoal.

A partir da minha rotina de observação tive a oportunidade de conhecer melhor dois voluntários: Tiago e Joel. Eles supervisionavam os treinos das quartas-feiras das nove ao meio dia e das quatorze às dezessete, enquanto outro voluntário, Israel, era responsável pelos treinos que ocorriam às sextas-feiras. Normalmente, após o momento da oração, Tiago começava a orientar alguns treinos específicos com os alunos até às dez horas: faziam saltos com marcadores no chão, chutes a gol com barreira, e passes longos e curtos, por exemplo. Em seguida ocorria o momento que os alunos pareciam mais gostar, quando eram formados times para jogar. Era possível formar dois ou três times com cerca de cinco integrantes cada, dependendo da quantidade de presentes no treino. Normalmente eram cerca de quinze. Eles recebiam coletes coloridos para diferenciar os times, enquanto Tiago e Joel ficavam ao lado do campo acompanhando o jogo, como é possível ver na figura 13.

Adiante retomo as questões que envolvem o momento do jogo, mas por ora gostaria de desenvolver uma reflexão sobre outra ação desenvolvida no projeto. Além de oferecer as aulas de futebol, os voluntários também procuravam

acompanhar a vida escolar dos adolescentes e inscrevê-los em campeonatos, como forma incentivo. Quem quisesse jogar na competição, não poderia ter faltado a mais que dois treinos. Joel, que tinha um perfil mais disciplinador como desenvolvimento melhor adiante, cobrava essa presença: “Não adianta aparecer aqui só no dia que tiver jogo. Tem que vir treinar todos os dias pra poder participar, porque senão é uma falta de respeito com quem vem todos os dias, acorda no frio”.

No período de meu trabalho de campo, essa iniciativa de acompanhar a vida escolar dos beneficiários do projeto estava apenas começando. Primeiro, foi solicitado que cada um trouxesse uma ficha com seus dados pessoais, como nome dos pais³⁶, endereço e telefone, acompanhada de uma declaração de matrícula. Decidiu-se que aqueles que não estivessem frequentando a escola seriam desligados do projeto. Pude acompanhar os desdobramentos desta deliberação: um dos jovens, após chegar ao campo e ser questionado por Joel a respeito da declaração de matrícula, foi impedido de participar do treino e teve que ir embora. Mais tarde, Joel me explicou que ele havia tido um problema no início do ano com a saúde da mãe e acabou não se matriculando na escola. O jovem tinha quinze anos e havia parado na sétima série. “É triste mas a gente não pode abrir uma exceção pra não prejudicar o plano de organização. E pode ser que com isso ele se esperte e corra atrás de alguma opção pra continuar estudando”, disse-me Joel.

O responsável por visitar escolas e algumas famílias para saber como estava cada participante do projeto seria Joel. Noto que as visitas possibilitam a construção de relações com sujeitos que fazem parte do cotidiano dos alunos, possibilitando a ampliação do contexto de atuação do projeto e também da congregação. Assim como na Sopa Solidária, aqui também está presente a prática evangelizadora, que diferencia este projeto de outros organizados por instituições laicas.

Além disso, visitar é um meio para constatar a veracidade das informações prestadas e também de construir indicadores que permitam atestar que o projeto, de fato, está atendendo um determinado público e contribuindo de

³⁶ A solicitação dos dados familiares, designando “pais ou responsáveis”, indica uma noção a respeito da condição dos beneficiários do projeto, supondo, por exemplo, que nem todos morem com pai e/ou mãe, desnaturalizando uma ideia rígida de família.

alguma forma. Como pastor Carlos havia me dito em nossa primeira conversa, o objetivo do projeto era diminuir as possibilidades de contato dos adolescentes com drogas. Contudo, mesmo que esta proximidade seja uma premissa dada em virtude da condição socioeconômica da região, é importante então comprová-la, algo possível através das visitas.

Situação semelhante é descrita por Laura Zapata (2005) com relação às visitas que as voluntárias da Cáritas faziam às famílias assistidas, como condição para a doação de bolsas de alimentos e demais produtos. Segundo a autora, nos encontros havia uma certa disposição entre as partes de expor aquilo que estivesse em consonância com o programa de doações. Era a partir daí que surgia então uma família classificada como necessitada. “Ellas no constatan esa unidad social; ellas salen a producirla. Y la producen visitandola” (ZAPATA, 2005, p.83). Acredito que esta observação da autora pode ser relacionada à iniciativa dos voluntários do projeto Jogo da Vida de realizar visitas às escolas e famílias dos participantes do projeto. Ao pesquisar a vida dos seus alunos, era possível construí-los como “necessitados de ajuda” o que, em grande medida, legitimava o próprio trabalho dos voluntários, à semelhança da oficina no projeto Sopa Solidária.

No final de junho, enquanto Tiago estava orientando o treino, Joel me convidou para acompanhá-lo na visita até uma das escolas da região que os adolescentes frequentavam. Chegando na escola, localizada a algumas quadras do campo, Joel pediu para conversar com a diretora, que já o conhecia, explicando que gostaria de algumas informações sobre o comportamento dos alunos. Apenas cinco, entre os quase trinta participantes do projeto, estudavam lá e, aos olhos da diretora, não apresentavam grandes problemas em sua vida escolar. Somente um deles foi citado por ela como “mais difícil”, mas havia apresentado melhoras durante o ano. Para a diretora, este era um aluno com baixo rendimento escolar mas seu histórico familiar conturbado de certa forma justificava seu comportamento. De acordo com suas palavras, era para ele ser “um projeto de bandido”, pois sua mãe fora assassinada em uma briga de gangues e a família apresentava uma série de outros conflitos. No caminho de volta perguntei ao Joel o que ele pensava a respeito do comportamento do aluno.

Ele não tem muita noção de autoridade. Então quando eu ou o Tiago estamos falando ele não presta muita atenção, porque é a mesma coisa que outro colega dele estivesse falando. Essa noção de autoridade ele não tem, porque precisa do pai pra isso né?

Apesar do comportamento de apenas um dos alunos ter sido ressaltado pela diretora, quando voltou ao campo Joel fez questão de chamar a atenção de todos. A visita pareceu legitimar uma ideia de comportamento desviante que já estava pré-concebida. É possível perceber como esta noção é forte, pois ao invés de considerar como padrão o comportamento dos outros quatro alunos que estudavam naquela escola, Joel tomou justamente o único que se enquadrava naquilo que eles esperava encontrar e o coloca como retrato de quem são os participantes do projeto. É por este perfil de adolescente que eles trabalham, mesmo que a maioria possa apresentar outros tipos de problemas.

Seguindo ainda as considerações de Zapata (2005), há, portanto, uma contradição: se, por um lado, as visitas são idealizadas como um modo privilegiado de “conhecer a realidade”, de se aproximar dos beneficiários a fim de verificar, *in loco*, as necessidades que justificam a presença de agentes promotores de assistência, por outro lado, na prática das visitas, parece haver pouca ou nenhuma preocupação em saber, efetivamente, quem é o público assistido, o que resulta principalmente em afirmar (mesmo que seja com a amostra de apenas um, como na situação acima mencionada) que a preocupação dos voluntários deve estar dirigida a determinadas questões previamente eleitas como prioritárias. Em suma: “El programa descansa sobre una serie de presupuestos que no se ponen en duda, instituyendo de manera arbitraria una realidade (...)” (ZAPATA, 2005, p.83).

Construindo assim um público necessitado de ajuda, constrói-se ao mesmo tempo um voluntário necessário. Mais do que necessário, este processo também cria os padrões que devem ser seguidos no processo de relação com os alunos assistidos. Os voluntários são necessários para algo e devem fazer isso de determinada forma. Uma das principais questões observadas pelos voluntários do projeto Jogo da Vida era a necessidade de ensinar padrões de disciplina aos alunos, como desenvolvo a seguir.

4.2 – Exercer disciplina

Algumas vezes eu chegava ao local de treino um pouco cedo, antes mesmo dos voluntários. Ficava então esperando em frente ao portão junto a alguns dos adolescentes e, normalmente quem chegava primeiro era Tiago. Estadunidense e filho de pastores, ele era integrante da organização internacional sem fins lucrativos chamada Lions Raw. Além do Jogo da Vida, ele atuava em mais cinco projetos em outras regiões de Curitiba, os quais também ofereciam aulas de futebol. Sua interação com os alunos era principalmente prática, brincando no meio deles. Um dia, contou-me que às vezes os meninos falavam muito rápido e ele não entendia direito de que se tratava a conversa, limitando-se a sorrir em resposta aos adolescentes. Acredito que essa dificuldade com o idioma era um elemento que contribuía para seu comportamento mais descontraído durante os treinos.

Esse clima de brincadeira destoava da relação que outro voluntário, Joel, mantinha com os adolescentes. Joel tinha 33 anos e era casado - ao contrário de Tiago, que era mais jovem e solteiro. Fora chamado pelo pastor Carlos para fazer parte do projeto devido à sua identificação com o futebol. Ele chegava um pouco mais tarde, normalmente quando o treino já estava em andamento. Com o decorrer da pesquisa percebi que, com sua chegada, os adolescentes ficavam mais atentos com questões com as quais não se importavam tanto na presença do outro voluntário.

Um exemplo claro era a proibição de falar palavrões no meio do jogo. Pelo fato de que Tiago tinha mais dificuldade com o idioma português, os alunos acabavam se xingando com mais frequência, sem maiores objeções. No entanto, quando Joel chegava, era possível notar que esse comportamento mudava um pouco. Apesar de continuarem se xingando, eles tomavam um pouco mais de cuidado, falando mais baixo. Em uma ocasião dois meninos se desentenderam durante o jogo e um xingou o outro: “Te arrebento seu lixo!”. Joel aplicou então a “penalidade”: quem infringia a regra de não falar palavrão deveria parar no meio do jogo e fazer dez flexões. Assim que era dito “paga dez”, os alunos já paravam e faziam as flexões, sem nada perguntar. Além disso, se os

xingamentos fossem muito frequentes, eles também eram retirados do jogo por cinco minutos.

Em uma ocasião Tiago estava sozinho durante o treino e quando advertiu um dos adolescentes, para que ele parasse de empurrar um colega, acabou sendo xingado. Ao invés de enfrentar a situação no mesmo momento, o voluntário esperou que Joel chegasse e lhe contou o que ocorrera. Então, ao final do treino, todos se reuniram em uma roda e Joel chamou atenção do grupo: “O cara deixou a família dele lá nos Estados Unidos pra vir aqui ensinar algo e vocês têm coragem de responder ele ainda? Quem fez isso vai ‘pagar dez’ agora e pedir desculpas”.

A prática de pagar dez flexões a cada palavrão dito durante o treino é, como se pode inferir, uma tentativa de disciplinar o comportamento - e, com isso, inculcar uma ética - através de penalidades corporais. É fato que os adolescentes não executavam as flexões perfeitamente; entretanto, somente o fato de saberem que deveriam fazê-las como punição já lhes transmitia a ideia de que ofender os colegas ou mesmo reclamar de situações com xingamentos eram atitudes incorretas, devendo ser evitadas.

Nesse ponto, é válido refletir sobre o que o futebol pode representar para estes alunos e voluntários. Além de oferecer o ensino de um esporte, o projeto também promovia, sobretudo, o espaço de uma sociabilidade específica, relacionada às ações reconhecidas como masculinas. Segundo Eliene Lopes Faria (2009), a prática do futebol permite a expressão de um determinado comportamento masculino, ao mesmo tempo em que o corrobora. “O futebol é, desse modo, contexto onde não apenas impera a presença masculina, mas também onde os comportamentos (hegemônicos) associados à masculinidade são ressaltados” (FARIA, 2009, p.74). As atitudes dos alunos durante os jogos evidenciam este senso comum sobre o que é a prática do futebol: ao xingarem ou provocarem algum colega, está implícita uma certa demonstração de masculinidade; é como se quanto mais eles praticarem atitudes tidas como masculinas, mais homens eles serão.

Participando do projeto da ABASC, as agressões verbais passam a ser alvo de reprovações - o que eventualmente poderia vir a colocar em xeque o exercício de uma masculinidade hegemônica. Não parece ser o que ocorre no âmbito deste projeto, já que, apesar de reprovar os xingamentos e provocações,

uma certa noção de masculinidade orienta a fala e a conduta dos voluntários. Uma vez ao final do treino os voluntários reuniram o grupo de alunos e Joel começou a lhes dar uma advertência pelo comportamento durante o jogo, alertando que as atitudes eram reprováveis e demonstravam um comportamento tido como feminino ou infantil. Em grande medida, isso confirma a noção de que futebol é algo eminentemente masculino³⁷, reafirmando, com isso, certas convenções de gênero, além de expor a ideia dos adolescentes como sujeitos em formação e incompletos, e que se não forem bem orientados não serão homens de fato.

A partir da descrição é possível observar que o objetivo do projeto não é apenas ensinar uma técnica esportiva, mas, por meio dela, pretende-se educar os adolescentes de acordo com determinadas noções. Por se tratar de um projeto evangélico, os xingamentos em campo, tidos possivelmente como sinal de desrespeito, não são tolerados, contudo, um certo padrão masculino de comportamento continua presente nas falas e práticas destes agentes.

Até este ponto, descrevi o modo como os voluntários tentam transmitir padrões de disciplina aos alunos do projeto. Através da afirmação de um certo *ethos* masculino e do uso do expediente da punição corporal eles visam moldar um comportamento considerado correto no contexto do projeto. Para compreender todas estas ações como partes do processo de construção dos voluntários, também é necessário questionar de que forma elas incidem sobre eles mesmos. Ao mesmo tempo em que estão buscando educar uma forma de comportamento alheio, os voluntários também estão sendo educados. Em sua relação com os alunos, de acordo com seu capital, eles constroem suas identidades enquanto voluntários. Um exemplo é a diferença entre Tiago e Joel: enquanto o primeiro dominava e buscava transmitir técnicas específicas do esporte como modo de produzir estas identidades, o segundo conduzia este processo especialmente por intermédio do controle do comportamento dos meninos, dentro e para além do campo de futebol.

³⁷ Vale relembrar a ocasião já mencionada na introdução em que, ao final de um treino, Joel comentava sobre a possibilidade de oferecer aulas de futebol também para meninas e, saindo da quadra, me pediu que interpelasse um grupo de meninas com uniforme escolar a respeito de seu interesse nessa atividade. Observo que só o fato de querer saber isso já indica que ele partia da premissa de que as meninas não teriam muito interesse, pois provavelmente se mais aulas pudessem ser abertas para meninos esta dúvida não surgiria.

Retomando, uma vez mais, as reflexões de Ingold (2010) sobre a educação da atenção, pode-se sugerir que as habilidades não são inatas ou adquiridas, mas incorporadas. Não é possível considerar que os voluntários chegam com todas as suas ideias prontas e apenas as “despejam” sobre os beneficiários do projeto. É na relação entre eles que as situações reais vão sendo apresentadas e, a partir delas, o processo passa a existir e modelar cada uma das partes. As habilidades são continuamente incorporadas.

Além de modelar as ações de cada voluntário, observei que este processo também colaborava para que as experiências anteriores fossem ressignificadas à luz das experiências presentes. Além de construir o aluno como necessitado de ajuda e estabelecer padrões de disciplina para “ajudá-lo”, a trajetória de cada voluntário também pode ser ressaltada como parte deste processo mútuo de educação.

4.3 – Trajetória de ascensão

Como já apontei, os diferentes comportamentos demonstrados por Joel e Tiago podem revelar aspectos do processo de elaboração de suas experiências como voluntários no projeto. Em razão do maior número de informações, busco enfatizar a trajetória do Joel, a partir de relatos feitos por ele em algumas conversas informais e também de suas falas com os adolescentes durante os treinos.

Além de participar do projeto Jogo da Vida, Joel também era pastor na PIB Curitiba, atuava no ministério de integração, responsável por inserir os novos membros na estrutura da igreja bem como em atividades com outros membros. Também era responsável por atividades que visavam atingir dependentes químicos e moradores de rua. Cerca de um mês após a interromper minha pesquisa de campo, Joel assumiu ainda a liderança do projeto Jogo da Vida no lugar do pastor Carlos.

Diferentemente do bazar, por exemplo, onde a liderança de Linda foi conquistada em razão do contínuo envolvimento com as atividades de classificação e circulação dos objetos doados, ou do projeto Sopa Solidária, no

qual Josiane assumiu a posição de liderança em virtude de seu vínculo histórico com ações assistenciais integrantes de um circuito alimentar voltado ao atendimento à população em situação de rua, observo que aqui a ordenação de Joel como pastor, responsável pelo projeto e pela congregação, foi um elemento essencial para que assumisse a coordenação geral do projeto. Noto que a postura mais disciplinadora que Joel assumia na relação com os alunos do projeto, de certa forma assemelha-se às suas atividades como pastor na igreja: aqui, na congregação, ele precisa adequar comportamentos de acordo com a política religiosa da PIB Curitiba; lá, na quadra de esporte, ele busca orientar adolescentes a se colocarem no mundo de determinada forma. Em ambos os contextos, compete a Joel fornecer parâmetros éticos de conduta.

A trajetória de vida de Joel é, neste sentido, outro elemento importante a ser considerado nesta análise. Sua interpretação sobre situações cotidianas estavam sempre baseadas em experiências pessoais - assim como no caso de Linda e Josiane que, a seu modo, também acionavam experiências anteriores como forma de justificar suas práticas recentes e suas respectivas atuações nos projetos da ABASC. Segundo o relato de Joel, já na adolescência começou a consumir substâncias psicoativas e só parou de usá-las aos 21 anos, depois de ter frequentado a Comunidade Terapêutica Ceifar durante 3 anos. Em certa ocasião perguntei que tipos de substância ele usava: "O que tivesse. Mas o pior mesmo foi o crack. Quando eu fui internado estava pesando 58 quilos".

Ao observar o que Joel conta sobre sua vida, busco ressaltar a trajetória como um dos elementos de sua formação como voluntário e como pastor. Neste processo, é importante perceber que o indivíduo faz escolhas - conscientes ou não - em relação ao que está contando. As lembranças não dizem respeito a um ato individual, mas são produzidas coletivamente: sempre há um ajustamento em função da realidade a partir da qual se fala. De acordo com Maurice Halbwachs (1990), há uma estruturação social no momento em que o indivíduo vive a experiência e, depois, outra estruturação no processo de lembrar e produzir uma narrativa sobre a experiência. Nesses dois momentos existem diversos grupos sociais que influenciam a forma como o indivíduo se coloca.

Diferente de Tiago, que veio de outro país e cuja história pessoal eram pouco conhecidas no escopo do projeto Jogo da vida, as experiências de Joel o aproximam diretamente das questões consideradas pela PIB e ABASC como

prioritárias no desenvolvimento deste projeto. O resgate de sua memória e da experiência pessoal com substâncias psicoativas serve como recurso que legitima sua fala ao chamar a atenção dos adolescentes. De certa forma ele se projeta nos alunos, prevendo o possível envolvimento com drogas e seus desdobramentos. Ao mesmo tempo, se apresenta como homem regenerado, que se casou e havia acabado de ter um filho, e que aceitou submeter-se à disciplina religiosa frequentando, inicialmente, uma comunidade terapêutica e, depois, como membro ativo de uma igreja. Joel encarnava, assim, um modelo de comportamento a ser seguido, reproduzindo a ideia de regeneração por meio da conversão. Aqui o testemunho pessoal surge como forma clássica de evangelização e fonte de legitimação da posição do voluntário em sua rede de atuação, permitindo que Joel “ajude” os adolescentes a se tornarem homens, e homens de fé.

CONCLUSÃO

Como aponte na introdução, minha intenção era acompanhar o processo de educação formal de alguns missionários da JOCUM e então construir suas trajetórias a fim de problematizar a ideia de vocação. Menciono este fato pois acredito que lidar com as impossibilidades logo no início do trabalho de campo também faz parte da construção deste texto. Como não pude acessar o universo de pesquisa inicialmente idealizado, fui obrigada a remodelar meus objetivos e optei por pesquisar aqueles que não viajavam como missionários, levando ao mundo a mensagem de Cristo, mas que igualmente participam de ações evangelísticas e tornam possível o trabalho cotidiano realizado nas igrejas: os voluntários. Ao acompanhar projetos da ABASC, entidade filantrópica pertencente à PIB Curitiba, busquei perceber o que faz de um voluntário um voluntário. Observo que este redirecionamento colaborou para minha formação enquanto pesquisadora, pois de um grupo sobre o qual eu já tinha várias impressões, passei a outro sobre o qual não tinha domínio algum.

Com esta reflexão não sugiro que realizar o campo em lugares já conhecidos seja melhor ou pior, mas quero ressaltar minha experiência. Pensar sobre as mudanças, neste momento, me mostra a complexidade do processo de construção do conhecimento. Em seu texto “Existem grupos sociais nas terras altas da Nova Guiné?” (2010), Roy Wagner aponta para a tendência do trabalho antropológico em projetar conceitos em seu campo, sobretudo na formulação de perguntas. Se iniciarmos o trabalho com o objetivo de encontrar grupos, de fato eles estarão lá. É diferente perguntar qual a noção que os outros têm de grupo ou se eles têm uma noção de grupo, por exemplo, pois é importante compreender que alguns problemas são particularmente nossos. O desafio lançado pelo autor é de aproveitar a experiência que o trabalho de campo proporciona ao pesquisador e realmente vivenciar outra forma de organização a partir de seus próprios termos, encarando-a como um processo criativo que pode ser absolutamente diferente do nosso, com suas próprias perguntas. Particularmente, compreendo que as mudanças na escolha do campo foram importantes para que eu refletisse desta forma sobre esta experiência.

A primeira vez em que estive na PIB Curitiba para conversar com a assistente social e expor minha intenção em realizar o trabalho de campo lá, o próprio espaço já foi algo que me chamou atenção, principalmente pela grande circulação de pessoas. Minha ideia de que em uma igreja as atividades envolviam, sobretudo, a realização de cultos, foi colocada em questão. Ao pesquisar a história desta igreja, também percebi o quanto o seu espaço era algo importante. Seus anos são narrados seguindo o fluxo de suas mudanças de instalação e os esforços para a construção do templo principal. Isto posto, também é a partir da descrição de seu espaço que escolhi apresentar a PIB Curitiba logo na introdução deste trabalho.

Considerando então o espaço como parte integrante do processo, busquei problematizar a circulação dos agentes e uma das primeiras coisas que observei como importantes era refletir sobre o que é ser voluntário naquele contexto. Pensando esta categoria diacronicamente, pude demonstrar o quanto ela sempre esteve intrinsecamente relacionada à caridade e à religião cristã. Recentemente as ações foram reorganizadas, trazendo o conceito de cidadania para o exercício do voluntariado em função de regulações estabelecidas pelo Estado, mas as concepções religiosas que organizam a prática do voluntariado permaneceram no contexto da ABASC.

Este olhar mais amplo foi importante para que eu pudesse desconstruir uma noção de voluntariado já evidente. Entretanto, isso ainda não me dava acesso ao processo de modelação dos agentes que de fato atuavam como voluntários. Observar o histórico da prática e suas regulações, em grande medida, revelaram uma espécie de “dever ser”. Meu objetivo seguinte foi evidenciar uma parte do processo revelada apenas através dos agentes. Por sua vez, eles demonstraram o quanto suas práticas excedem quaisquer regras estabelecidas. Cotidianamente, histórias e experiências concretas são mobilizadas em favor da construção de modelos a serem seguidos. Estando ainda atenta à importância dos espaços, optei por acompanhar a divisão do campo e apresentar as especificidades de cada projeto e de seus voluntários. Quais as características destacadas por eles e suas práticas seriam capazes de evidenciar processos de formação?

No segundo capítulo procurei destacar as coisas como centro das ligações entre as voluntárias. No bazar, a forma como cada uma se organizava

(e era organizada) diante do contexto e das outras passava sempre pelas doações e do seu complexo sistema de classificação. Por mais que neste espaço os beneficiários não estivessem presentes na maior parte do tempo, as coisas proporcionavam às voluntárias determinar quem ele era e o que necessitava: roupas com melhor aparência, por exemplo, eram destinadas à Comunidade Terapêutica Ceifar, como se esta condição também pudesse transmitir noções de qualidade e recomeço às pessoas que estavam lá, ao passo que para os “pedintes” que chegavam à igreja eram reservados itens mais básicos, como sapatos e cobertores, definindo também quais eram seus problemas.

O contexto do projeto Sopa Solidária, por sua vez, permitiu observar um contexto onde as relações abarcavam um maior número de agentes em prol do atendimento a pessoas em situação de rua. Com encontros uma vez por semana, neste contexto a “ajuda” também assume uma importância ao direcionar a forma como os voluntários pensavam sobre o outro e, ao mesmo tempo, a si mesmos. Para ser voluntário ali, não era suficiente apenas saber cozinhar, mas se inserir no grupo, observando seus gestos e copiando suas ações.

Por fim, no projeto Jogo da Vida a atenção dos voluntários estava constantemente voltada aos alunos do projeto. Diante deles, era necessário exercer uma educação expressa. Para “ajudar” os adolescentes, os voluntários buscavam disciplinar suas ações, palavras e gestos a fim de que se tornassem “pessoas boas”. O exemplo para isso, estava em suas próprias trajetórias. Ali, a organização de suas biografias ocorria sempre em relação aos problemas construídos a respeito da vida dos alunos, pois enquanto voluntários, eles deveriam ser a representação dos modelos a serem seguidos.

Durante o trabalho de campo e a escrita deste texto me esforcei constantemente para manter no horizonte a pergunta inicial: como se constrói um voluntário? Entretanto, dado a heterogeneidade de cada universo, esta questão não pôde ser respondida com a mesma intensidade e unicidade. Ainda assim, de forma transversal é possível observar que o código da “ajuda” vai sendo acionado em diferentes momentos para construir as relações entre voluntários e com os beneficiários, e disso é possível inferir uma certa concepção de alteridade.

Tendo isso em vista, busquei desnaturalizar a ideia de “ajuda”, central em meu campo de pesquisa, e colocá-la como uma característica da prática do voluntariado nos contextos dos projetos. Seguindo as reflexões de Tim Ingold (2010), compreendo que a ajuda é uma habilidade construída nas relações sociais. Ao realizarem alguma atividade, voluntários e voluntárias estavam sempre observando e perguntando diretamente aos outros de que forma poderiam ajudar. Os mais novos, quando se inseriam em cada projeto, eram colocados diante desta forma de relação e estimulados a imitá-la.

Neste sentido, a “ajuda” assume um significado importante pois está presente nas relações dos voluntários com o outro (ajudando), mas também nas relações entre eles (no sentido de cooperação em busca de um fim, que seria ajudar o outro). Assim, não bastaria dizer expressamente a cada novo voluntário que ele deve estar sempre ajudando, pois adquirir esta habilidade, nos termos de Ingold, depende da forma como estes agentes se inserem naquele contexto. “O ambiente, então, não é meramente uma fonte de problemas e de desafios adaptativos a serem resolvidos; ele se torna parte dos meios de lidar com isso” (Idem, *ibidem*, p.19).

Se inicialmente eu pensava sobretudo na ideia de desenvolvimento de lideranças a partir de um poder de escolha, olhando de outra forma pude perceber que assumir, dentro do grupo, a condição de alguém que pode oferecer um modelo para os outros era o elemento central. Assim, pouco importa quem era exatamente o líder do projeto, mas sim quem era o modelo de imitação. A partir da interação e observação destes modelos é que os voluntários e voluntárias modelavam, paulatinamente, suas formas de agir. Compreendo que esta forma de construção das habilidades dialoga com a ideia de copiar como redescoberta orientada, que dá espaços a improvisos, como sugere Ingold (2010).

Por sua vez, em cada projeto diferentes testemunhos de modelo e de formas de encontro com o outro foram apresentados. No bazar, Linda expõe um caráter clássico de missão para servir ao outro, participando das atividades na igreja o máximo possível. No limite, ela representa o espaço da igreja que produz acolhida, recebendo aqueles que vão até lá para buscar alguma “ajuda”. Sua entrega aos trabalhos é um elemento que a transforma em modelo de atuação neste contexto.

Os projetos Sopa Solidária e Jogo da Vida, por sua vez, demonstram um certo distanciamento deste modelo clássico de prestação de assistência, tendo em vista o diálogo com as questões do poder público. No caso da Sopa, por exemplo, há um discurso sobre o encontro com o outro marcado pela ideia de que as ações precisam colaborar para o desenvolvimento da sua autonomia e saída das ruas. O mesmo ocorre no Jogo da Vida, onde a educação expressa dos adolescentes dialoga com a sua formação cidadã. Em ambos os projetos, a prestação da “ajuda”, contudo, parece estar fortemente baseada na necessidade de conversão, de modo que olhando os projetos desta forma e conhecendo suas ações, percebe-se que a dimensão religiosa não deixa de informar as práticas destes agentes.

Ser um voluntário é estar em contato permanente com o outro – seja concretamente ou não – para construir uma posição de “ajudador”. A partir da suposição de determinadas necessidades, como “pobreza”, “perigo” ou “infantilidade”, os voluntários vão aos poucos estabelecendo seus próprios modos de “ajuda”. Dado que as interpretações a respeito de cada uma destas necessidades nunca serão as mesmas, mesmo que os projetos apresentem uma proposta definida, as formas de “ajuda” a este outro a excedem. Ademais, também é no contato entre voluntários, buscando por padrões e modelos a serem seguidos, que cada um descobre a sua forma de agir. Esta interpretação busca, sobretudo, ressaltar cada sujeito como um ser que existe sempre em relação com o mundo e, portanto, em constante formação.

REFERÊNCIAS

PESQUISAS:

FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL. **Opinião do brasileiro sobre voluntariado**. 2014.

SEMINÁRIO NACIONAL IMPRENSA E ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL. **Mapeamento das Fundações Privadas e Associações sem fins lucrativos no Brasil**. 2014.

VOLUNTARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS (VNU). **Relatório do Estado do Voluntariado no Mundo**. 2011.

BIBLIOGRAFIA:

ARAÚJO, Jairo Melo. **Voluntariado: na contramão dos direitos sociais**. São Paulo: Cortez, 2008.

BOURDIEU, Pierre. “É possível um ato desinteressado?” In: **Razões práticas. Sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 1996.

_____. Marginalia. Algumas notas adicionais sobre o dom. **Mana**. N. 2: p.7-20, 1996.

_____. **O senso prático**. Petrópolis: Vozes, 2013.

BURITY, Joanildo. Organizações religiosas e ações sociais: entre políticas públicas e a sociedade civil. **Revista Antropológicas**. V. 18 (2): p. 7-48, 2007.

CAMURÇA, Marcelo Ayres. Seria a caridade a “religião civil” dos brasileiros? **Praia Vermelha: estudos de política e teoria social**. Rio de Janeiro: UFRJ, n.12, 2005.

CORULLÓN, Mônica Beatriz Galiano e MEDEIROS FILHO, Barnabé. **Voluntariado na empresa: gestão eficiente da participação cidadã**. São Paulo: Petrópolis, 2002.

DE CERTEAU, Michel, GIARD, Luce e MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano. Morar, cozinhar.** Petrópolis: Vozes, 1996.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e Perigo. Ensaio sobre a noção de poluição e tabu.** Rio de Janeiro: Edições 70, 1991.

FARIA, Eliene Lopes. Jogo de corpo, corpo do jogo: futebol e masculinidade. **Cadernos de Campo.** N. 18: p. 65-86, 2009.

FONSECA, Claudia. O anonimato e o texto antropológico: dilemas éticos e políticos da etnografia “em casa”. **Juiz de Fora.** V. 2/ n. 1 e 2: p. 39-53, 2008.

FRANGELLA, Simone Miziara. **Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo.** Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Campinas: UNICAMP, 2004.

GOMES, Edlaine. **A era das catedrais da IURD: a autenticidade em exibição.** Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: UERJ, 2004.

GUBER, Rosana. **El salvaje metropolitano. Reconstrucción del conocimiento social en el trabajo de campo.** Buenos Aires: Paidós, 2004.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Vertice, 1990.

INGOLD, Tim. Da transmissão de representações à educação da atenção. **Educação.** V. 23: p. 6-25, 2010.

_____. **The perception of the environment: essays on livelihood, dwelling and skill.** New York: Routledge, 2000.

LANDIM, Leilah e SCALON, Maria Celi. **Doações e trabalho voluntário no Brasil – uma pesquisa.** Rio de Janeiro: 7Letras, 2000.

MARTINS, Ana Paula Vosne. A feminilização da filantropia. **Gênero.** V. 15: p. 13-28, 2015.

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas.** São Paulo: Cosac Naify, 2013.

MELO, Tomás Henrique de Azevedo Gomes. **A rua e a sociedade: articulações políticas, socialidade e a luta por reconhecimento da população em situação de rua**. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Curitiba: UFPR, 2011.

MENEZES, Renata de Castro. **A dinâmica do sagrado: rituais, sociabilidade e santidade num convento do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política / UFRJ, 2004.

NEVES, Delma Pessanha. Os miseráveis e a ocupação do espaço público. **Caderno CRH**. N. 30/31: p. 111-134, 1999.

_____. Voluntariado filantrópico: humanismo salvador e gestão social. **Revista de Ciências Sociais**. UFC: V. 34, 2003.

PEREIRA NETO, Francisco. Assistência social e caridade em Porto Alegre. In: FONSECA, Claudia e BRITES, Jurema. **Etnografias da participação**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

PEREIRA, José dos Reis. **Breve história dos batistas**. Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1979.

SILVA, Andréa Freitas. **Trabalho voluntário: considerações sobre dar e receber**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: UERJ, 2006.

SILVA, Tiago Lemões. A dádiva e o laço social: o caráter relacional da caridade na doação alimentar à população em situação de rua. **Interseções**: v.12, n.2, p.358-381, 2010.

SOUZA, Edilson Soares de. **Diálogos (re)velados: a trajetória e os discursos político-doutrinários dos batistas brasileiros. 1974-1975**. Dissertação de Mestrado em História. Curitiba: UFPR, 2008.

WAGNER, Roy. Existem grupos sociais nas terras altas da Nova Guiné? **Cadernos de Campo**. N. 19: 237-257, 2010.

YAMABUCHI, Alberto Kenji. **O debate sobre a história das origens do trabalho batista no Brasil: uma análise das relações e dos conflitos de gênero e poder na Convenção Batista Brasileira dos anos 1960-1980.** Tese de Doutorado em Ciências da Religião. São Bernardo do Campo: UMESP, 2009.

ZAPATA, Laura. **La mano que acaricia la pobreza: etnografía del voluntariado católico.** Buenos Aires: Antropofagia, 2005.

ANEXO 1 – ESTATUTO DA ABASC

ASSOCIAÇÃO BATISTA DE AÇÃO SOCIAL DE CURITIBA E S T A T U T O

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, DA NATUREZA E DOS OBJETIVOS

Art. 1º A ASSOCIAÇÃO BATISTA DE AÇÃO SOCIAL DE CURITIBA, denominada neste Estatuto de ABASC, fundada em 18 de dezembro de 1996, é uma entidade civil, de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter filantrópico, educacional e beneficente, com sede e foro na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, com duração por tempo indeterminado.

Art. 2º. A ABASC, sem qualquer distinção de origem, raça, sexo, cor, idade ou qualquer outra forma de discriminação, tem como finalidade:

I. A promoção:

- a. da assistência social,
- b. da assistência espiritual,
- c. da segurança alimentar e nutricional saudável,
- d. da educação,
- e. da cultura,
- f. da saúde,
- g. do esporte e lazer
- h. da ética,
- i. da paz,
- j. da cidadania,
- k. dos direitos humanos,
- l. da equidade social,
- m. da democracia,
- n. do serviço social voluntário.

II – A defesa, preservação, conservação e o desenvolvimento sócio-econômico autossustentável dos biomas e da biodiversidade;

III – A busca da estabilização social dos menos favorecidos, através da capacitação, formação, treinamento e integração ao mercado de trabalho, oportunizando emprego e geração de renda;

IV – A proteção e o amparo à família, à maternidade, à infância, à adolescência, ao adulto e à velhice, em situação de risco pessoal ou social ou em conflito com a lei;

V – Incentivo à cultura e à produção artística como recurso pró-desenvolvimento das aptidões pessoais, através da conservação, divulgação e defesa do patrimônio histórico.

§ 1º A ABASC poderá criar tantas unidades e estabelecimentos quantos seus recursos e oportunidades o permitirem, desde que compatíveis com seus objetivos de assistência gratuita, na medida do possível, aos reconhecidamente necessitados, podendo, para seu auto sustento, firmar contratos, convênios ou outros instrumentos de parceria com entidades de direito público ou privado.

§ 2º Para a execução de suas finalidades, a ABASC dará atendimento integral aos assistidos, podendo instituir escolas, creches, casas-lares e instituições afins, denominadas Unidades, objetivando a completa integração social, cultural e espiritual das crianças, jovens, deficientes físicos e idosos.

§ 3º Para sua auto sustentação e em consonância com seus objetivos, a ABASC poderá criar recursos viabilizadores de suas metas, como: bazares, panificadoras, lanchonetes e restaurantes, livrarias, videotecas, edição e distribuição de livros, produção, edição, gravação e distribuição de mídias digitais ou analógicas em vídeos, CDs, DVDs ou qualquer outro formato, produção e comércio de artesanato e marcenaria, denominados de Estabelecimentos, com suas rendas totalmente aplicadas nas obras assistenciais.

§ 4º A ABASC não terá caráter político-partidário.

§ 5º A ABASC terá um Regimento Interno, cujas normas não poderão contrariar os termos deste Estatuto e que será aprovado em Assembleia Extraordinária.

CAPÍTULO II

DO PATRIMÔNIO E DA MANUTENÇÃO

Art. 3º O patrimônio da ABASC será constituído de:

- I – bens móveis e imóveis;
- II – legados, doações e heranças;
- III – títulos representativos de investimentos públicos ou privados;
- IV – outros bens e direitos existentes.

Art. 4º Todo o patrimônio descrito no Art. 3º. deverá ser escriturado e contabilizado em nome da ABASC.

Parágrafo único. Cabe à diretoria executiva da ABASC decidir sobre qualquer transação imobiliária, doações e legados que lhe forem ofertados, podendo recusar tais ofertas se estas vierem a onerar suas finanças, atingir sua independência ou que tenham origem duvidosa.

Art. 5º No caso de dissolução da ABASC, seu patrimônio social líquido, respeitados os direitos de terceiros e as doações com gravame e condicionais, será destinado a uma ou várias instituições congêneres, devidamente registradas no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, obedecendo à deliberação da Assembleia Extraordinária que a dissolveu.

Parágrafo único. A dissolução não conferirá aos associados qualquer restituição de valores de contribuição, salvo as doações nas quais se ressaltar o exercício desse direito.

Art. 6º A manutenção da ABASC será feita mediante:

- I – recursos oriundos de convênios, contratos e outros compromissos com entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;
- II – recursos provenientes de suas atividades;
- III – doações de qualquer natureza, advindas de pessoas ou instituições nacionais ou estrangeiras;
- IV – contribuições espontâneas das Igrejas Batistas filiadas às Convenções Batistas Brasileira e Paranaense;
- V – subvenções dos poderes Municipal, Estadual e Federal;
- VI – recursos obtidos através de bazares e promoções, ou prestação de outros serviços, tais como abertura e funcionamento das Unidades e Estabelecimentos, com a renda totalmente empregada em suas obras assistenciais;
- VII – exploração de suas propriedades imobiliárias e aluguéis.

Parágrafo único. As doações recebidas não darão direito aos doadores de interferir na administração da ABASC.

Art. 7º A ABASC aplicará suas receitas e recursos integralmente no território nacional, e na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais e

não distribuirá lucros, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio, sob nenhuma forma ou pretexto.

Art. 8º A ABASC não remunerará os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal pelo exercício dos respectivos cargos e nem distribuirá lucros, bonificações ou outra qualquer vantagem a dirigentes ou sócios, sob nenhuma forma ou pretexto.

CAPITULO III

DOS ASSOCIADOS

Art. 9º A ABASC mantém as seguintes categorias de associados:

I – Efetivos;

II – Honorários;

§ 1º São sócios Efetivos todos os membros da Primeira Igreja Batista de Curitiba, que serão representados na Assembleia Geral pelos delegados a que se refere o art. 14 § 1º.

§ 2º - São sócios Honorários as pessoas aceitas como tais pela Assembleia Geral, por terem se distinguido na Comunidade, por sua dedicação a obras vinculadas com os objetivos da ABASC.

Art. 10. Os sócios não respondem, nem solidária nem subsidiariamente, pelos atos e obrigações da ABASC.

Art. 11. O desligamento de associados ocorrerá exclusivamente por decisão da Assembleia, nas seguintes situações:

I – perda da condição de membro da Primeira Igreja Batista de Curitiba;

II – pedido de desligamento à diretoria;

III – infração às normas e princípios da ABASC, expressos neste Estatuto.

CAPITULO IV

DA ADMINISTRAÇÃO E SUA COMPETÊNCIA

Art. 12. São órgãos da administração da ABASC:

I – Assembleia Geral;

II – Diretoria.

Art. 13. A ABASC terá um conselho fiscal, composto de cinco membros, eleitos na forma do artigo seguinte e com as atribuições previstas no art. 34.

Seção I

DA ASSEMBLÉIA

Art. 14. A Assembleia Geral, órgão de deliberação superior da ABASC, será constituída de 42 (quarenta e dois) delegados, em pleno gozo da cidadania, maiores e civilmente capazes, indicados pelos sócios efetivos.

§1º A Primeira Igreja Batista de Curitiba indicará os delegados componentes da Assembleia Geral e os membros do Conselho Fiscal.

§ 2º A presença dos delegados será registrada em livro próprio.

§ 3º O presidente da Diretoria Executiva é também o Presidente da Assembléia Geral.

Art. 15. A Assembleia Geral reunir-se-á, em caráter ordinário, até o último dia do mês de junho, a cada 02 (dois) anos e, extraordinariamente, toda vez que for convocada pelo Presidente da Diretoria Executiva, ou a requerimento de 1/3 (um terço) dos delegados que representam os sócios efetivos.

Art. 16. Compete à Assembléia Geral as seguintes atribuições:

I – eleger e exonerar os membros da diretoria;

II – aprovar o orçamento anual;

III – apreciar os relatórios periódicos e anuais da diretoria e das unidades prestadoras de serviço;

- IV – autorizar a diretoria a alienar por venda ou de outra forma, bem como onerar total ou parcialmente o patrimônio da ABASC;
- V – aceitar doações e legados;
- VI – transferir a sede da ABASC;
- VII – decidir sobre a mudança do nome da ABASC;
- VIII – criar e supervisionar unidades prestadoras de serviços;
- IX – reformar o estatuto;
- X – deliberar sobre a dissolução da ABASC;
- XI – tomar outras decisões que envolvam aspectos administrativos;
- XII – resolver os casos omissos neste Estatuto.

Parágrafo único. Para as deliberações relativas à aprovação do orçamento anual e reforma do estatuto é exigido o voto concorde de 2/3 dos presentes à assembleia, especialmente convocada para este fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos delegados, ou com menos de um terço nas convocações seguintes.

Art. 17. A Assembleia Geral Ordinária será convocada com antecedência mínima de 07 (sete) dias e a Extraordinária com antecedência mínima de 08 (oito) dias, por meio de edital afixado em sua sede e via correspondência pessoal.

Parágrafo único. A Diretoria deverá acolher representação que lhe seja dirigida por um mínimo de 1/5 (um quinto) dos associados, solicitando a convocação da assembleia geral para apreciar assuntos expressos na representação.

Art. 18. As Assembleias Gerais serão instaladas e presididas pelo Presidente da Diretoria ou, em sua ausência ou impedimento, pelo seu substituto legal, em primeira convocação, com a presença mínima de 50% (cinquenta) por cento dos delegados que representam os sócios Efetivos, e, em segunda convocação, 30 (trinta) minutos depois e no mesmo local, com a presença mínima de 1/3 (um terço) dos delegados que representam os sócios efetivos.

§ 1º Na ausência ou impedimento do presidente e do seu substituto legal, a Assembleia Geral pode ser convocada a requerimento de 1/3 (um terço) dos delegados que representam os sócios Efetivos, sendo, então, instalada e presidida por delegado presente, aclamado pela Assembleia Geral.

§ 2º O voto será pessoal, público ou secreto conforme determinar a Assembleia Geral, não se admitindo o voto por procuração.

§ 3º As deliberações serão tomadas por maioria simples de votos dos presentes, ressalvado o disposto no art. 35 deste Estatuto.

Art. 19. À Assembleia Geral ordinária compete:

- I – apreciar e deliberar sobre o Relatório de Atividades, o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras da ABASC, correspondentes ao exercício anterior, apresentado pela Diretoria, com parecer do Conselho Fiscal;
- II – empossar os delegados e o conselho fiscal eleitos pelos sócios efetivos;
- III – deliberar sobre assuntos de interesse da ABASC.

Seção II

Da Diretoria

Art. 20. A Administração da ABASC será exercida por uma diretoria de 7 (sete) membros, eleitos pela Assembleia Geral, constituída por um Presidente, um Vice-Presidente, Diretor Executivo, dois Secretários e dois Tesoureiros.

§ 1º O mandato dos membros da Diretoria e delegados é de 2 (dois) anos, admitida a reeleição.

§ 2º Ocorrendo vacância da Presidência, assume o diretor que estiver na ordem de sucessão, imediatamente.

§ 3º Em caso de vacância dos demais cargos da Diretoria, caberá à Assembleia, no prazo de 90 (noventa) dias, eleger o substituto para completar o mandato.

§ 4º A ordem de sucessão será: Vice-Presidente, Primeiro Secretário, Primeiro Tesoureiro, Segundo Secretário e Segundo Tesoureiro.

Art. 21. As reuniões ordinárias da Diretoria serão mensais, em dia e hora determinados pelo Presidente e as extraordinárias, sempre que necessário, convocadas pelo Presidente ou pela maioria de seus membros.

Parágrafo único. Constituirá "quórum" para as reuniões a presença mínima de três de seus membros, sendo um deles, necessariamente o Presidente ou o Vice-Presidente.

Art. 22. À Diretoria compete:

I – coordenar, supervisionar e controlar todas as atividades da ABASC, inclusive nomear os gestores de seus Estabelecimentos e Unidades;

II – submeter à apreciação da Assembleia, até o último dia do mês de maio de cada ano, o Relatório das Atividades, o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras da ABASC, suas Unidades e Estabelecimentos, correspondentes ao exercício anterior, acompanhadas do Parecer do Conselho Fiscal;

III – encaminhar à Assembleia, no máximo até o dia 30 (trinta) de maio de cada ano, os planos de trabalho e as propostas orçamentárias;

IV – aprovar o quadro de Pessoal, o Plano de Cargos e Salários e a Política Salarial da ABASC e de seus Estabelecimentos e Unidades;

V – deliberar sobre a guarda, aplicação e a movimentação dos bens da ABASC;

VI – elaborar e encaminhar para aprovação da Assembleia, o Regimento Interno da ABASC;

VII – aprovar os Regulamentos e Regimentos, elaborados pelos Estabelecimentos e Unidades;

VIII – cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto, Regimentos Internos e Regulamentos dos Estabelecimentos e Unidades;

IX – executar outras determinações e atribuições definidas pela Assembleia Geral;

X – praticar os atos necessários à administração da ABASC;

Art. 23. Ao Presidente da Diretoria compete:

I – representar a ABASC, ativa e passivamente, em juízo e/ou fora dele, em suas relações com terceiros, podendo delegar poderes e constituir procuradores;

II – convocar e presidir as reuniões da Assembleia Geral, e da Diretoria, cabendo-lhe o voto de qualidade;

III – cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto, as decisões da Assembleia Geral, e da Diretoria;

IV – praticar os atos necessários à administração da ABASC;

V – coordenar as atividades das Unidades, Estabelecimentos, Comissões e das Assessorias;

VI – zelar pela orientação ética, moral e espiritual das Unidades e Estabelecimentos;

VII – resolver todos os casos de urgência, levando suas decisões ao conhecimento e julgamento da Diretoria, em sua primeira reunião;

VIII – emitir e endossar com o Diretor Tesoureiro, cheques, ordens de pagamento e demais movimentações bancárias;

IX – assinar com o Diretor Tesoureiro, os documentos e contratos que importem em ônus para com a ABASC, inclusive as escrituras públicas e particulares de alienação e oneração de imóveis autorizados pela Diretoria.

Art. 24. Ao Vice-Presidente compete:

- I – substituir o Presidente em suas ausências ou impedimentos, investido de todas as atribuições, direitos e deveres inerentes ao cargo;
- II – auxiliar o Presidente no exercício de suas funções;
- III – desempenhar as tarefas que lhe forem oficialmente delegadas pelo Presidente.

Art. 25. Ao Diretor Executivo compete:

- I – coordenar todas as atividades da ABASC;
- II – gerenciar a administração e o funcionamento dos estabelecimentos e unidades da ABASC;
- III – representar o Presidente perante os órgãos públicos.

Art. 26. Ao Primeiro Secretário compete:

- I – secretariar as reuniões da Diretoria, e Assembleias, lavrando as respectivas Atas e redigir e encaminhar as correspondências que se fizerem necessárias;
- II – ter sob sua guarda e em boa ordem, na sede da ABASC, os livros de atas, registros e arquivo geral;
- III – apurar os votos das várias eleições realizadas;
- IV – registrar em livros próprios as Resoluções, os Ofícios e os demais documentos expedidos pelas Assembleias e Diretoria;
- V – manter atualizadas as fichas dos delegados, dos sócios Efetivos e dos demais sócios;
- VI – desempenhar funções afins e outras que lhe forem confiadas pela Diretoria.

Art. 27. Ao Segundo Secretário compete, auxiliar o Primeiro Secretário em todas as atividades da Secretaria e substituí-lo em suas ausências e impedimentos.

Art. 28. Ao Primeiro Tesoureiro compete:

- I – a administração financeira e contábil da ABASC, procedendo à escrituração em livros próprios, autenticados pelo Presidente, mantendo sob sua guarda e conservação todos os papéis, documentos de caixa, títulos e valores de qualquer natureza;
- II – assinar com o Presidente e, na falta deste com o seu substituto legal, todos os documentos que importem em obrigações para com a ABASC, como cheques, ordens de pagamento, cauções, inclusive escrituras públicas e particulares de alienação, aquisição e oneração de bens patrimoniais ou direitos reais sobre imóveis autorizados pela Diretoria;
- III – recolher aos Bancos, indicados pelo Presidente, todos os valores em moeda corrente, bem como títulos nominativos ou ao portador, representativos de haveres em nome da ABASC;
- IV – assinar com o Presidente o Balanço Patrimonial;
- V – elaborar os Relatórios Financeiros, Balancetes e Balanço Patrimonial, encaminhando-os com parecer à Diretoria.

Art. 29. Ao Segundo Tesoureiro compete, auxiliar o Primeiro Tesoureiro e substituí-lo em suas ausências e impedimentos.

Seção III

Do Conselho Fiscal

Art. 30. O Conselho Fiscal, órgão fiscalizador da gestão financeira da ABASC, é composto de três membros efetivos e dois suplentes, eleitos pela Assembleia Geral Ordinária, dentre os sócios Efetivos, pelo período de dois anos, podendo ser reeleitos.

Parágrafo único. Um membro do conselho fiscal, no mínimo, deverá ter formação na área contábil.

Art. 31. O Conselho Fiscal será dirigido por um Presidente e um Secretário, eleitos dentre seus membros em sua primeira reunião.

Art. 32. O Conselho Fiscal reunir-se-á a cada 90 (noventa) dias, atendendo convocação do seu Presidente.

Art. 33. Em caso de vacância, ausência ou impedimento de qualquer membro efetivo do conselho fiscal será chamado para substituí-lo, um dos suplentes.

Art. 34. Ao Conselho Fiscal compete:

I – examinar, trimestralmente os livros de escrituração e os documentos da Tesouraria da ABASC e de todos os Estabelecimentos e Unidades, emitindo parecer sobre o Balanço Patrimonial e sobre a administração da receita e despesa;

II – encaminhar parecer e sugestão à Diretoria, solicitando ao Presidente, a convocação da Assembleia Geral Extraordinária, todas as vezes que constatar irregularidades que possam afetar os interesses da ABASC.

III – dar parecer, para fins de aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, sobre o Relatório de Atividades, o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras da ABASC, correspondentes ao exercício anterior.

CAPITULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 35. A reforma deste Estatuto, em parte ou no todo, deverá ser aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária, especificamente convocada para esse fim.

Art. 36. A ABASC só poderá ser dissolvida pela Assembleia Geral Extraordinária, especificamente convocada para esse fim, mediante o voto favorável de 2/3 (dois terços) dos delegados dos sócios efetivos.

Art. 37. Extinta a ABASC, seu patrimônio social líquido será destinado conforme o disposto no Art. 5º deste Estatuto.

Art. 38. A diretoria, além das comissões de trabalho e assessorias existentes, poderá criar uma assessoria pastoral, com regimento próprio, ou outras, de acordo com as necessidades da ABASC.

Art. 39. As Unidades e Estabelecimentos elaborarão seus próprios Regulamentos, os quais deverão ser adequados a este Estatuto, e encaminhados à Diretoria para a aprovação.

Art. 40. Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria, "ad referendum" da Assembleia Geral subsequente.

Art. 41. Este Estatuto revoga o anterior, registrado sob o nº. 15695 do livro A do Registro Civil de Pessoas Jurídicas, 1º. Ofício de Registro de Títulos e Documentos, Curitiba, Estado do Paraná, sendo que as últimas alterações foram aprovadas em Assembleia Geral Extraordinária em 30 de agosto de 2007, passando a vigorar após registro em cartório competente.

LUCIANE DE CASTRO SYLVESTRE
Secretária

PR. PASCHOAL PIRAGINE JÚNIOR
Presidente

EDNA VASCONCELOS ZILLI
OAB/PR 27.586

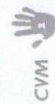
ANEXO 2 – MANUAL DO VOLUNTÁRIO



NOSSA VISÃO

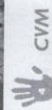
Levar as pessoas a buscarem um
relacionamento intenso com Deus,

amar e servir ao próximo e fazer Jesus
conhecido em todos os povos, no poder
do Espírito Santo.



IGREJA EM CÉLULAS

Crescimento e Aprendizado
Integração e Unidade
Comunhão
Compartilhar e Ensinar



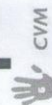
SERVINDO A DEUS COM SUA FORMA

Formação Espiritual Donde Talentos – O que
Opções do Coração Paixão – Onde
Recursos Pessoais Estilo Pessoal – Como
Modo de ser
Areas de Experiência



ESTRUTURA ORGANIZACIONAL PIB

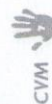
Conselho
Pastor Sênior
Pastores Ministeriais
Diretores e Vice-diretores dos ministérios
Administração Igreja
Eleição a cada 2 anos
Corpo Diaconal
Convenção Nacional
Funcionários – 150 (+/-) 314
Grupo de Voluntários – 1.000 (+/-)
Informações Voluntários – Confidenciais e Restritas



CVM

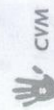
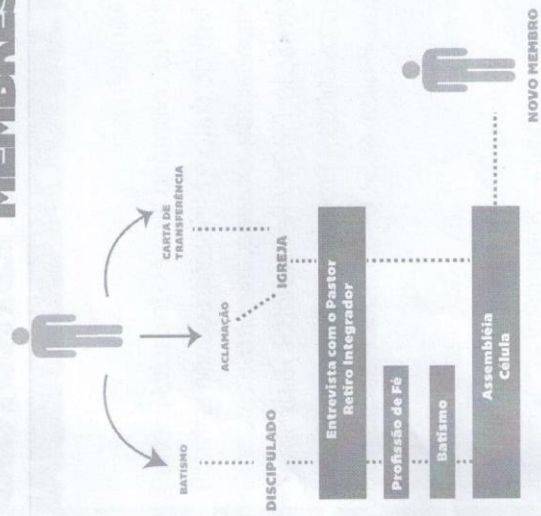
ESTRUTURA MINISTERIAL

23 Ministérios
Trabalho voluntário através de escala prévia
Ordem do culto – Ministério Louvor
Comunicação – Divulgação cultos
Informação: PIB TV / Revista PIB – 15 dias
Eventos cultos – Programação anual
Escola Bíblica: 4ª, 5ª, 6ª, Sábados e domingos



CVM

MEMBRESIA



ESCOLA BÍBLICA

LINHA BÁSICA DE ENSINO

DISCIPULADO • IGREJA • DOMS E SERVIÇOS • PERFIL DO DISCIPULADOR

RETIRO INTEGRADOR

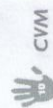


TRABALHO VOLUNTÁRIO PIB

Deus te concede algo a mais!

Efésios 4:11-15

"E ele mesmo deu uns para apóstolos, e outros para profetas, e outros para evangelistas, e outros para pastores e doutores, com vistas ao aperfeiçoamento dos santos, para a obra do ministério, para edificação do corpo de Cristo, até que todos cheguemos à unidade da fé, e ao conhecimento do Filho de Deus, a homem perfeito, à medida da estatura completa de Cristo, para que não sejamos mais meninos inconstantes, levados em roda por todo o vento de doutrina, pelo engano dos homens que com astúcia enganam fraudulentamente. Antes, seguindo a verdade em amor, cresçamos em tudo naquele que é a cabeça, Cristo."



AÇÃO DE VOLUNTÁRIADO MINISTERIAL

Ele nos concede DONS ESPIRITUAIS

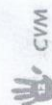
Aperfeiçoamento
Para o serviço do ministério
Para a edificação do corpo de Cristo
Unidade da fé
A homem perfeito
Para não sermos inconstantes
Nem levados por ventos de doutrina
Cresçamos em tudo

***Não é só para o serviço!
É um combo, um pacote de benefícios!***



CONHECENDO OS DON'S DO ESPÍRITO SANTO

Ministeriais (avanço do reino)	Palavra (crer, ouvir e praticar)	Sinais (comunidade do sobrenatural)	Serviço (serviço em amor)
1. Apóstolo Missionário	6. Sabedoria	10. Curas	13. Liderança Presidir
2. Profeta	7. Ensino	11. Milagres	14. Administração Governos
3. Evangelista	8. Discernimento	12. Línguas Interpretação	15. Socorros
4. Pastor	9. Fé		16. Misericórdia
5. Mestre Conhecimento			17. Serviços
			18. Provisão Contribuir
			19. Intercessão
			20. Hospitalidade



COMPROMISSOS E RESPONSABILIDADE DO VOLUNTÁRIO PIB

Atitude do meu coração

Honrar a Deus no exercício das minhas tarefas
Devo me submeter aos líderes
A Igreja e os ministérios estão sujeitas a falhas
Cuidado com melindres; Mágoas e Ressentimentos
Não deixe nosso inimigo "colocar minhocas"
Me preparar espiritualmente para exercer tarefa
A Igreja é de Deus e composta por pessoas – servos



COMPROMISSOS E RESPONSABILIDADE DO VOLUNTÁRIO PIB

Nos Cultos e Celebrações

Respeito pelas pessoas, pelo local – templo
Não entrar com alimentos e bebidas
Não conversar durante os cultos
Respeito quando estamos orando no culto
Recomendação de meubresia e batismo
Condições obrigatórias para algumas tarefas
Condição para participar de alguns programas



COMPROMISSOS E RESPONSABILIDADE DO VOLUNTÁRIO PIB

Com os recursos do Reino - Igreja

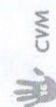
Zelo aos bens e equipamentos PIB
Corrigir com atenção que estiver "pisando na bola"
Deixar tudo no lugar depois de usar
Presar pela ordem e limpeza
Respeitar as regras estabelecidas
Benção dos dízimos e ofertas



PROCESSO PARA SER UM VOLUNTÁRIO PIB

passar pelas 10 etapas do processo...

1. Cadastro voluntário
2. Entrevista
3. Apresentação Oportunidades
4. Aceite e Termo voluntariado
5. Integração Central
6. Integração Ministerial
7. Treinamento tarefa - Atribuição de responsabilidades
8. Monitoramento assistido
9. Avaliação 360 - Certificado
10. Renovação / Novo programa

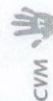


ENTREVISTA

- Captar **interesse**
- Captar e registrar **dons e talentos**
- Apresentar as **necessidades**
- Definir **proposta e aceitação**
- **Termo de voluntariado** e contrato

ENQUADRAR-SE EM UM DOS PROGRAMAS

- Primeiro Serviço
- Ação Voluntária
- Compromisso Ministerial
- Chamado Missionário



BANCO DE TALENTOS



VOLUNTÁRIOS



STAND DA CENTRAL | SITE

O que: Tele-Mkt
Quantas Vagas: 5
Onde: MISSOES
Requisitos básicos

O que: Analista
Quantas Vagas: 2
Onde: RH PIB
Requisitos básicos

O que: Atendente
Quantas Vagas: 8
Onde: CANTINA ABASZ
Requisitos básicos

O que: Iluminação
Quantas Vagas: 9
Onde: COMUNICAÇÃO
Requisitos básicos

O que: Orientador
Quantas Vagas: 8
Onde: ESTACIONAMENTO
Requisitos básicos

O que: Atendente
Quantas Vagas: 8
Onde: SEGURANÇA ABASZ
Requisitos básicos



QUAL O PAPEL DA CVM?

Proposta Central

Estimular o **voluntariado consciente e comprometido** com o reino, levando o voluntário a **identificar seu dom e talento e aplicá-lo** nos ministérios e atividades desenvolvidas pela PIB.

CVM

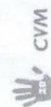


MINISTÉRIOS

Necessidades
Requisitos

VOLUNTÁRIOS

Interesse
FORMA



PROPOSTA CENTRAL

Proposta Central

Ouvir seus interesses
Monitorar sua atuação
Direcionar suas aspirações
Captar suas ideias e sugestões

E-mail para contato: centra@pibcuritiba.org.br

Telefone para contato: (41) 3091-4309

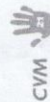
Stand em todos os cultos dominicais

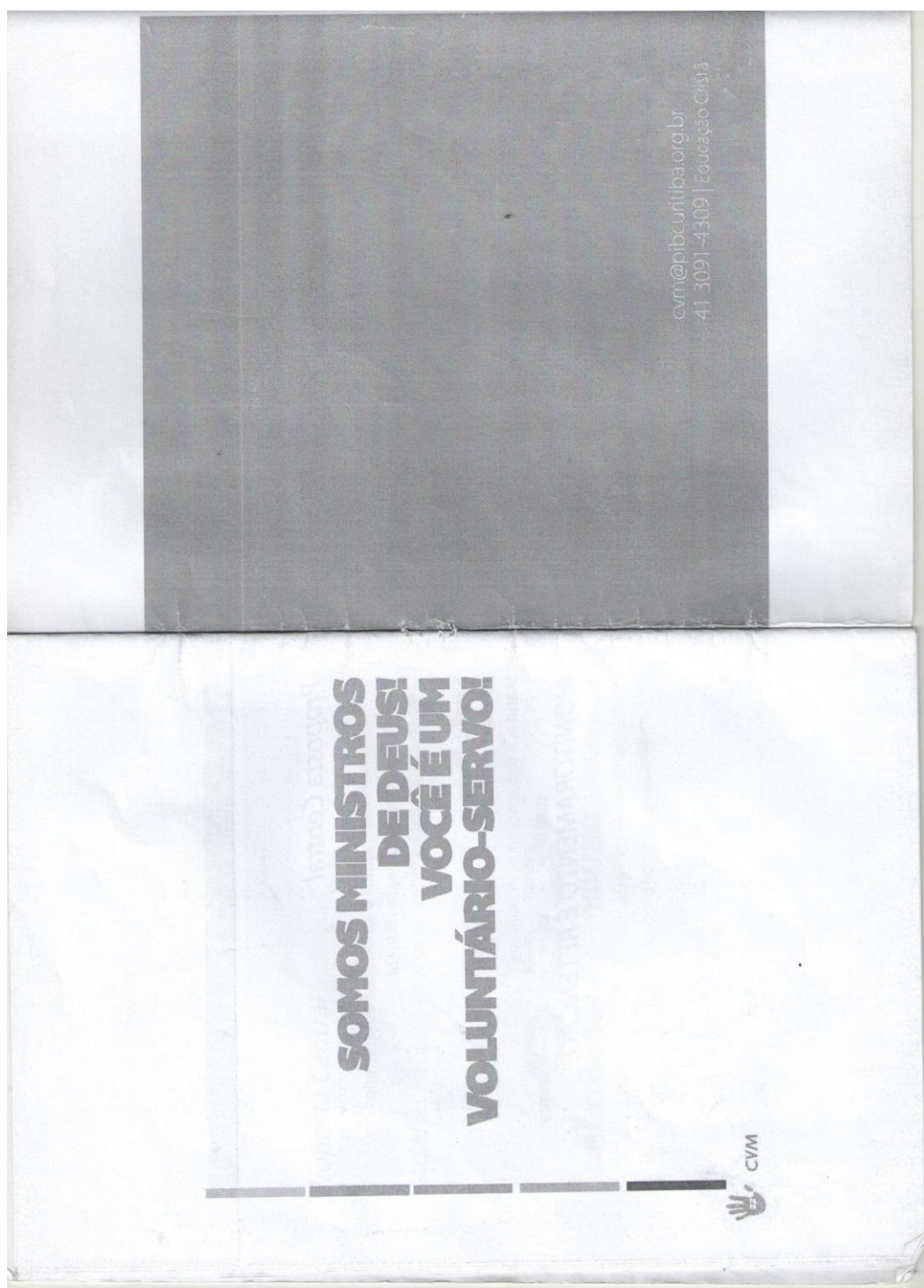
MONITORAMENTO E RETENÇÃO:

Respondam aos nossos e-mails

Queremos entender com estão!

Tenham liberdade para nos procurar!





ANEXO 3 – CADASTRO COM DADOS PESSOAIS

 Cadastro Único de Serviço Voluntário	
Dados Pessoais	Data: / /
Nome: _____	
Endereço: _____	Comp.: _____
Bairro: _____	Cidade: _____ UF: _____
Telefone: _____	Email: _____
Celular: _____	Data de nasc. / / Escolaridade: _____
RG: _____	CPF: _____
Qual sua Religião: _____	Membro da () Sim PIB () Não Se não, qual igreja Frequenta: _____
Já fez trabalho voluntário antes? () Sim () Não	Onde: _____ Em que área? _____
Dados sobre a Atividade: preenchimento durante a entrevista	
Ministério para qual está se voluntariando: _____	
Área do ministério onde vai atuar: _____	
Período de atuação:	
Dia da semana: _____	
Horário: _____	
OBS. _____	
_____ Gestão e Desenvolvimento de Pessoas _____ Coordenador	

ANEXO 4 – TERMO DE ADESÃO



Termo de Adesão ao Serviço Voluntário

O serviço voluntário a ser desempenhado junto a Primeira Igreja Batista de Curitiba, de acordo com a Lei nº 9608 de 18/02/98, abaixo transcrita é atividade não remunerada, e não gera vínculo empregatício nem funcional, ou quaisquer obrigações trabalhistas, previdenciárias ou afins. Declaro estar ciente da legislação específica e que aceito atuar como voluntário conforme este Termo de Adesão.

LEI Nº 9.608, DE 18 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências. **O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Considera-se serviço voluntário, para fins desta Lei, a atividade não remunerada, prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza, ou a instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade.

Parágrafo único. O serviço voluntário não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista previdenciária ou afim.

Art. 2º O serviço voluntário será exercido mediante a celebração de termo de adesão entre a entidade, pública ou privada, e o prestador do serviço voluntário, dele devendo constar o objeto e as condições de seu exercício.

Art. 3º O prestador do serviço voluntário poderá ser ressarcido pelas despesas que comprovadamente realizar no desempenho das atividades voluntárias.

Parágrafo único. As despesas a serem ressarcidas deverão estar expressamente autorizadas pela entidade a que for prestado o serviço voluntário.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 18 de fevereiro de 1998; 177º da Independência e 110º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Curitiba, ____ de ____ de 20 ____.

Assinatura do Voluntário

Assinatura do Coordenador



Central Voluntariado
Ministerial

ANEXO 5 – CARTA DE RECOMENDAÇÃO



Carta de Recomendação de Voluntários

Caro Pastor ou líder de voluntários do ministério _____

Temos a grata satisfação de indicar esse voluntário para atuar no vosso ministério, conforme a necessidade identificada anteriormente. Este voluntário demonstrou grande interesse e passou por todas as etapas da Central de voluntariado ministerial: CADASTRO + ENTREVISTA + CAPACITAÇÃO.

Agora ele está pronto para se INTEGRAR ao vosso ministério e atividades. Nos próximos dias entraremos em contato para fazer um monitoramento sobre o andamento desta integração e início das atividades.

Também você poderá obter todos os dados relativos aos voluntários com a Central de Voluntariado. Você poderá saber os interesses, dons, talentos e habilidades deste voluntário.

É MUITO IMPORTANTE QUE ELE RECEBA AS PRÓXIMAS ORIENTAÇÕES PARA SE INTEGRAR AO SEU MINISTÉRIO.

Ele está motivado e aguardando ansiosamente para iniciar suas atividades.
Qualquer problema volte a nos contatar no email central@pibcuritiba.org.br.

Agradecemos e esperamos que estes voluntários sejam benção junto a vocês.

Em Cristo Jesus,

CENTRAL DE VOLUNTARIADO MINISTERIAL.

NOME DO VOLUNTÁRIO:	
E-MAIL:	
TELEFONES:	